



REVISTA

PAISAGENS HÍBRIDAS

AMAZÔNIAS, CIDADES E JARDINS

VOLUME 1 | NÚMERO 2 | 2018 | ISSN 2595-9638

PAISAGENS HÍBRIDAS

Revista do Grupo de Pesquisas Paisagens Híbridas

Escola de Belas Artes | Universidade Federal do Rio de Janeiro - EBA/UFRJ

Reitor | **Roberto Leher**

Decana do Centro de Letras e Artes | **Cristina Trajan**

Diretora da Escola de Belas Artes | **Madalena Grimaldi**

Vice-Diretor | **Hugo Borges Backx**

COMISSÃO EDITORIAL

Aldones Nino | GPPH-EBA/UFRJ

Diana Alberto | UFPa

Eliana Kuster | IFES

Flavia Braga | EAU-UFF

Guilherme Figueiredo | EAU/UFF

Marcelo Silveira | EBA-UFRJ

Mauro Dillmann | UFPEL

REVISORES

Aldemar Norek | GPPH-EBA/UFRJ

Sylvia Coutinho | EBA/UFRJ

EDITORES RESPONSÁVEIS

Rubens de Andrade | EBA/UFRJ

Jackeline de Macedo | GPPH-EBA/UFRJ

PROJETO GRÁFICO: Rubens de Andrade

FOTO DA CAPA: Afuá, Pará, 2017.

Fotografia: Rubens de Andrade

Logomarca da revista: Marcus Vinicius Dohmann Brandão

Correio eletrônico: revistapaisagenshibridas@eba.ufrj.br

Site da Revista: www.revistas.ufrj.br/index.php/ph

Site do Grupo de Pesquisas: www.paisagenshibridas.eba.ufrj.br

Av. Horácio Macedo, 2151 - Faculdade de Letras - Térreo, Bloco D - Espaço EBA

Cidade Universitária | Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - CEP. 21941-917



UFRJ



ISSN - 2595-9638

ANDRADE, Rubens de, MACEDO, Jackeline de (Org.)

Paisagens Híbridas V.1 n. 2. Rio de Janeiro, Grupo de Pesquisas Paisagens Híbridas/
Escola de Belas Artes, UFRJ, novembro, 2018.
p. 222.

1. Paisagem 2. Cidade 3. Paisagismo 4. Amazônia

I. Universidade Federal do Rio de Janeiro II. Grupo de Pesquisas
Paisagens Híbridas III. Escola de Belas Artes

ISSN 2595-9638

REVISTA
PAISAGENS
HÍBRIDAS

AMAZÔNIAS, CIDADES E JARDINS

VOLUME 2 | NUMERO 1 | 2018





SUMÁRIO

- 4 Editorial
Pedro Mergulhão e Rubens de Andrade
- 12 Cidade da arte: insurgências poéticas nas margens de Abaetetuba-PA.
Jones da Silva Gomes
- 34 Arquitetura Ecológica: modelos paisagísticos, requalificação e refuncionalização de espaços públicos verdes urbanos.
Silvia Laura Costa Cardoso e Silvío Lima Figueiredo
- 54 A formação da imagem e da paisagem urbana do município de Tomé-Açu: uma análise do núcleo urbano de Quatro Bocas
Felipe Costa de Almeida, Davi José da Rosa Santos e José Júlio Ferreira Lima
- 74 Paisagem sonora de parques urbanos.
Antonio Carlos Lobo Soares
- 98 Parque Anauá: espaço vivo no coração de Boa Vista/Roraima.
Claudia Helena Campos Nascimento e Cibele Aragão da Paz
- 118 Performances endêmicas no mercado do Ver-o-Peso, Belém do Pará.
Silvia Laura Costa Cardoso, Alexandre Sócrates A. de Almeida Lins Roberto Martins e Silvío Lima Figueiredo
- 136 Lavrado: a paisagem invisível
Claudia Helena Campos Nascimento e Judson Wojtila de Rolim Lins
- 156 Afuáguas: a relação entre paisagem e percepção urbana na Cidade de Afuá (PA).
Ana Beatriz Fernandes de Macedo, Helena Lúcia Zagury Tourinho e Ana Cristina Lopes Braga
- 180 Paricana Verde
Graciete Guerra Costa, Núbia Abrantes Gomes e Sued T. Oliveira
- 198 O caminho como cenário do Círio de Nazaré: paisagens nascidas do imaginário popular
Anderson Miranda dos Santos e João Paulo Carvalho do Amaral
- 

EDITORIAL



A CHEGADA AO ESPAÇO DO centenário Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, para o *II Colóquio Amazônia, cidades e jardins: arquitetura da paisagem e cultura paisagística*, no outono de 2018, já confirmava o que o grupo de pesquisas Paisagens Híbridas havia ambicionado como ideia e proposta acadêmica de pesquisa e extensão voltada para as várias Amazônia: reunir pensamentos, estudos, propostas, projetos e ações envolvendo múltiplas disciplinas e a participação da sociedade na região. Os presentes ao

evento, motivados pelo sentimento participativo e pelo projeto – que continua em pleno trabalho coletivo – uniram-se na operacionalização da abertura ao decorrer do evento.

Devotados, novos engajados ou simpatizantes, abnegados à “causa” desde preparativos iniciais do Colóquio – montagem de caderno de resumos, brindes, *coffee break* –, à abertura das janelas da auditório, à montagem do cenário, à organização de todas as nuances do fórum; tudo anunciava que o ambiente estava propício para o acolhimento de um encontro amigável, de conversas sérias e reflexão, de todos e para todos, o que, mesmo que não se perceba ou reconheça, configura-se em Amazônias reais, onde vozes em geral não são escutadas, mas, sem dúvida, são ditas, na diversidade das paisagens e povos que habitam seu território. Assim, participantes (não numerosos, mas não menos qualitativos e atuantes) presentes no auditório do Museu Goeldi que, coincidentemente, assemelha-se a sala de teatro experimental (o que se fez apropriado à essência que se espera desses encontros), idealizadores, organizadores, palestrantes e presentes ao referido Colóquio reuniram-se, vocalizaram suas questões, debateram e trocaram impressões sobre as Amazônias e os múltiplos campos disciplinares da paisagem, perpassando pelo paisagismo e estudos relacionados às cidades.

As Sessões de Comunicação, somadas às palestras principais proferidas por pesquisadores convidados, revelaram um mosaico de temas e objetos de pesquisas valiosos para se adentrar no universo amazônico. A excelência do conteúdo apresentado e dos debates travados, à luz de políticas, planejamentos, projetos, ações e gestões de cidades, jardins, parques, Amazônias, deu-nos a certeza de que o foco do colóquio e seus objetivos traçados abrem aos pesquisadores amazônicos e aqueles que se debruçam sobre o assunto um campo

vasto para pesquisas, e mais, para o prosseguimento da proposta desse fórum. Isto reforçado igualmente pelas opiniões e pelo conagraçamento entre todos, nas plenárias, nos intervalos, almoços e, nos registros fotográficos.

Ao fim da jornada de três dias, a crença no ideal de reunir as Amazônias em rede de temas, debates, em colóquios bianuais e em cidades em suas variadas escalas se consolidou na candidatura do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima, na pessoa de sua coordenadora, a docente Graciete Guerra, ao sediar o próximo encontro, em 2020. A isso, se acrescenta, ainda, nossa insistente vontade de incluir cada vez mais nesse projeto, participações, além do dito círculo acadêmico, em que cada vez mais pessoas, amazônidas estejam comprometidas com a conservação das paisagens e com a inserção da região amazônica brasileira, sul-americana e caribenha e suas populações a padrões qualitativos de vidas correspondentes a paradigmas ontológicos próprios. Ou seja, nossa ambição é vivenciar, ressaltar, valorar as Amazônias para as Amazônias e para além delas. E, assim, consolidarmos passo a passo caminhos para que isto venha a termo para toda a vida, na diversidade que permeia os territórios amazônicos.

Como, simbolicamente, se demonstrava na nossa caminhada diária pelas trilhas do Museu Emílio Goeldi nos dias do evento, acreditamos que essas ideias venham a repercutir em outros lugares de falas como também em espaços onde parques, jardins, florestas se fazem presentes nas terras e cidades amazônicas. Isto porque, contradizendo o que ainda persiste, fora e dentro da Amazônia, há vida na floresta, desde sempre! Essa perspectiva pode ser lida e comprovada no percurso dos artigos reunidos na segunda edição da revista Paisagens Híbridas, cujos textos são oriundos das comunicações apresentadas

no evento, selecionados pela Comissão Científica constituída por docentes de Instituições de Ensino Superior da Amazônia. Os trabalhos de graduandos e pós-graduandos ofereceram abordagens que relacionaram com propriedade diferentes leituras sobre a arquitetura da paisagem e o pensar a cultura paisagística amazônica, portanto podemos afirmar que a segunda edição da revista não apenas faz um registro do êxito do *II Colóquio Amazônias, cidades e jardins: arquitetura da paisagem e cultura paisagística*, como também reafirma nesse dossiê a imensidão territorial, o cotidiano de vidas e possibilidades transformadoras que surgem entre rios, florestas e cidades, e que apontam, para o futuro, muito do que ainda pode ser estudado, conhecido, discutido, escrito. Mas isto fica para os encontros e publicações vindouras. Por ora, aproveitemos o que já está posto.

Boa leitura!

Pedro Mergulhão

Editor Convidado

Rubens de Andrade

Editor

Dezembro | 2018.



CIDADE DA ARTE: INSURGÊNCIAS POÉTICAS NAS MARGENS DE ABAETETUBA-PA.

JONES DA SILVA GOMES

jones@ufpa.br

RESUMO

A cidade ressurgue neste trabalho como tema do imaginário mediante a obra de arte que se manifesta pelas poéticas amazônicas. A Cidade da Arte são imagens de relações sociais que se autoproduzem numa dada comunidade e reinventa-se em Abaetetuba/PA pelos: Autos, Quadra Junina, Semana de Arte e Festival do Miriti. Nestes eventos observei um compartilhar de processos criativos que se fez compreender nas diferenças entre arte e entretenimento numa cidade ribeirinha. Identifiquei as tradições que ecoam em criações de artistas dos mais distintos gêneros no “estar juntos” de movimentos, cores, entalhes, palavras, gestos e sons. Nossa hipótese apontou para as imagens que agregam à cidade um fato sociológico – suas comunidades das artes.

Palavras chave

Imaginário, Comunidade da Arte, Amazônia.

ABSTRACT

The city reappears in this work as a theme of the imaginary through the work of art that is manifested by Amazonian poetry. The City of Art are images of social relations that are self-produced in a given community and reinvented in Abaetetuba / PA by: Autos, Quadra Junina, Art Week and Miriti Festival. In these events I observed a sharing of creative processes that became understood in the differences between art and entertainment in a ribeirinha city. I have identified the traditions that echo in creations of artists of the most distinguished genres in the “being together” of movements, colors, carvings, words, gestures and sounds. Our hypothesis pointed to the images that add to the city a sociological fact - its communities of the arts.

Key-words

Imaginary, Art Community, Amazon



*Ítaca não te iludiu
Se a achas pobre.
Tu te tornaste sábio, um homem de experiência.
E, agora, sabes o que significam Ítacas.
konstantínos Kaváfis*

A CIDADE É UM DOS berços da imaginação e lugar de experiências estéticas que mediam relações sociais. Weber (1999) em sua tipologia não deixou de aproximar as imagens das comunidades urbanas para a distinção das cidades no ocidente: *Cidade principesca, cidade de agricultores, cidade de consumidores, cidade de produtores* é neste sentido, que uma cidade da arte nasce de um número variado de comunidades. Tratando-se de um empreendimento investigativo semelhante ao que Argan (1992) fez ao reafirmar a história da cidade pela arte, proponho a aproximar o tema da arte e da sociedade. Parece-me, que esse não

seja um problema novo, o fato de localizarmos a cidade no centro de preocupações sociológicas, já era um dado desde os primeiros registros do pensamento social no século XIX, todavia, aqui a cidade ressurge como uma metáfora da vida comum que também é imaginada pela arte. Vejamos a Paris de Baudelaire¹ ou os Campos de Cachoeira de Dalcídio Jurandir², e já daria pra conjugar as imagens das cidades à literatura, que também é uma forma de arte.

A atividade da arte para o presente estudo consiste na, *i*) articulação de imagens da cidade como memórias dos eventos da Cidade e, *ii*) descrição de processos criativos e festivos gerados por um “estar juntos” na cidade. Por ambas as questões, a arte surge como uma atividade que corrobora na criação de um mundo sensível às formas sociais, despertando a criatividade para a comunicação mútua.

Abaetetuba é uma “Cidade da Arte”, porque a exemplo de seu mito fundador, a Pacoca³, que emerge como encantaria na cena urbana pela comunidade da arte, o mito se apresenta aqui como fenômeno semelhante ao que Backos (1985) classificou de imaginário social. Em suas ilhas, ramais, ruas, praças, ateliês, quintais, ginásios e palcos, percebemos um “estar juntos” mediado pela arte e expresso em sonoridades, poesias, gestos, cores, objetos, sabores e semânticas culturais das margens de uma cidade ribeirinha da Amazônia.

Ora as linguagens das artes numa urbanidade das águas rerepresentam formas de pertencimentos e a criatividade do ribeirinho. Essa fato me leva a pensar as insurgências que se manifestam nas imagens da cultura popular. Tal como se apresenta, a atividade da arte vem a ser entendida aqui como um meio de se contrapor ao paradoxo das imagens, recolocando-se como forma questionadora do entretenimento.

Por outro lado, questionar as práticas do entretenimento que ganhou ênfase nos últimos quarenta anos na cidade de Abaetetuba, conjuntamente com os meios de comunicação que ajudaram na

proliferação da violência midiática e a consequente desvalorização da cultura local, aprofundou a ausência ou a subtração de espaços adequados as práticas artísticas tradicionais. Contudo, esses eventos desobedeceram tal dinâmica de entreterimento e deram continuidades as tradições locais. Ou seja, tal percepção ganhou destaque ao se questionar a naturalização das imagens tradicionalmente presentes nas manifestações artísticas e culturais da sociedade abaetetubense, e, como morador da cidade passei a refletir sobre o seu lugar do imaginário no compartilhar da obra de arte e sua capacidade mobilizadora de ajuda mútua por muitas sensibilidades, sejam elas traduzidas por aquilo que a mídia contemporânea apresenta ou, pelo o que ainda persiste das tradições locais.

Portanto, este artigo destaca alguns resultados da minha tese de Doutorado⁴ intitulada *Cidade da Arte: uma poética da resistência nas margens de Abaetetuba-PA*, onde a cidade de Abaetetuba é vista pela dimensão estética em interface com os fatores históricos e culturais, onde se vincula fatos, obras, pessoas e grupos a partir de uma análise tipológica Weberiana. Destaca-se ainda a compreensão de que o imaginário institui relações de ajuda mútua por meio da arte, resistindo ao entretenimento que no geral conhecemos na Amazônia pelo “tecno” cuja extensão, sabemos, trazem distintos problemas sociais. Logo, a cidade “comporta-se” a medida de suas imagens, e esta é a tese que temos defendido, mesmo sabendo de suas gradações conceituais.

Nos últimos sessenta anos, Abaetetuba, município localizado no nordeste paraense a 150 Km de Belém-PA, guarda imagens que mediam a imaginação a seu respeito: “Perola do Tocantins”, “Terra da Cachaça”, “Cidade da Bicicleta”, “Medelín Nacional”, “Cidade do Medo”, são entre outros, rótulos que lhes é conferido. Sua condição de interposto econômico no Baixo Tocantins e Marajó, ao longo da economia tradicional, sucedeu a condição de “Cidade dormitório” para trabalhadores de projetos de grande porte instalados na região a partir da década de 1980. Atualmente, consolida-se no município a

vocação para o comércio e se instala um processo de metropolização. Nessa dinâmica de usos e novos hábito urbanos, a negação do rio marca o afastar-se do mundo rural e o conseqüente esquivar-se da natureza e das tradições, ou seja, o não olhar a cidade pelas suas margens, caracteriza as novas gerações de ribeirinhos.

As ausências de espaços de artes, tais como, os já consagrados no mundo ocidental, como: teatros, museus, salas de música e dança, formação de público e crítica de arte, e o alto consumo de drogas, acesso restrito a renda, educação e saúde; em seu conjunto reforçam o desconhecimento dos processos estéticos nesta Abaetetuba submersa. Contudo, a negação de sua condição ribeirinha dará a arte o papel de reler as paisagens amazônicas inscritas em ilhas, mitos, rios, objetos, gestos, ritmos, sons, memórias e jardins, e, reinventá-los pela criação mútua. Tais aspectos mostram-se decisivos para investigarmos outras imagens que se aderem à cidade de Abaetetuba: *Cidade dos Brinquedos*, *Cidade que Dança*, da *Tiração de Reis* e *Cidade dos autos*; essas são apenas algumas das imagens que observamos nestes eventos que os jovens e adolescentes figuram com uma vanguarda de poetas, músicos, coreógrafos, dançarinos, artesãos e atores mais experientes, além dos colaboradores e agentes públicos que se doam a experiências artísticas e culturais.

Daí podemos afirmar que se tratar de uma cidade encantada na cultura, naquilo que Loureiro (2000) considera ser uma poética do imaginário possível nas expressões populares das estéticas Amazônicas. Por conta desse aspecto, observo as imagens da arte na experiência cidadina de cada ano, um “estar junto” que evolue espectadores numa ludicidade festiva de realização da obra confraternizando e comovendo pessoas.

Os diversos eventos que se realizam na cidade promovem a criatividade pela poética, não sendo um mero suceder de imagens, são realizações estético-culturais fomentadas pela sociedade local num tempo de gerações, sobre o qual se erige a cultura popular. Nesse sentido,

entendo que a arte popular revela símbolos e vivências que apontam para as relações sociais e ajudam a mantê-las ou transformá-las.

Assim os estudos sobre o imaginário e fontes oriundas dos eventos de arte como: poemas, músicas, cenas, objetos, danças, pinturas, esculturas, foram gerando imagens que ajudaram-me a pensar: *i*) um conjunto de símbolos compartilhados pela arte que se constituem em imagens da Cidade de Abaetetuba; *ii*) Uma emoção compartilhada nos eventos que inscrevem as comunidades da arte na cena urbana.

A “Cidade da arte” deriva de motivações investigativas oriundos da necessidade de compreender dadas criações culturais. Vale destacar que a compreensão da comunidade da arte, se estabelece a medida que visualizamos as relações sociais mediadas pela obra, onde um mundo artístico se autoproduz, conceito esse que aparece quando evocamos os eventos que ocorrem ciclicamente em Abaetetuba como os autos, o Festival do Miriti, a Quadra Junina e a Semana de Arte Folclore, todos se configuram como realizações artísticas na cidade. Tal contexto analítico levou-me a identificar em que medida a arte popular pode gerar um “estar juntos” em meio a dispersão causada pela cidade? Em resposta, identifiquei comunidades no liminar das poéticas compartilhadas nos eventos.

O artista, o espectador, o anônimo, reescreve os textos da cidade pelo ato de bubuiar⁵, tal como o *Flâneur* das passagens de Benjamin (1989), e, passarão a ser coautores de muitas histórias. Por isso, apresenta-se um diálogo com pessoas que se envolveram nos eventos de artes, reunido por documentos (partituras, roteiros, livros diversos, letras de músicas, objetos, retira-se fotografias, telas, esculturas), testemunhos e outras fontes como a fotografia. Diante disso, busco entender a tipificação de cidade ribeirinha, depois refletir acerca das comunidades das artes nas margens da Amazônia, e, assim destaco os eventos de arte da cidade de Abaetetuba, colocando-os no plano de imagens que se diferenciam do entretenimento

A CIDADE E AS PAISAGENS DA ARTE NA AMAZÔNIA

A cidade ressurgue nesse trabalho como paisagem cultural da Amazônia, constituída pelas imagens insurgentes das muitas comunidades de imaginação. O imaginário é, dessa maneira, uma forma de conhecer legítima, à medida que nos ajuda a compreender os símbolos. Durand demonstra-nos que *as imagens que servem de base as teorias científicas mantem os mesmos limites, que as que inspiram contos e lendas* (DURAND, 1998, p. 41), ou seja, elas têm vasto poder explicativo. Para demonstrar as questões arroladas no tópicos abaixo, é preciso esclarecer que a cidade da arte como tipo ideal, ou seja, construção mental aparece num espaço bem particular da Planície amazônica e, que não devemos tomá-la para fins de generalização das imagens das cidades ribeirinhas.

Cidades ribeirinhas e o percurso do imaginário

Na região Amazônica onde a paisagem emoldura experiências estéticas únicas, Paes Loureiro nos lembra que *é preciso errar pelos rios, tatear no escuro das noites da floresta, procurar os vestígios e os sinais perdidos pela várzea, vagar pelas ruas das cidades ribeirinhas* (LOUREIRO, 2000, p. 7), é, nesse sentido que destaco os símbolos que pela inserção no cotidiano ribeirinho ajudam a constituir seu imaginário. O elemento água, por exemplo, presença constante na paisagem amazônica, pode ser analisada a partir do que Bachelard (2009) classificou no âmbito do onírico, da profundidade, e, ao mesmo tempo da imaginação criadora pela função estetizante que no caso da Amazônia se reflete no rio.

Não é à toa que o xamanismo e o catolicismo popular praticado na região, imbuíram-se do conteúdo fantástico das narrativas oriundas da crença nos encantados da mata e do fundo. O culto aos santos, tal como, Maués (2001) irá aprofundar em seus trabalhos, ao apresenta como a natureza e seus elementos (água, terra, árvores e astros) nas

PAISAGENS HÍBRIDAS

narrativas do boto, Yara, Cobra Grande, Uaraci, Tambataja, Curupira, conjuntamente, configuram alguns dos símbolos estruturantes de uma poética e cultura com forte função estetizante. Dessa forma, a cidade graceja-nos pelo cotidiano de uma urbanidade das águas tal como a Veneza descrita por Simmel (1995). Tais referenciais nos levam a pensar que suas ruas, janelas e casas, os rios, praças, barcos, ilhas, pontes, trapiches e ramais, traduzem cores múltiplas de uma cultura popular que pulsa na paisagem de Abaetetuba. Para Loureiro (2000), o imaginário na Amazônia produz uma dominante estética capaz de traduzir um trajeto que uma cidade faz ao transformar-se numa comunidade, reconhece-se uma estética do rio. Esta poética pode ser visualizada na ilustração 1.



Il. 1. Círio Fluvial Ribeirinho.
Fonte: Edney Souza, 2017.

As cidades ribeirinhas ecoam ares desse imaginário, muito em função das proximidades do mundo rural com o urbano, que segundo Junior; Tavares são *resultado de múltiplas temporalidades ou espacialidades conviventes e conflitantes, que conferem um caráter híbrido ao espaço* (JUNIOR e TAVARES, 2008, p.10-11), por isso, seria relevante pensar a abundância-carência, encantos-desencantos, tradição-modernidade, destes cenários amazônicos em sua profundidade sociológica, e como isto está presente na arte. Minha hipótese é a de que as muitas imagens de Abaetetuba, como: *Pérola do Tocantins, Terra da Cachaça, Cidade do Brinquedo de Miriti*, apontam ora para uma cidade encantada pela cultura, ora embebida no entretenimento.

Se recentemente Abaetetuba foi conhecida como a *Medelim Nacional* pelo tráfico de drogas, hoje, os eventos de arte que nela se manifestam, parecem elevar a imagem desse município paraense a um outro patamar que concorre pelo direito a Cidade. Exemplo desse contexto pode ser refletido na cidade da *Quadra junina* que tem se mostrado um evento com características distintas, afinal, como espetáculo de dança surge em meio a vários gêneros: tradicional, moderno; adulto, gays, mirim e de idosos, ou seja, a pluralidade se manifesta em toda a sua potencia nesses dias de festa.

Poderíamos dizer ainda que a musicalidade compõe outro gênero à parte que incide nos vários eventos de arte: Da *Tiração de Reis* (Il. 2) aos cordões de pássaros e bois, temos o colorido das tradicionais folias e autos: *Abre a porta da tua casa, venha ver a procissão do auto da padroeira da virgem da conceição* são os versos iniciais da música de Neuza Rodrigues⁶ chamando o povo para o auto conforme podemos observar na ilustração 3.

E a imagem recente da *Capital Mundial do Brinquedo de Miriti*⁷ na figura da comunidade de artesãos simboliza um fazer das margens que expõe o colorido, a alegria, a brincadeira e a espontaneidade da criança. As imagens como parte deste conhecimento sociológico



II. 2. Tiração de Reis.
Fonte: Jacilda Freitas, 2006.



II. 3. Auto da Padroeira.
Fontes: Jones Gomes, 2011.

do urbano, torna-se objeto de reflexão estética que aponta para um diálogo com a cidade, sendo assim, a arte expressa uma comunicação mútua, efetiva um encontro entre o indivíduo e a sua comunidade. A *Cidade da Arte* se reveste da abundância visual de uma região ainda encantada pela cultura, embora, marcada pelas experiências de descaso e dor, fornecendo elementos imagéticos para se pensar a civilidade das águas e suas margens. A partir disso, a manifestação artística aponta para a solidariedade à medida que a cidade passa ser vista como obra, como possibilidade de reconhecimento das paisagens culturais amazônicas e suas poéticas.

Comunidades das artes e a solidariedade nas Margens

A comunidade é uma ideias de ressonância na sociologia, e, que hoje ainda desafia as abordagens teóricas, quando traz para o centro do debate as relações face-a-face. O sociólogo Tönnies situou o problema como uma epifania das relações pessoais: O autor afirma: *Não conheço nenhum estado de cultura em que os elementos de *Gemeinschaft* e de *Gesellschaft* não estejam simultaneamente presentes, isto é misturados* (TÖNNIES, 1944, p. 3). Daí afirmar também que: *A própria relação pode ser compreendida ou como uma vida real e orgânica, essência da comunidade, ou como representação virtual e mecânica, essência da sociedade (idem, ibidem).*

O pensamento social sobre o tema da comunidade que segue de TÖNNIES (1944) a WEBER (1999), e, herdeiro destes MAFFESOLI (1986, p.10) caracteriza o tema como um “estar junto” que é o cimento de toda vida social, e que faz da globalização um “estilo estético” com ritmos e crenças de diferentes tribos, reatualizando a “comunidade que esgota sua energia na criação através do ritual, dos laços de solidariedade”. Este sentimento de “estar juntos” chega a esta reflexão por meio da comunidade da arte, os elementos estéticos da Amazônia que Paes Loureiro (2000) descreveu no conceito de comunidades emocionais, e, que emolduraram um diálogo entre o artista e a região.

Ora se numa comunidade, segundo Peter Burke, *entalhadores, cantores, contadores de história e o seu público formam os grupos que estão face a face partilhando os valores locais e os mitos e símbolos que exprimem esses valores* (BURKE, 2010, p. 50), tais valores ainda são presentes. O ribeirinho estabelece seu mundo no contato direto com a natureza e as tradições, e, nisto consiste sua vida comunitária, embora, este mundo não seja restrito a relação com o rio, ele será o húmus de sua criação estética comum. Sendo assim a *rua-rio* guarda os horizontes de seus modos de vida, já a *rua-asfalto* é um outro tempo-espaço que motiva o imaginário, apresentando as imagens, o desencaixe do espaço, que tem sua dimensão mais degradada no entretenimento.

Diante disto, fica a questão: até que ponto uma vivência comunitária nas margens das cidades ribeirinhas mobiliza as expressões da arte popular atualmente? Ora, foram as artes de fazer que permitiram os modos de vida ribeirinho. Exemplos relevantes desse processo são as comunidades católicas que organizam seus principais rituais (missas, festas, ladainhas, autos, oratórios) em torno do culto aos santos, numa linguagem que deu acesso as técnicas instrumentais, usos das linguagens orais, do canto, produção de adereços, compondo com outras estéticas um mundo rural singularizado; em Abaetetuba o *foifo*⁸, a *simbolada*⁹, os *pássaros juninos*¹⁰ e os brinquedos de Miriti (Il. 4 e 5), formaram uma conjugação de cores, ritmos, movimentos, sons e *performances* teatrais. Algumas destas artes de fazer ainda sobrevivem em meio a uma natureza e tradições que agonizam no “progresso” que vai aos poucos soterrando a cultura popular. A cerâmica marajoara e suas expressões na feira de Icoaraci, o uso do talento da pintura nas cuias de Santarém, são exemplos da Cultura Paraense mais próximos de nós. Vale a penas ainda destacar a Marujada de Bragança, o Boi de São Caetano de Odivelas e o Carnaval das águas de Cameté como estéticas híbridas.

Em Abaetetuba, os brinquedos de Miriti são uma dessas singularidades culturais, que para Paes Loureiro (2000) se define como arte do norte

Il. 4 e 5: Brinquedos tradicionais de Miriti.
Fonte: Valdeli Costa, 2017.



e perpassa uma comunidade emocional, tal qual já havia identificado Weber (2009). Estas formas de resistências de onde deriva o voltar para os rios, que permite o olhar para os brinquedos relembram as muitas infâncias que porfiaram nos barquinhos coloridos sobre as margens dos igarapés; ou mesmo pelo gesto de fé que acompanha os Girandeiros¹¹ no círio de Nazaré. A comunidade de artesãos e seus brinquedos transformados em arte pela ajuda mutua de gerações, expõe, segundo Nassar (1984), um “país submerso”, uma arte que abriga o imaginário do ribeirinho: o casal de namorados, a cobra, o soca-soca, a canoa, o tatu e a arara, também trouxe para o universo da cultura global, as imagens de uma “comunidade amazônica” pela paisagem encantada.

A cidade encantada nos eventos de artes

Vasta é a literatura sobre as cidades tanto na Geografia, Antropologia, bem como, na Sociologia e História. Se ficássemos com os autores paraenses em apenas uma época, temos Figueiredo (2008) *Cidade dos Encantados*, Junior e Trindade (2010) *As Cidades Ribeirinhas*; Costa (2009) *Festa na Cidade* e Rodrigues (2008) com *Vem do Bairro do Jurunas*. Seguimos nessa perspectiva demonstrando que Abaetetuba é uma cidade da arte, o mito da Pacoca em suas várias linguagens segundo Loureiro (2008) atrela a condição imaginária ao cotidiano que se funde a uma utopia social.

Os Abaetetubenses sabem que ela é uma cidade encantada. Ou era antes do processo de desencantamento do mundo ser iniciado também nela, pela explicação racional e pragmática de tudo. Estávamos certos que do outro lado do rio, na ilha da Pacoca, a boiúna adormecia no perau em frente a cidade de Abaetetuba. As seis horas da tarde de sempre, estendia-se ao longo da praia de alva areias da ilha da Pacoca. Quem lhe cortasse, de um só golpe de terçado, o estendido rabo, desencantaria a verdadeira cidade de Abaetetuba. A cidade visível desapareceria e em seu lugar, para a bem aventurança de seus habitantes

emergiria das regiões submersas nas águas doces do rio do devaneio, a cidade encantada, como um lugar onde todos seriam felizes, vivendo na igualdade, cultivando suas terras, na harmonia e na paz (LOUREIRO, 2008, p. 93).

Uma cidade da arte aparece nos seus eventos como dimensão antropológica: uma simbólica (mensagem), uma lúdica (criação) e outra festiva (encontro), as quais se articulam em linguagens contemporâneas e dialogam com o mito pelo conjunto de tradições e experiências de mundo mediadas linguisticamente, e, que auxiliam na interpretação. Segundo Gadamer: *Tradição estende-se desde o uso de instrumentos, técnicas e coisas afins, passando pelo artesanato, formas ornamentais ou pelo cultivo de usos e hábitos até a instauração de modelos* (GADAMER, 2010, p. 4).

Portanto, as tradições orientaram as práticas artísticas difundindo imagens das cidades ao longo da história, nos modelos propostos por Gadamer ao afirmar que *donde a obra de arte diz algo a alguém, a obra de arte que diz algo confronta-nos com nós mesmos. Portanto, compreender o que a obra de arte diz a alguém é certamente um encontro consigo mesmo* (GADAMER, 2010, p. 7). Dentro desse contexto, com as linguagens dos eventos tentamos desta forma, compreender estas tradições que ecoam como legados da cultura popular nos processos criativos que se expressam na recíproca troca de dons artísticos.

O modelo do “dom cerimonial” a propósito de Mauss (1974) nos revelou a noção de fato social total no ritual e estimulou a pensar o papel da reciprocidade entre artistas, espectadores e colaboradores nos eventos da cidade.

Os eventos são símbolos de reconhecimento da comunidade, num momento em que a cultura transforma-se em entretenimento, quando uma sociedade que *acompanhou a afirmação e negação de uma civilização da imagem* (DURAND, 1998, p. 12), recusa-se a si mesma.

Em Abaetetuba os eventos de arte envolvem identidades e um uso complexo dos esforços comuns em função de uma expressividade que se mostram como insurgências.

Ao pensar nesse aspecto, e ser desconcertado por um espetáculo da quadra junina – que me encorajou na fresta das torcidas, dos ensaios e do partilhar do gesto dançante – a mesma demonstrou ser uma destas insurgências que consegue agregar as formas de dançar compartilhadas na memórias, cores, sons, movimentos tematizados pelos grupos juninos. A cada ano esse imaginário se atualiza nas maneiras de dançar renovadas pela ação comum, seja na poética dos corpos que compõem uma fisionomia colorida e simétrica, ou ao longo de um “estar junto” pelo espetáculo conforme podemos observar na ilustração 6. Ao nos darmos conta da diversidade de temas apresentados pelas narrativas regionais (mitos e lendas amazônicas ou o imaginário junino) percebemos também a sua força e a sua função pedagógica nos diferentes grupos sociais da cidade.



Il. 6: Grupo de Dança Encanto Junino.
Fonte: Arquivos do Grupo, 2001.

Estas formas de resistências do imaginário que emergem de cada época e lugar pela criatividade das gerações, em auxílio da continuidade de tradições da arte popular presentes no tecer de pescadores, nos entalhes de artesãos, ou, no “batuque” de um Carimbó. A poesia como atributo da imagem, quando evocada num palco da semana de arte eterniza um momento: *Cheira à poesia, pelos ares desta terra. Voam aves Marias Quando o sol no rio se enterra, Correm montarias, Guajará não te espera, Morre mais um dia Na igreja o sino berra* (CARDOSO, 2002, p. 7), trata-se do retorno ao “sitio” do ribeirinho depois de um dia de trabalho na cidade.

Essas imagens que atuam nas dimensões criativas e receptivas, relembram Lefebvre ao afirmar que: *A cidade renovada se tornará obra. Assim, a arte traz para a realização da sociedade urbana sua longa meditação sobre a vida como drama e fruição, a arte restitui o sentido da obra* (LEFEBVRE, 1991, p.115).

Nas cidades ribeirinhas o sentido da obra passa pelo movimento que circula na cidade: A Tiração no mês de Janeiro inicia a Folia de Reis que lembram magos que visitaram Jesus Menino (Il. 7); a arte dos brinquedos de Miriti nas marés de Maio mergulham na “festa do olhar” encantado da tradição tal como visualizamos na ilustração 8; o





Il. 7: Tiração de Reis.
Fonte: lacilda freitas, 2016.

Il. 8: Festival do Miriti
Fonte: Jones Gomes.

concurso de dança nas fogueiras de junho ardem a beleza nas cores das fantasias, adereços e nos gestos sincrônicos que une gerações.

Em agosto com *A Semana de Arte e Folclore* comemora-se o aniversário da cidade: poesia, música fluem em meio a praça pública, concebendo e partilhando criações. Em novembro o Auto da Padroeira festeja Nossa Senhora da Conceição, com a arte do povo a devoção toma a dimensão da rua dando um tom carnavalesco ao culto a Santa. Estes símbolos são compartilhados pela educação estética das muitas comunidades que possibilitou ver a cidade que se encontra na arte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhar uma cidade pela dimensão estética-cultural, a partir do símbolo da comunidade foi nosso desafio neste artigo, para isso, percorremos o caminho das artes de fazer dos rios às ruas da cidade, observamos os eventos de arte que expressam uma sensibilidade ciclicamente organizada. Neles reconhecemos uma Abaetetuba submersa a influenciar o trabalho criativo de artesões, dançarinos, músicos, atores, coreógrafos, espectadores pelo imaginário; fenômeno que chamamos de Comunidade da Arte. Portanto, o complexo simbólico das paisagens amazônicas são expressos nas imagens específicas das quais tentamos detalhar as experiências compartilhadas nas margens. Por isso, a Cidade da Arte constitui relações mediadas por interesses estéticos diversos e concordantes. Justificamos isso em cada um dos eventos: Autos, Quadra Junina, Semana de Arte e Folclore e o Festival do Miriti.

Em cada um destes temos imagens parciais da Cidade que no conjunto configuram formas, gestos, movimentos compartilhados na urbanidade das águas. Por isso, demonstramos que a forma como se produz arte nas cidades ribeirinhas pode ser entendida na locução sincrética do fenômeno da cultura. No momento em que artistas e produtores voltam-se para os mitos, memórias e fazeres onde a cidade submersa se apresenta, as margens tornam-se centro

por onde a estética ribeirinha gravita. Entendemos, então, que estas artes circunscritas que foram aos eventos que lhe dão vida, pontuam relações que se singularizam na cultura pelo imaginário que reapresenta experiências comunicativas mediadas por símbolos, e, por sua vez, estruturam as imagens de cidade que vivenciamos. A Abaetetuba dos símbolos como: a Pacoca, o Rio, a Palmeira do Miriti perpassam processos criativos que configuram laços afetivos em torno da cidade. Assim, consideramos que os eventos cumprem uma função pedagógica ao permitir uma vivência de cidade, nas relações solidárias ou ainda encantadas pelas paisagens culturais dos jardins de símbolos da floresta “cifrada” que é a Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ARGAN, Carlo. *A história da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BACZKO, B. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Anthopos-Homem. Lisboa, 1985.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- BURKE, P. *Cultura popular na Idade Moderna. Europa 1500-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- CARDOSO, Adenaldo. *O enterro do sol*. Belém: Relâmpago, 2002.
- COSTA, M. *Festa na Cidade: o circuito bregueiro de Belém*. Belém: EDUFPA, 2009.
- DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaios acerca da ciência da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.
- FIGUEREDO, Aldrin. *A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia 1870-1950*. Belém: EDUFPA, 2008.
- JUNIOR, Sanit-Clair; Maria TAVARES (Org.). *Cidades Ribeirinhas: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008.
- JURANDIR, Dalcídio. *Chove nos Campos de Cachoeira*. Belém: UFPA, 2008.
- LOUREIRO, João. A lenda como utopia social – Fundação mítica de Abaetetuba. In: *A Arte como encantaria da Linguagem*. São Paulo: Escrituras, 2008.

- _____. *Cultura Amazônica: uma poética do imaginário*. São Paulo, Escrituras, 2000.
- LEFVBRE, Henri. *O direito a cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- GADAMER, Hans. *Hermenêutica da obra de arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- GOMES, Jones. *Cidade da Arte: uma poética da resistência nas Margens de Abaetetuba*. Tese (Doutorado). PPGCS. IFCH/UFPA. Belém, 2013.
- RODRIGUES, Carmen. *Vem do bairro do Jurunas: Sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano*. Belém: NAEA, 2008.
- RODRIGUES, Neuza. Auto da padroeira (A procissão das artes) *In: Olhos da padroeira*, V. II. Abaetetuba, CD.
- MAUES, Heraldo. *Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião*. Estudos Avançados 19. Goeldi, Belém, 2001.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974.
- MAFFESOLI, M. O paradigma estético: a sociologia como arte *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 1986, n. 21.
- NASSAR, Emmanuel. Brinquedos Populares *In: Cadernos de Cultura, Estudos 2*. Belém. Semec. 1984.
- SIMMEL, Geor. *Veneding, Aufsätze und abhandlungen-1901-1908 et al*. Frankfurtam Main: Suhrkamp, 1995.
- TONNIES, Ferdinand. *Comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Losada, 1947.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. V. 2. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

NOTAS

- ¹ BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- ² JURANDIR, Dalcídio. *Chove nos Campos de Cachoeira*. Belém: UFPA, 2008.
- ³ Pacoca: Ilha encantada localizada no rio Maratauíra suposto lugar de morada da cobra-grande e da cidade submersa- em Nheengatu significa rio de correntezas.
- ⁴ Ver GOMES, J. *Cidade da arte: Uma poética da resistência nas Margens de Abaetetuba*. Tese de Doutorado, PPGSA/UFPA. Belém, 2013
- ⁵ Ato de refletir em meio ao movimento do rio/cidade, em meio ao estado de choque da cidade, o aspecto reflexivo da arte
- ⁶ RODRIGUES, Neuza. Auto da Padroeira (Procissão das Artes) *In: Olhos da Padroeira* .V. II. Abaetetuba, CD.

- ⁷ Ver JORNAL O liberal. *O colorido de Abaetetuba pode ganhar o mundo*. Belém, 03 de fevereiro de 2010.
- ⁸ Casamento dos ribeirinhos que dirigiam-se a cidade de reboque e o retorno as suas casas nas ilhas era marcado por cantos e versos dirigidos aos noivos, onde ocorreria uma grande festa.
- ⁹ Dança atribuídas aos negros remanescente dos Quilombos do rio Itacuruçá-Abaetetuba-PA
- ¹⁰ Teatro popular das comunidades rurais tradicionais das cidades ribeirinhas
- ¹¹ São artesãos ou vendedores que carregam uma cruz de miriti no círio de Nazaré Belém-PA, com finalidades devocionais e econômicas, cumprem uma tradição que virou símbolo estético do círio.
- ¹² Carimbo ritmo musical de origem indígena muito popular entre ribeirinhos que também o utilizam como dança.

ARQUITETURA ECOLÓGICA: MODELOS PAISAGÍSTICOS, REQUALIFICAÇÃO E REFUNCIONALIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS VERDES URBANOS.¹

SILVIA LAURA COSTA CARDOSO
SILVIO LIMA FIGUEIREDO

silvialaura19@gmail.com
slima@ufpa.br

RESUMO ABSTRACT

O artigo analisa a requalificação e refuncionalização de jardins botânicos, a partir dos modelos paisagísticos, a fim de entender a importância desses espaços para os cidadãos. Trata-se de uma pesquisa exploratória que em termos teóricos envolveu a discussão sobre os usos, formas e funções dos espaços públicos verdes nas cidades contemporâneas. Os dados foram levantados através de pesquisa bibliográfica. Para interpretação destes utilizou-se a categoria modelos paisagísticos que permitem entender a diversidade de usos que os espaços disponibilizam nas cidades e seus desdobramentos no ambiente urbano. O que há de inovador na criação de espaços públicos verdes é a evolução de suas diversificadas funcionalidades no ambiente urbano. Tais usos, formas e funções buscam requalificar e refuncionalizar os espaços nas urbes.

Palavras chave

Paisagens. Requalificação. Refuncionalização. Espaço Público.

The article analyzes the requalification and refuncionalization of botanical gardens, from the landscaping models, in order to understand the importance of these spaces for city dwellers. It is an exploratory research that in theoretical terms involved the discussion about the uses, forms and functions of the green public spaces in the contemporary cities. Data were collected through bibliographic research. For the interpretation of these, we used the category of landscape models that allow us to understand the diversity of uses that spaces make available in cities and their unfolding in the urban environment. What is innovative in the creation of green public spaces is the evolution of its diversified functionalities in the urban environment. Such uses, forms and functions seek to requalify and refuncionalize the spaces in the cities.

Key-words

Landscapes. Requalification. Refuncionalization. Public space



A HISTÓRIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

urbanos está intrinsecamente ligada aos processos de urbanização pelos quais passaram as cidades europeias. Particularmente, quando ocorre a forte influência do Barão Georges-Eugène Haussmann, entre os anos de 1852 e 1870, perceptíveis no planejamento e modernização da cidade de Paris, na França. Dentre as principais mudanças incluem o alargamento das vias públicas, a higienização da cidade, a hierarquização dos espaços, a busca do controle em relação a forma, a função e a beleza cênica. As ruas receberam tratamento para circulação de

pessoas e de transportes urbanos. Essas transformações criaram os *boulevards* que mudaram a paisagem da cidade moderna no ocidente (FIGUEIREDO, 2008).

Os burgueses foram os precursores da ideia de criação de áreas verdes nas cidades reportando ao movimento de volta à natureza que fundamenta a ideia de criação de espaços verdes urbanos. Posteriormente, nos séculos XVIII e XIX, inúmeras cidades do mundo, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, utilizaram a concepção de áreas verdes em ambientes urbanos (SILVA e EGLER, 2003).

Na percepção de autores como: Cardoso; Figueiredo (2017); Macedo e Sakata (2002); Rocha; Brito (2009); Santos e Silveira (2001), os espaços públicos verdes urbanos caracterizam-se por representar espaços que precisam ser criados e preservados para suprir o rompimento ocasionado pelo processo desordenado de urbanização das cidades, fazendo com que estes exerçam as funções paisagística, ambiental, cultural e social nas cidades contemporâneas.

Nesse cenário, o meio urbano é produto e produtor de uma crescente demanda por áreas verdes, especialmente, por parques e jardins, que são lugares capazes de oferecer aos cidadãos um retorno à contemplação da natureza, além de ser espaço destinado a: conservação da biodiversidade, educação ambiental, pesquisa científica, cultura, lazer e turismo. Deste modo, são significativos no planejamento urbano, contribuindo para uma “suavização” da paisagem nas cidades dominada pelo processo acelerado de verticalização.

A temática da qualificação dos espaços públicos urbanos insere-se como uma investigação social que implica o diagnóstico de situações específicas. Um consenso na literatura, entretanto, é que espaços públicos verdes são estrategicamente importantes para a qualidade de vida das pessoas no conjunto das sociedades em

crescente urbanização (CHIESURA, 2004; KAPLAN, 1983; ULRICH, 1984). Isto porque esses espaços prestam serviços ambientais à população, por meio da amenização das ilhas de calor, pela filtragem do ar, água, vento e poluição sonora; estabilização do microclima (TRATALOS *et al.*, 2007); formação de um meio ambiente natural que influencia na saúde mental e na redução do *stress* (CHIESURA, 2004) e ainda, de espaço para a promoção da saúde física e melhoria da qualidade de vida urbana e bem-estar das pessoas (SILVA e EGLER, 2003). Todos esses benefícios ambientais e sociais creditados aos espaços públicos verdes urbanos relacionam-se às análises de sustentabilidade nas cidades.

O objetivo deste artigo é analisar a requalificação e refuncionalização de espaços públicos verdes nas cidades, a partir dos modelos paisagísticos e da diversidade de seus usos, formas e funções, a fim de entender a importância desses espaços públicos para os cidadãos. Busca-se compreender as inter-relações dessa dinâmica caracterizada pelos diferentes modelos paisagísticos que os espaços públicos verdes urbanos disponibilizam nas cidades desde o século XVIII até os dias atuais, tendo em vista que as áreas verdes urbanas são um elemento típico das cidades contemporâneas, estando em constante processo de requalificação e refuncionalização no ambiente urbano.

Trata-se de uma pesquisa exploratória que em termos teóricos envolveu a discussão sobre os usos, formas e funções dos espaços públicos verdes nas cidades contemporâneas. Os dados para este artigo foram levantados através de pesquisa bibliográfica e internet. O artigo utiliza os conceitos de espaço público, parque, jardim botânico e paisagem. Para interpretação dos diferentes usos, formas e funções dos espaços públicos verdes urbanos utilizou-se a categoria modelos paisagísticos. Estes permitem entender a diversidade de usos que os espaços públicos verdes disponibilizam nas cidades e seus desdobramentos no ambiente urbano.

O artigo está estruturado, além da introdução e considerações finais, em três seções. A primeira seção se direciona para a discussão sobre

espaços públicos verdes urbanos e as circunstâncias que o envolvem. A segunda seção identifica os usos, formas, funções e modelos paisagísticos de espaços verdes urbanos no mundo. A terceira seção aborda a diversidade de usos, funções e modelos paisagísticos de espaços verdes urbanos no Brasil. Nestas duas últimas seções aborda-se o processo de requalificação e refuncionalização dos espaços públicos verdes nas cidades contemporâneas.

A presença da natureza é de suma importância para o planejamento urbano, pois é essencial à paisagem das cidades, tanto em aspectos estéticos quanto por oferecer um ambiente agradável nas *urbes*, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida de seus cidadãos. Entretanto, percebe-se que com o acelerado aumento das transformações urbanas ocasionadas pelas novas configurações das cidades, as dinâmicas que regem os espaços públicos verdes sofrem alguns rompimentos desencadeados pelo crescimento urbano desordenado e pela modificação da paisagem, onde a floresta em pé dá lugar a um processo acelerado de verticalização, perceptíveis nas edificações residenciais e/ou comerciais.

ESPAÇOS PÚBLICOS VERDES URBANOS

Na atualidade, os parques e jardins urbanos, são criados com o princípio de assegurar a biodiversidade, por meio da preservação de fragmentos remanescentes de vegetação nativa e nascente que possibilitam uma garantia mínima para o futuro das gerações e o respeito à conservação da biodiversidade nas cidades, tendo em vista que são poucos os espaços públicos verdes em que o ser humano ainda pode usufruir de bens e serviços ambientais disponibilizados de forma gratuita pela natureza.

Os espaços públicos verdes são considerados em todo o mundo como a principal estratégia para conservar a variedade de forma de vida, ou biodiversidade sobre a qual o conhecimento ainda é incipiente. Estes são representativos das paisagens nas cidades, pois possibilitam

a socialização e a contemplação de fragmentos da natureza que possibilitam romper com o *stress* cotidiano dos cidadãos. Logo, esses espaços propiciam a reconfiguração das paisagens urbanas.

As paisagens são compostas pela inter-relação entre o espaço encontrado, no que concerne aos aspectos naturais, históricos e arquitetônicos, ou seja, “elementos concretos” e os aspectos simbólicos, ou seja, “culturais, imagens e imaginários”, ambos pensados de maneira que suas reconstruções sejam planejadas e ordenadas com o meio ao qual se inserem (MELO *et al.*, 2012).

Nesse prisma, os espaços públicos verdes, passam a oferecer aos cidadãos um retorno à natureza, fato cada vez mais raro e distante dos cidadãos nas grandes metrópoles, além de proporcionar descanso, lazer, cultura e turismo às pessoas, aliado ao mínimo de impacto possível.

Na medida em que as cidades se transformam, os parques e jardins urbanos passam a oferecer aos cidadãos diferentes usos, formas e funções, proporcionando em sua infraestrutura, locais com capacidade de realizar atividades de pesquisa científica, de educação e interpretação ambiental, esportivas, culturais, artísticas, dentre outras, os quais não são submetidos a um padrão. Enquanto certos espaços públicos verdes recebem multidões, a exemplo do Parque Ibirapuera, em São Paulo, outros estão vinculados à preservação ambiental e à pesquisa científica, a exemplo do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que define seu uso de forma restrita (SCALISE, 2002).

Quanto às formas de tratamento, consistem desde a linguagem formal, ou seja, espaço destinado ao descanso, à contemplação da natureza, ao lazer e ao turismo até o ambiente natural, ou seja, local destinado à preservação dos recursos naturais. No que concerne às funções diferenciam-se dos que tem forte diversidade de equipamentos culturais, esportivos e recreativos, a exemplos do Parque do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro e do Parque Juscelino Kubistchek, em

Brasília, aos que têm como principal atração os caminhos e as áreas de descanso e contemplação com intensa vegetação, a exemplos do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) – Parque Zoobotânico, do Bosque Rodrigues Alves – Jardim Zoobotânico da Amazônia e do Parque Naturalístico Mangal das Garças, em Belém do Pará.

Os arquitetos, Macedo e Sakata (2002) consideram como parque todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno (MACEDO e SAKATA, 2002)

Os jardins botânicos são espaços vivos, abertos ao público e diferenciam-se dos parques e demais espaços verdes urbanos, como por exemplo, as praças e os hortos, por abrigarem uma coleção de plantas ordenada, devidamente classificada e registrada, o que contribui para aumentar seu potencial educativo e a interpretação ambiental. Além desses usos e funções, os jardins botânicos são locais privilegiados e propícios para envolver os visitantes não só pela exuberância e estética das coleções de plantas vivas, mas por proporcionar bem-estar, harmonia e prazer aos seus visitantes (KUZEVANOV e SIZYKH, 2006). Além de ser indutor da geração de emprego e renda por meio do consumo de serviços oferecidos aos visitantes e turistas.

MODELOS PAISAGÍSTICOS: REQUALIFICAÇÃO E REFUNACIONALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS VERDES URBANOS

Na era industrial, a ideia da concepção dos espaços verdes era a de que possuíam potencial para amenizar tanto os problemas sociais quanto os problemas ambientais urbanos. Os jardins ingleses e os parques urbanos contribuíram para melhorar os aspectos físicos e sociais da cidade, por meio da revitalização de espaços abertos, do ordenamento das movimentações das pessoas em busca de lazer e descanso, da

produção de um sentimento de tranquilidade. A criação dos espaços verdes destinava-se especialmente à promoção da qualidade de vida urbana com o foco no bem-estar das pessoas (SILVA e EGLER, 2003).

O movimento higienista e seu ideal de salubridade surgiram como consequência desse processo acelerado de urbanização das cidades, que impulsionaram ações mobilizadoras e disciplinadoras de tornar o ambiente urbano salubre. Baseando-se no discurso da “medicalização”, o ideal de salubridade sugeria medidas de proteção e compensação dos males decorrentes do processo da industrialização, destinado ao controle social do espaço urbano (NIEMEYER, 2002).

Dois fatos marcaram a criação dos primeiros espaços públicos verdes urbanos: o primeiro fato foi a abertura dos jardins dos palácios ingleses ao público; e, o segundo, decorre dos empreendimentos imobiliários promovido pelas iniciativas pública e privada, que viram na criação de jardins e parques bons investimentos (SILVA e EGLER, 2003).

O parque surge pela relevância das transformações urbanas das cidades no final do século XVIII, na Inglaterra e tem seu pleno desenvolvimento no século seguinte. A ênfase maior das transformações é revelada no Movimento Conservacionista dos Parques Americanos – o *Park Movement* – liderado por Frederick Law Olmsted (SCALISE, 2002) e na reformulação feita na cidade de Paris pelo Barão George Haussmann (1853-1870). Os parques parisienses de Haussmann eram formados por áreas verdes em diferentes escalas, interligadas por grandes avenidas (WHATELY *et al.*, 2008). Pode-se considerar, então, que a primeira concepção de espaços públicos verdes esteve vinculada ao embelezamento das cidades e a contemplação da natureza (CARDOSO, 2012).

O primeiro parque urbano dos Estados Unidos (EUA), foi o Central Park de Nova York, criado por Frederick Law Olmsted e Calvert Vaux em 1858, com 300 hectares (FERREIRA, 2006). Com estilo de parque romântico, cercado de gramados, lagos e extensa vegetação, o Central

Park serviu de modelo para outros grandes parques urbanos nos EUA, como: Lincoln Park, em Chicago, com 490 hectares, Golden Gate Park, em São Francisco, com 1.013 hectares e o Parque Boston Common, em Boston (SCALISE, 2002).

No século XIX, surgiram os grandes jardins contemplativos, os parques de paisagem, os *parkways*, os parques de vizinhança americanos e os parques franceses monumentais e formais. Nesse período devido a necessidade de expansão urbana e o intenso ritmo de trabalho, é revelada a preocupação com as demandas por equipamentos para o lazer e a recreação. Revela-se, então, a importância do parque, além da criação de novos espaços amenizadores da estrutura urbana, com funções de “pulmões verdes”, como os jardins e as praças (*idem, ibidem*).

Com o emergir do movimento ecológico, cresce a preocupação com a qualidade do ambiente urbano. A recuperação de áreas degradadas e a busca da requalificação das cidades industriais podem ser observadas no movimento *renaturierung*, que significa “renaturalização da cidade”, reforçando a ligação de áreas verdes num sistema independente, com percursos para pedestres e ciclistas. Em Amsterdã, foi criado o Thyssepark, considerado o primeiro parque público ecológico do mundo (*idem, ibidem*).

Após a superação do modelo de parques do século XIX, caracterizados como espaços de contemplação da natureza, idealizados em bairros burgueses para deleite das elites europeias, surge o parque do século XX, que busca novos espaços verdes expressando uso coletivo. Esta concepção de parque busca recriar as condições naturais que a vida urbana insiste em degradar, local de sociabilidade onde o povo encontre suas origens, no contato físico e ativo com a natureza (FERREIRA, 2006).

Assim, novos usos, formas e funções foram introduzidos no decorrer do século XX, como em atividades esportivas, de conservação dos

recursos naturais típicas de parques denominados ecológicos, bem como as voltadas ao lazer proporcionado pelos brinquedos eletrônicos, mecânicos e dos espaços cenográficos dos parques temáticos (MACEDO e SAKATA, 2002). Essa diversidade de usos, formas e funções requalificam e refuncionalizam os espaços verdes urbanos e novos significados são atribuídos a eles como, por exemplo, parque ecológico ou jardim botânico e parque temático.

Parque ecológico objetiva prioritariamente a conservação desse ou daquele recurso ambiental, como um banhado e um bosque. Já os parques temáticos surgem em 1955, com a inauguração da Disneylândia, na Califórnia (*idem, ibidem*). Segundo os autores, é na atualidade uma forma popular de lazer, na qual há extrema produção cenográfica, representativa de lugares reais e imaginários e paralelamente é um lugar onde são praticadas atividades intensas de lazer eletrônico dentro de edifícios. Esse tipo de parque, em sua maioria pertencente à iniciativa privada, é encontrado junto às aglomerações urbanas. Poucos são os exemplos de parques temáticos geridos pelo poder público, caso do *Parc de La Villette*, em Paris (*idem, ibidem*).

Nesse contexto, as cidades contemporâneas necessitam cada vez, com mais frequência de novos espaços públicos verdes, em geral estes vem sendo criado com dimensões menores devido a escassez e ao alto custo da terra. Esses espaços visam atender a uma grande diversidade de solicitações de lazer, tanto esportivas como culturais, não possuindo muitas vezes, a antiga destinação voltada basicamente para o lazer contemplativo, caráter dos primeiros grandes espaços públicos verdes.

Nas últimas décadas, a ampliação do debate em torno da questão ambiental e da sustentabilidade das áreas verdes passa a inserir os parques e os jardins urbanos, em torno desta problemática e abriu uma nova perspectiva para que esses espaços cumpram seu papel na conservação ambiental. Em termos práticos, significou redefinir sua atuação e multiplicar suas funções, muitas delas historicamente

estabelecidas; outras, acumuladas ao longo do tempo pela inserção desses espaços verdes na malha urbana.

Nas grandes cidades do mundo existem exemplos recentes de espaços públicos verdes, com usos, formas e funções de parque linear e jardins urbanos, que são produtos de uma “arquitetura ecológica” funcionalista que constrói verdadeiros “oásis” nas metrópoles. Como exemplos desses “oásis” destacam-se: o *High Line Park* em Nova York, *Acros*, em Fukuoka, Japão, *Promenade Plantée* em Paris, França, Biblioteca de Birmingham, na cidade homônima, *Cheong gye cheon*, em Seul, Coréia do Sul.

MODELOS PAISAGÍSTICOS: USOS, FORMAS E FUNÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS VERDES URBANOS NO BRASIL

Contrariamente do que ocorreu na Europa no século XIX, os espaços públicos verdes urbanos no Brasil não surgiram da emergência social de atender às necessidades das massas urbanas das metrópoles europeias. O país no século passado não agregava uma expressiva rede urbana, bem como nenhuma cidade, inclusive o Rio de Janeiro, possuía o porte de grande cidade europeia daquela época. Os espaços verdes urbanos foram criados no país como uma figura que vinha para complementar o cenário das elites emergentes que detinham o controle da nova nação que se formava e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com os modelos internacionais, especialmente os ingleses e os franceses (MACEDO e SAKATA, 2002).

As principais cidades do país, dentre elas: Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre, Manaus e Belém passam por extenso processo de modernização, especialmente nas suas áreas do centro urbano e circunvizinhas, de modo a assumirem o papel de centros de irradiação de vida para as novas camadas dirigentes que se organizavam.

De acordo com os autores, as áreas verdes no Brasil do século XIX e da *belle époque* – auge do ciclo da borracha amazônica, eram um elemento urbano expressivo de uma modernidade importada, totalmente alheia às necessidades sociais da massa urbana contemporânea de então, que usufruía de outros espaços, como terreiros e várzeas.

Esse é o período do espaço contemplativo, feito para a *flâneur*, criado para as pessoas deslizarem suavemente em meio a um cenário delicadamente concebido. Nele a paisagem das plantas nativas era misturada com espécies europeias ou oriundas da Ásia e África. O modelo paisagístico eclético de projetar os cenários nos séculos XIX e início do século XX influenciou muito dos novos espaços criados nesse período, tanto em praças, jardins e parques em cidades brasileiras, especialmente, São Paulo, Recife e Belém (*idem, ibidem*).

Em São Paulo, o Jardim Botânico Paulista que posteriormente foi denominado Jardim da Luz, é considerado um espaço verde urbano de alta qualidade projetual, estruturado em grandes eixos clássicos, que vez por outra fazem concessões aos princípios românticos na forma de um ou outro caminho curvo (*idem, ibidem*).

A fonte de inspiração do parque urbano implantado no Brasil foi o modelo paisagístico dos jardins ingleses do século XVIII, que tiveram origem nas ideias românticas de volta à natureza (SILVA e EGLER, 2003)². Neste processo, surgiu no contexto nacional a educação do olhar pela paisagem que consistia em conservar as áreas verdes urbanas (FERREIRA, 2006). No entanto, as primeiras demonstrações do poder público brasileiro com a conservação da natureza no ambiente urbano ocorreram no final do século XVIII, quando foram criados no Rio de Janeiro os três primeiros parques públicos, com as características morfológicas e funcionais: o Campo de Santana e o Passeio Público, construídos em 1783, ambos situados junto ao centro histórico da cidade e o Jardim Botânico, situado junto a Lagoa Rodrigo de Freitas (BRITO, 2010).

Entretanto, havia a necessidade de estruturação do Brasil como nação, principalmente a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa (FERREIRA, 2006). Neste contexto, os espaços verdes urbanos são criados no país como uma figura que vinha para complementar o cenário das elites emergentes que detinham o controle da nova nação que se formava e procuravam construir uma figuração urbana compatível com os modelos dos parques urbanos internacionais, particularmente, os ingleses e os franceses (MACEDO; SAKATA, 2002).

Terra (2004) considera que no Brasil a criação das áreas verdes surge no final do século XVIII, no Rio de Janeiro e no início do século XIX, em diversas cidades, aliadas ao discurso higienista com ideal de salubridade e a preocupação com a paisagem e a arborização que passa a fazer parte de algumas cidades brasileiras.

Neste cenário, ao longo dos séculos XIX e XX, a evolução da linha dos projetos paisagísticos dos parques urbanos brasileiros passou por grandes transformações. Neste período são identificadas três linhas projetuais: a eclética, a moderna e a contemporânea (*idem, ibidem*).

No século XIX e início do século XX, o modelo paisagístico eclético de projetar os cenários influenciou muito dos novos espaços criados nesse período, tanto em praças e parques em cidades brasileiras, especialmente, Recife, São Paulo e Belém (*idem, ibidem*). As reformas urbanísticas que ocorreram nas cidades brasileiras aos moldes de Paris passaram a ser classificadas como 'haussmanniana' (PORTO *et al.*, 2007).

O modelo paisagístico *haussmaniano*, da cidade de Paris foi desenhado e controlado por Haussmann, a fim de atender os interesses de Napoleão III, que visavam assegurar a popularidade do político na capital parisiense e tornar mais difíceis as futuras revoluções. As reformas urbanísticas propostas por Haussmann seguiam três princípios básicos: circulação acessível e confortável

dentro da cidade com o alargamento das vias, eliminação da insalubridade nas vias, revalorização e reenquadramento dos monumentos interligados através dos eixos viários. Após essas reformas, Paris passa a ser considerada modelo de modernidade até meados do século XX, influenciando os planos urbanísticos de diversas metrópoles no mundo (PORTO *et al*, 2007).

No caso de Belém do Pará, é expressiva a influência haussmanianna durante o governo do intendente Antônio Lemos, fortemente identificada na análise do traçado das novas ruas, da instalação de infraestrutura, da “elitização” da cidade, demolições de velhas edificações, higienização da cidade – o período Lemista foi fortemente marcado pelo movimento higienista – bem como a implantação de serviços urbanos. Tais reformas urbanísticas que ocorreram nas cidades brasileiras aos moldes de Paris passaram a ser classificadas como *haussmanniana* (*idem, ibidem*).

No período da *belle époque*, Belém passou por um processo de “embelezamento estratégico”, influenciado pelo modelo parisiense, fortemente identificado pelo padrão das construções do intendente municipal Antônio Lemos, que administrou a cidade no período de 1897 a 1912 (FARIAS 2004). Neste cenário é expressiva a influência *haussmanianna* em Belém, fortemente representada pela abertura de vias largas, da instalação de infraestrutura, da “elitização” do centro da cidade, com a construção de boulevards, típicos do paisagismo parisiense e demolições de velhas edificações. Estas reformas urbanísticas serviam para o deleite da classe burguesa emergente, expulsando para a periferia da cidade as classes de baixa renda (PORTO *et al.*, 2007).

Também fazia parte do plano de urbanização da cidade à época, a construção de palácios, a exemplo do Palácio Antônio Lemos, atual sede da Prefeitura Municipal de Belém e o Palácio Lauro Sodré, atual

sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, além da construção de palacetes, parques e áreas verdes, a exemplos, das praças da República e D. Pedro II, (MACEDO e SAKATA, 2002). No período Lemista, a higienização da cidade de Belém, foi marcada pelo movimento higienista que visava tornar a cidade salubre com ações de saneamento básico destinadas ao bem-estar dos cidadãos (PORTO *et al.*, 2007).

Ainda na cidade de Belém, o parque do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG), inaugurado em 1866 e o parque municipal Bosque Rodrigues Alves, inaugurado em 1883, por Antônio Lemos, são exemplos da forma de organização do espaço no estilo eclético. Tais áreas verdes foram construídas em um cenário que valoriza os remanescentes de mata amazônica e a valorização da água nas fontes, chafarizes e espelhos d'água (MACEDO e SAKATA, 2002).

Neste contexto, surge o parque linear que é uma extensão física de várias gerações de aterros da orla que já haviam dado origem à avenida beira-mar, com suas praças-parques e ao passeio público (*idem, ibidem*). Estes modelos de parques urbanos lineares podem ser encontrados em metrópoles como Rio Branco, Acre, a exemplo do "Parque da Maternidade", bem como nos projetos paisagísticos de Marx, a exemplo do Parque Sarah Kubitschek, em Brasília, a Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte e o Parque do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro (CARDOSO, 2012).

O trabalho de paisagistas americanos, franceses e espanhóis, destacam-se a simetria no desenho dos canteiros, no uso da vegetação e no uso de elementos decorativos como pérgulas, pontes, mirantes e pórticos. A água permanece como um importante elemento construtivo do espaço, na forma de lagos, nascentes, espelhos d'água, fontes, jorros e bicas que valorizam os parques urbanos contemporâneos como espaços de contemplação da natureza (MACEDO e SAKATA, 2002).



Il. 1: Museu Paraense Emílio Goeldi - Parque Zoobotânico.
Fonte: Fotografia de Silvia L. C. Cardoso, 2018.

Il. 2: Bosque Rodrigues Alves - Jardim Zoobotânico da Amazônia inaugurado em 1883.
Fonte: Fotografia de Silvia L. C. Cardoso, 2018.



Neste contexto, os diferentes estilos de parques descritos pelos paisagistas que visam a requalificação e refuncionalização desses espaços públicos verdes são decorrentes do acelerado processo de modificação urbana que busca atender o bem-estar da população. Entretanto, estas áreas estão condicionadas à proteção legal da natureza com o uso equilibrado dos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, os novos papéis desempenhados pelos espaços verdes possuem duas vertentes de ações que geram mudanças no tratamento da gestão dos parques urbanos brasileiros. A primeira vertente utiliza o parque urbano como estratégia de conservação dos recursos naturais, em especial a partir da década de 1980, quando a questão ambiental passa a ser institucionalizada através da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

Esta linha de ação é mais evidente e consolidada, no sentido de que direcionou a criação de inúmeros parques denominados ecológicos nas cidades brasileiras. O parque ecológico e o jardim botânico, embora sejam caracterizados como áreas de domínio público, destinam-se ao uso com atividades de lazer restritas, funcionam também como unidade de conservação de proteção integral (SNUC/2000) e conservação da flora e dos recursos naturais. A segunda vertente diz respeito ao uso do parque como dinamizador da economia urbana em atividades voltadas ao lazer e ao turismo nas cidades contemporâneas (BARCELLOS, 1999).

As questões que conduziram o surgimento dos jardins botânicos e dos parques urbanos nas cidades brasileiras são diversificadas. Observa-se, no entanto, que a temática voltada à evolução das funções ambientais desses espaços urbanos está mais focada para os motivos que levaram à criação, requalificação e refuncionalização de novas modalidades de parques e jardins com novas denominações usos, formas e funções.

Neste sentido, o que há de inovador na criação e gestão de espaços públicos verdes é a evolução de suas diversificadas funcionalidades no ambiente urbano. Tais usos, formas e funções buscam requalificar e refuncionalizar os espaços nas *urbes* e novas denominações são atribuídas a eles, na perspectiva de promover o bem-estar da população e a sustentabilidade urbana.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, V. Q. *Os parques como espaços públicos de lazer: o caso de Brasília*, 1999. (Tese Doutorado Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) FAU/USP. São Paulo, 1999.

BRITO, D. M. C. Áreas legalmente protegidas no Brasil: instrumento de gestão ambiental. *In: Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas*. Macapá, n. 2, p. 37-57, 2010.

CARDOSO, S.L. C. *Subsídios à Gestão Ambiental de Parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren (PEGV)*. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

_____; FIGUEIREDO, S. L. Jardins Botânicos e a Relação com a Cidade: Gestão e turismo no Jardim Botânico de Curitiba, Curitiba, Paraná, Brasil. *In: II SIALAT – Seminário Internacional América Latina : Políticas e conflitos contemporâneos*, 2017, Belém. Anais. Belém, Universidade Federal do Pará/NAEA, 2017.

CHIESURA, A. The role of urban parks for the sustainable city *In: Landscape and Urban Planning*. n. 68, p. 129-138, 2004.

COSGROVE, D. E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. *In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FARIAS, R. S. S. *Planejamento e gestão participativos em Belém-Pa: o Congresso da Cidade (2001-2004)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, 2004.

FERREIRA, Adjalme D. *Efeitos Positivos gerados pelos parques urbanos; o caso do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado Curso de Pós-graduação em Ciência Ambiental – PGCA, Universidade Federal Fluminense-UFF, Rio de Janeiro, 2006.

FIGUEIREDO, S. L.. Espaços de Cultura nas Cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. *In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. UFPA/NAEA, Belém, 2008.

KAPLAN, R., The analysis of perception via preference: a strategy for studying how the environment is experienced. *In: Landscape and Urban Planning*, n.12, p. 161–176, 1983.

KUZEVANOV, V.; SIZYKH, S. Botanic gardens resource: tangible and intangible aspects of linking biodiversity and human well-being. *In: Hiroshima Peace Science Journal*, 28 p. 113-134, 2006.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. *Parques Urbanos no Brasil*. São Paulo: USP, 2002.

MELO, M. I. O.; NÓBREGA, L. S. S. da, DIAS, K. *Paisagem urbana: parque, lazer e turismo*. Anais do VII Semintur – Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Turismo e Paisagem: relação complexa - Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul/RS, 2012. Disponível: www.ucs.br/ucs/.../eventos/...tur.../04_49_56_Melo_Nobrega_Dias> Acesso em: 10.fev.2018

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *Parques infantis de São Paulo: lazer como experiências de cidadania*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

PORTO, Aline L. G.; SECCO, Chiara B.; DELGADO, Gisele M. A Influência “Hausmanniana” nas Intervenções Urbanísticas em Cidades Brasileiras. *In: XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba*, 2007. Disponível: <www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/.../epg/EPG00214_010.pdf>. Acesso em: 20.jul. 2017.

ROCHA, G. de M.; BRITO, S. K. M. As unidades de conservação de Belém e a Sustentabilidade Urbana. *In: VASCONCELLOS, Mário; ROCHA, G. de M.; LADISLAU, Evandro (Orgs.). O desafio político da sustentabilidade urbana: gestão sócio-ambiental de Belém*. Belém: UFPA.NUMA, EDUFPA, 2009. 179p.

SCALISE, W. Parques Urbanos – evolução, projeto, funções e uso *In: Revista Assentamentos Humanos*, Marília, v. 4, n. 1, p. 17-24, 2002.

SILVA, L. J. M. da; EGLER, I. *Parques urbanos: A natureza na cidade – Uma análise da percepção dos atores urbanos*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentado). Centro de Desenvolvimento Sustentado/UNB. Brasília/DF, 2003.

SOUZA, S. do R. de; BAHL, M. O urbano e a produção simbólica do espaço. *In: Revista Espacios*. v. 34, n. 1, março, 2013. 11-30. Disponível em:<<http://www.revistaespacios.com>>. Acesso: 05. FEV.2018

TRATALOS, J. et al. Urban Form, Biodiversity Potential and Ecosystem Services. *In: Landscape and Urban Planning*. v. 83, n.4, p. 308-317, 2007.

TERRA, C. G. *O jardim no Brasil do século XXI – Glaziou Revisitado*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2000.

WHATELY, M. et al. *Parques Urbanos Municipais de São Paulo: Subsídios para a gestão*. Instituto Sócio Ambiental (ISA) São Paulo, 2008.

NOTAS

- ¹ “O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.
- ² O movimento de volta à natureza, que surge na sociedade capitalista e industrial, foi responsável pela disseminação de vários parques urbanos no mundo (SILVA; EGLER, 2003).

A FORMAÇÃO DA IMAGEM E DA PAISAGEM URBANA DO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU: UMA ANÁLISE DO NÚCLEO URBANO DE QUATRO BOCAS

FELIPE COSTA DE ALMEIDA
DAVI JOSÉ DA ROSA SANTOS
JOSÉ JÚLIO FERREIRA LIMA

d4virsantos@gmail.com
felipealmeidx@gmail.com
jjlimafoa@gmail.com

RESUMO

A instalação dos imigrantes nipônicos no território onde hoje configura-se o município de Tomé-Açu, no nordeste paraense, foi responsável por desenvolver social e economicamente a região, além de adicionar importantes elementos à cultura e ao cotidiano do município. O presente trabalho busca, por meio de pesquisas bibliográficas, visitas in loco e análises cartográficas e fotográficas, entender a formação da paisagem do município de Tomé-Açu, com ênfase no núcleo urbano de Quatro Bocas – a partir da ação dos diferentes elementos que protagonizaram a história do município. Ao final é mostrado como esta localidade ainda está passível de transformações oriundas do processo de construção da paisagem.

Palavras chave

Tomé-Açu, Quatro Bocas, paisagem urbana.

ABSTRACT

The settlement of the Japanese immigrants on the current territory of Tomé-Açu, on the northeast of Pará, was responsible for the social and economic development of the region. This paper aims, through bibliographic research, on-site visits and cartographic and photographic analysis, to understand the formation of the landscapes from the municipality of Tomé-Açu, emphasizing the urban center of Quatro Bocas. The analysis considers the different elements that starred the history of the municipality. In the end, it is showed how this city is still in the imminence of transformations due to the process of landscape construction.

Key-words

Tomé-Açu, Quatro Bocas, urban landscape.



O MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU foi, originalmente, um povoado ribeirinho que ocupou as terras da bacia do rio Acará-Mirim, segundo o padrão de ocupação característico das cidades amazônicas (CARDOSO e LIMA, 2009). O rio se torna no contexto amazônico, uma vez que estrutura a localização urbana e a configuração da cidade ao longo do rio. No caso específico de Tomé-Açu, o núcleo da sede se tornou importante para o estabelecimento de um polo de atração para a imigração japonesa na região Norte.

A imigração de outros povos para o Brasil já vinha sendo fomentada pelo Estado

brasileiro a partir do início do século XX, com o objetivo de povoar o território, bem como revalorizar as terras. Dentre as nacionalidades que chegaram no país, os primeiros japoneses desembarcaram no porto de Santos em maio de 1908 (SILVA NETO, 2007). A presença nipônica começa a ocorrer no estado do Pará somente em 1934 (TOMÉ-AÇU, 2015), quando o estado passou a receber um grande número de imigrantes. Assim como na região sudeste, a imigração dirigida se ocupou basicamente da produção agrícola.

Os imigrantes nipônicos desenvolveram, então, as primeiras plantações de pimenta-do-reino na região. As primeiras áreas destinadas à plantação da piperácea se concentraram na localidade que hoje forma o município de Tomé-Açu, mais especificamente o núcleo urbano de Quatro Bocas. O sucesso da pipericultura originou a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA) que, com a associação dos pequenos produtores, trouxe lucros sem precedentes à região. Estes lucros foram reinvestidos e proporcionaram a Tomé-Açu crescimento econômico e desenvolvimento social.

As medidas tomadas para o desenvolvimento da cidade durante as décadas posteriores diversificaram os modos de vida e produção na cidade, trazendo aos atores tradicionais envolvidos na ocupação da terra rural novos papéis, promovendo agora estratégias para a gestão do espaço urbano formado (CARDOSO e LIMA, 2006).

Diante das peculiaridades observadas na formação do município de Tomé-açu, tanto pela presença da imigração japonesa organizando o território, como pelas determinações do próprio espaço amazônico, formula-se com esse trabalho uma análise preliminar da paisagem daquele município. A ênfase da análise é o núcleo urbano de Quatro Bocas, onde se concentrou, a despeito da sede, a transposição de traços culturais do Japão para a Amazônia.

O trabalho traz considerações sobre a formação da paisagem e sua percepção a partir dos diferentes atores que protagonizaram a história

do município. Utilizando-se de pesquisa bibliográfica aliadas a visitas in loco e análises de mapas e fotografias registradas nas visitas, em uma primeira sessão são relacionadas as proposições de diferentes autores de bases para uma análise da percepção da paisagem, o que é feito na sessão seguinte para o caso específico do núcleo urbano de Quatro Bocas. Ao final, o trabalho busca traçar uma reflexão sobre como esta localidade ainda está passível de transformações oriundas do processo de construção da paisagem.

A FORMAÇÃO DA IMAGEM E A PAISAGEM PERCEBIDA

Dentre distintas definições, entende-se por paisagem a manifestação morfológica resultante do processo de atividades humanas sobre diferentes aspectos naturais, compreendendo espaços denominados naturais e urbanos. A paisagem não se apresenta estática, sua diversidade alterna de acordo com fatores fisiográficos e ambientais relacionados às intervenções humanas, como um sistema complexo de relações. Ela é o reflexo da dinâmica entre diferentes componentes e agentes do espaço (MACEDO, 1994).

A relação existente entre natureza e ser humano é um mecanismo de criação e recriação da paisagem e a percepção deste processo se relaciona ao repertório de particularidades culturais e sociais de cada indivíduo, como a memória e o imaginário. A existência cultural da paisagem se dá por meio da percepção sensorial do observador e a forma em que ele captura a estética do espaço e se comunica com ela (CAMARGO, 2005).

Segundo Kohlsdorf (1996), a paisagem possui configurações de diferentes linguagens que podem gerar diferentes efeitos ao indivíduo de acordo com os significados que este atribui aos elementos compositivos do espaço. Desta forma, a comunicação que a paisagem estabelece pode desenvolver significados tanto no âmbito individual quanto coletivo. Para a autora, o espaço urbano apresenta uma

pluralidade de percepções e potencialidades cognitivas percebidas pelos indivíduos – estes são fatores que constroem a legibilidade urbana, a capacidade dos lugares de serem decodificados em termos de identificação e localização por seus usuários.

Entende-se aqui, então, que a paisagem, além de processos físicos de transformação e construção das relações homem-natureza, carrega preferências e potenciais intrínsecos da cultura de cada população (WAGNER e MIKESELL, 2003). Este último elemento, segundo Da Matta (1981), pode ser entendido como um mapa, um receituário, um código que, por meio deste, as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas.

No entanto, percebe-se que este código não é inexorável, pelo contrário: é flexível e está sujeito a transformações, e transversalidades que podem atravessar – e atravessam – diferentes países e culturas, se reproduzindo em perspectivas materiais e imateriais, formando uma paisagem transcultural. No caso específico amazônico, a integração dos diferentes colonizadores contribuiu para a composição da paisagem transcultural local, pois as conexões étnicas e culturais criam o processo de diversidade e constroem a identidade que, por sua vez, intervém na organização sociopolítica e ressignificam o espaço e o imaginário.

A PAISAGEM TRANSCULTURAL EM TOMÉ-AÇU – O NÚCLEO DE QUATRO-BOCAS

Localizado na microrregião de Tomé-Açu, no nordeste paraense, o município de Tomé-Açu é, territorialmente, uma espécie de quadrilátero onde coexistem dois núcleos urbanos – Tomé-Açu e Quatro Bocas. Os dois núcleos esparsos são conectados exclusivamente pela rodovia estadual PA 140. O espaço entre eles, o chamado “bairro industrial” ou a zona periurbana do município, é composto por sítios anteriormente de propriedade dos colonizadores japoneses, serrarias e fragmentos de mata nativa (CARDOSO e LIMA, 2009). Mesmo fragmentado, os

espaços urbanos do município são articulados e apresentam fluxos e trocas vitais para o funcionamento da cidade.

O boom da pimenta-do-reino, produzida através do sistema cooperativista, deu origem à Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, a CAMTA, que, fundada em 1949, associou agricultores em prol do crescimento da agricultura na cidade. Iniciando com cerca de 58 cooperados, em 1960 a cooperativa já contava com mais 200 cooperados que administravam mais de 1 milhão de pimenteiras (HOMMA, 2007 *apud* TAFNER, 2010, p. 75). Nos anos finais da década de 1960 as famílias tomé-açuenses não puderam mais ter como suporte econômico tal especiaria devido à reduzida demanda de pimenta-do-reino – justificada pelas novas plantações em outros países – e à proliferação da fusariose, doença que reduz a vida útil e a produção das pimenteiras. Nesse período, novas culturas começam a ser plantadas e desenvolvidas nos lotes produtivos do município e a fruticultura passa a ser o comandante da economia de Tomé-Açu.

A população tome-açuense estimada em mais de 61.000 habitantes em 2017 (IBGE, 2017), ainda encontra na agricultura sua principal fonte de renda. A diversificação da produção da CAMTA, a partir do período de queda da comercialização da pimenta-do-reino, expandiu o seu mercado e abriu novas portas para a economia da cidade. A produção de cacau e a dendê se tornaram protagonistas da cooperativa ao passar dos anos.

A CAMTA foi responsável, historicamente, pela implantação de grande parte da infraestrutura presente em Tomé-Açu. O hospital da cooperativa, escolas primárias – e, posteriormente, os ginásios – e a organização da malha urbana são elementos que foram originados e desenvolvidos graças ao investimento dos cooperados e o crescentemente a organização do agronegócio em escala. Este processo ocorre em meio a manutenção da forma cooperativada, o que pode representar uma situação de transição entre a agricultura da imigração e a possibilidade de articulá-la a processos mais globais de agronegócio.

Atualmente, a cooperativa fabrica e exporta polpa de frutas para todas as regiões brasileiras e para o mundo – EUA, Japão, Alemanha e Argentina são os principais compradores. Só a fruticultura injetou mais de 14 milhões de reais na economia da cidade em 2007, segundo relatório fornecido pela diretoria da cooperativa (TAFNER, 2010).

Percebe-se, então, que o sucesso da produção agrícola no município de Tomé-Açu não se resumiu apenas à atuação da CAMTA nas culturas de pimenta-do-reino. O feito da cooperativa junto aos produtores ampliou o campo de possibilidades que poderiam trazer o desenvolvimento à cidade.

A partir da primeira década do século XXI, Moju, Acará e Tailândia (municípios que, somados a Tomé-Açu e Concórdia do Pará, integram a microrregião de Tomé-Açu) viram seus hectares de plantio de dendê mais que duplicarem devido a mudanças em políticas públicas que incentivaram a maior produção do biodiesel brasileiro com uma porcentagem significativa de óleo de palma – insumo que passou a ser utilizado na fabricação de combustível. A produção chega, nos anos de 2010, ao restante dos municípios da microrregião de Tomé-Açu, os quais se tornam as grandes frentes de expansão da dendeicultura (NAHUM e SANTOS, 2015).

Em Tomé-Açu, como ocorre nos outros municípios de sua microrregião, empresas como a Agropalma se utilizaram de métodos de produção que remetem ao cooperativismo implantado desde o século anterior pela CAMTA. Segundo Nahum e Santos (2015), tentando amenizar os impactos às produções agrícolas independentes das famílias do município, as empresas traçaram metas para associar famílias às suas produções ao longo dos anos, traçando metas. Metas estas que, segundo dados das próprias empresas, ainda hoje, não chegam nem perto de serem atingidas.

A cultura do dendê tem sido, na última década, um agente que vem trazendo ainda mais mudanças sociais, políticas, econômicas

com alterações consideráveis para a paisagem do município. A cultura do dendê, de forma geral, implanta-se em regiões próximas a concentrações populacionais, acarretando notórias mudanças nessas áreas. A dendeicultura necessita de mecanismos para se desenvolver e dar prosseguimento na produção – o estabelecimento e manutenção de infraestrutura física e humana são recursos imprescindíveis e, quando instaurados nessas regiões, pode significar o início de progresso.

Com a introdução de sistemas básicos para tal estrutura como energia elétrica, água potável, meios de comunicação, entre outros, percebe-se o processo de conversão de localidades rurais em polos de desenvolvimento (MÜLLER *et al.*, 1989). De acordo com Santana e Lima (2017), os investidores do capital estimulam a transformação das terras rurais em urbanas, pois há o nítido interesse de apropriação de renda diferencial – pois a terra ganha valor à medida que a esta recebe investimentos em infraestrutura, tornando-se uma fonte de acumulação de capital.

A microrregião de Tomé-Açu foi alvo de especulação imobiliária quando os diversos agentes privados realizaram o que Nahum e Santos (2012) chamaram de “varredura fundiária”, ação que consistiu em adquirir terrenos que, mais tarde, seriam revendidos já com um valor maior, aumentando o montante do capital especulativo. Essa ação, indubitavelmente, acarretou notórias transformações no território e, conseqüentemente, na paisagem dos municípios onde o descrito fenômeno aconteceu.

No modo de vida da população em assentamentos rurais, sabe-se que a cultura do dendê também acarreta transformações. As famílias que antes faziam uso do solo desenvolvendo o cultivo de policultura – muitas das vezes em um contexto de subsistência –, a partir da implantação da dendeicultura, substituem as práticas tradicionais ao se aliarem a projetos que integram famílias agricultoras na produção do dendê. Dessa forma, a população local atua como componente de suporte para o funcionamento dessa nova dinâmica socioespacial.

A PAISAGEM URBANA DOS NÚCLEOS QUE COMPÕEM O MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU

Localizado no nordeste paraense, o município de Tomé-Açu é, territorialmente, uma espécie de quadrilátero onde coexistem dois núcleos urbanos – Tomé-Açu e Quatro Bocas. Tomé-Açu é, historicamente, a sede do município e foi formada às margens do rio. 12 km a oeste deste núcleo, no eixo da rodovia PA 140, foi formada pelos colonizadores japoneses uma comunidade rural, a atual Quatro Bocas – núcleo que mais tem impressas as marcas da colonização japonesa na região. O espaço entre eles, o chamado “bairro industrial” ou a zona periurbana do município, é composto por sítios que outrora foram propriedade dos colonizadores japoneses, serrarias e fragmentos de mata nativa (CARDOSO e LIMA, 2009).

Os terrenos que antes abrigavam os pimentais, após a decadência da produção, foram sendo parcelados para a ocupação em processos organizados por empresas de iniciativa privada, oficializando a área urbana e modificando o espaço. Os sítios ainda restantes pertencentes aos descendentes dos primeiros colonizadores japoneses delimitam a área urbana de Quatro Bocas hoje (*idem, ibidem*).

O processo da migração japonesa para Tomé-Açu foi um fator determinante para a composição da paisagem urbana atual. A vinda dos colonos para esse segmento da Amazônia possibilitou um intercâmbio de conhecimentos e práticas, exercendo explícita influência na constituição cultural da região. Os fenômenos de migração estabelecem intervenções territoriais relevantes. De acordo com a geógrafa Maria Dezan,

a história da humanidade registra, desde o seu aparecimento na face da Terra até hoje, repetidos movimentos de migração e de fixação de populações em várias regiões do globo. Os seres humanos sempre se movimentaram, por instinto, com o desejo de conhecer

e explorar o desconhecido ou impulsionados por problemas políticos, econômicos, sociais, religiosos, guerras, ou através da combinação de dois ou mais desses fatores. No decorrer dos séculos aconteceram muitos movimentos migratórios de proporções diferentes, sendo alguns de grandes dimensões, os quais influíram significativamente na evolução histórica do gênero humano (DEZAN, 2007, p. 18).

A composição sociocultural e, conseqüentemente, a expressão espacial de Tomé-Açu desenvolveram-se em um quadro de interação entre a população nativa e as famílias migrantes advindas desses fluxos populacionais. A colonização japonesa em Tomé-Açu tem reconhecida participação na economia local, faz-se presente nos significados da memória coletiva, na materialização da história e na paisagem.

A linguagem estética e arquitetônica de construções são elementos que fazem parte da composição imagética e cultural das cidades. No caso específico de Quatro Bocas, há um interesse por parte de estudiosos por esta localidade apresentar peculiaridades quando comparada às demais cidades amazônicas: em Quatro Bocas é possível encontrar uma quantidade significativa de edificações com características arquitetônicas japonesas. A arquitetura encontrada em Quatro Bocas guarda relações com a paisagem rural e urbana japonesa características do período anterior a Segunda Guerra Mundial – paisagem esta que se modificaria profundamente no período da reconstrução do país e da pujança econômica mais recente.

A instalação dos colonizadores japoneses proporcionou melhores condições de vida tanto aos imigrantes quanto para a população em geral do município. A partir da década de 1950, a CAMTA passou a aplicar seus recursos na construção de equipamentos públicos como escolas e o hospital da Água Branca – infraestrutura social que contribuiu para o melhoramento dos serviços de saúde em Tomé-Açu (TAFNER, 2010). Mesmo que a linguagem estética da edificação que

abrigou o hospital, em si, não guarde características da arquitetura japonesa, suas ruínas são, nos dias de hoje, um patrimônio cultural e material pertencente à população e um registro físico dos esforços desses imigrantes na busca do desenvolvimento da cidade. (II. 1)

A arquitetura nipônica também se faz presente no antigo prédio administrativo da CAMTA, no templo budista e nas residências dos descendentes dos primeiros habitantes japoneses na região – tanto na mancha urbana quanto em localidades adjacentes à cidade. As edificações rurais japonesas em madeira, amplas e avarandadas, sem partições fixas foram construídas soltas nos terrenos e aliavam os traços culturais trazidos com as condições ambientais da Amazônia, similares ao verão japonês. Adaptaram-se as possibilidades de amenização da alta umidade e a transição entre o espaço do interior da edificação e o espaço exterior encontrada nas “minka” – casas rurais japonesas (LIMA, 1991).(II.2)

O antigo centro administrativo da CAMTA está localizado na zona urbana, no centro de Quatro Bocas, no encontro da avenida principal Dionísio Bentes com a avenida Saburo Chiba. Este edifício foi construído em 1948, predominantemente de madeira e possuindo dois pavimentos, o térreo e um pavimento superior. Com o passar dos anos, diferentes reformas foram executadas, descaracterizando a arquitetura original. (II. 3)

Segundo Numazawa (2009), essas modificações alteraram as estacas de fundação da edificação, alguns pilares, o material da cobertura, as vedações internas e, até mesmo, o uso da edificação. Hoje, a sede administrativa se encontra em uma edificação em alvenaria construída posteriormente e localizada no mesmo terreno, enquanto o antigo prédio em madeira passou a ser utilizado como depósito temporário de pimenta-do-reino. A antiga sede administrativa da CAMTA é um marco visual de Quatro Bocas, que complementa o contexto urbano local há décadas.



Il. 1: Ruínas do hospital da Água Branca.

Fonte: Acervo dos autores. Fotografia de Felipe Almeida, 2018.

Il. 2: Casa com elementos da arquitetura japonesa em Quatro Bocas.

Fonte: Acervo dos autores. Fotografia de Felipe Almeida, 2018.





Figura 3: Prédios da CAMTA no centro de Quatro Bocas.
Fonte: AICEB Região Amazônica, 2014.

O templo budista da cidade foi construído em alvenaria e, mesmo carregando pouca relação estética com os elementos dos tradicionais templos asiáticos, abriga ambientes indispensáveis desta tipologia, como o oratório budista e o local para se prestar reverências de mãos postas. O templo apresenta uma plasticidade na platibanda da fachada principal e um pórtico de entrada que possui a função de conectar o espaço exterior com o interior. (Il. 4)

Tais edificações enriquecem a paisagem urbana de Quatro Bocas pois, além de materializarem uma importante parte da história local, a inserção de tipologias produzidas por uma cultura do oriente dentro de um contexto amazônico acentua a singularidade visual e cultural desta paisagem.

PAISAGENS HÍBRIDAS

A demanda dos colonizadores por mão de obra para o cultivo e manutenção dos pimentais foi fonte de emprego para habitantes nativos da região, fator que intensificou o intercâmbio de experiências entre os habitantes locais e as famílias nipônicas. As relações subjetivas se estabeleceriam com o passar do tempo e logo se observaria até mesmo vínculos afetivos entre pessoas dessas distintas nacionalidades. Tal processo possibilitou a comunicação entre os diferentes costumes, saberes e crenças. A realização de atividades cotidianas e expressões comportamentais, seja na culinária, nos esportes, na religiosidade ou em festividades tradicionais também carregam fragmentos importantes da cultura japonesa impressa na região.

A exemplo, presencia-se elementos do modo de cozinhar japonês sendo incorporados arbitrariamente à culinária tomé-açuense: sejam relacionados ao modo de preparo, ou ao uso de ingredientes

Il. 4: Templo budista de Tomé-Açu durante a visita de monges.
Fonte: Bom Amigo, 2014.



característicos – fato que pode ser observado no modo de vida de algumas famílias que tiveram relações mais estreitas com famílias imigrantes, por trabalharem nas lavouras ou realizando atividade domésticas nas residências.

A preservação dessa bagagem cultural presente em Tomé-Açu é fomentada pela Associação Cultural Nipo-Brasileira de Tomé-Açu, uma instituição que organiza e mantém diferentes atividades artísticas e festividades tradicionais japonesas. Segundo Aihara (2008),

Diferentes comemorações alusivas à cultura japonesa, através dos quais no Undokai as pessoas, durante o dia, confraternizavam-se participando de atividades esportivas, separadas por faixa etária; no Enguekai havia as apresentações artísticas musicais, de interpretação teatral e outras relacionadas à cultura nipônica; e no Bon-Odori as pessoas dançavam ritualisticamente em homenagem aos ancestrais mortos (AIHARA, 2008). (II. 5)



II.5: Festival Bon-Odori no município de Tomé-Açu.
Fonte: Fotografia de Felipe Almeida, 2017.

De acordo com Ramos (2018), associação cultural local junta esforços com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Japan International Cooperation Agency – JICA), realizando parcerias que mantém professores voluntários que ensinam música, matemática, dança e origami além do idioma japonês.

Em Quatro Bocas, o idioma japonês ainda é habitual entre os mais velhos – descendentes diretos das famílias colonizadoras. Manter a comunicação na língua mãe dentro de suas residências torna os diálogos mais confortáveis e de fácil entendimento, além de ser uma forma de resistência cultural. Dentro do núcleo familiar, os avôs e avós ainda persistem em perpetuar o uso do idioma ensinando e estimulando as crianças das casas a aprender.

Existe no local, ainda, estabelecimentos cujos proprietários são descendentes japoneses que comercializam vegetais cultivados em hortas por famílias nipônicas, comidas típicas da culinária japonesa, além de outros produtos alimentícios importados do Japão. Esses pontos comerciais são de grande importância para a comunidade nipônica da região, pois possibilitam a venda de produtos orgânicos livres da utilização de agrotóxicos, além de fomentarem a sociabilidade para os usuários que frequentam esses espaços.

A influência nipônica também é percebida na religiosidade dos residentes de Quatro Bocas. Há muito tempo, o budismo vem sendo propagado na região nordeste do Pará, onde é possível encontrar templos e sociedades budistas tanto nos municípios de Castanhal e Belém, assim como em Tomé-Açu. O templo Nishi Hongwanji, de Tomé-Açu, funciona ativamente e possui comunicação com a Federação de Escolas Budistas do Brasil. Em certos períodos e eventos, o templo recebe visitas de monges de outras regiões para a realização de atividades congregacionais. Na revista “Bom Amigo/ comunicado mensal do templo”, revista que veicula o comunicado mensal da Associação Religiosa Nambei Honganji Brasil Betsuin, há um relato do missionário do Dharma Shu Izuhara (2014), onde descreve a experiência de sua visita:

Visitei Belém e Tomé-Açu (...) como integrante da caravana de visita de solidariedade às regiões interioranas, promovida pela Federação das Escolas Budistas do Brasil. (...) Em especial, há um magnífico templo construído em Tomé-Açu. Fomos recepcionados com grande emoção em ambas as cidades. Disseram que era inédita uma visita de tantos monges ao mesmo tempo. Não havia falsidade naquelas palavras carregadas de emoção. Tamanha hospitalidade, recebendo-nos com coração emocionado, chegou a nos assustar (IZUHARA, 2014).

Além da religiosidade, há práticas esportivas em Quatro Bocas que também são influenciadas pela cultura nipônica. Na região, encontram-se escolas de karatê, clubes que promovem campeonatos de beisebol e campos destinados à prática de golfe – esportes trazidos a partir da década de 1950 pelos descendentes japoneses que residiam na região (RAMOS, 2018).

Essas especificidades analisadas – materiais e imateriais – são segmentos que participam da composição identitária do núcleo de Quatro Bocas, em Tomé-açu. A paisagem estudada revela as particularidades de uma sociedade que se potencializou a partir da transposição de traços culturais entre etnias dessemelhantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início da formação do Brasil que é conhecido hoje foi dado por um processo de migração. A migração de pessoas trouxe, além de seres humanos, mercadorias, costumes e ideologias – um conjunto de modos de viver que se somaram aos habitantes locais que, com o andar dos séculos, montou o Brasil onde hoje vivemos. A peculiaridade de Tomé-Açu foi a vinda arquitetada de japoneses que imprimiram parte de suas identidades em solos amazônicos. A jornada social e econômica vivida pelos imigrantes os fez, a cada dia, transformar e adaptar o território de tal forma que suas necessidades fossem cumpridas, seja plantando culturas, delimitando vias ou construindo suas casas.

Essas transformações, antes de trazerem lucros ou melhores condições de vida, primeiro transformaram a paisagem do território aqui analisada. No município de Tomé-Açu, observa-se na paisagem as consequências de processos culturais, políticos e econômicos. No início da colonização, a influência ribeirinha da ocupação passa a ser interiorizada pelas fazendas com plantações de pimenta-do-reino fomentadas pela CAMTA, motor principal de desenvolvimento econômico municipal, construindo casas, instituições e desenhando as vias e os espaços públicos que hoje compõe a paisagem de Tomé-Açu.

O núcleo urbano de Quatro Bocas carrega um potencial histórico advindo da permanência dos fragmentos do processo de colonização que instiga a evolução cultural local, em perspectivas materiais e imateriais. A relação entre homem e meio ambiente criou um campo de distintas interpretações e percepções do espaço, particulares de cada indivíduo, e promoveu modificações físicas no território. Nesse aspecto, a representatividade das conexões étnicas e a construção da identidade local revela a complexidade da formação da paisagem cultural dessa localidade.

A dinâmica sociocultural passa pelo processo natural de transformação com o passar dos anos, de acordo com a inserção de novos agentes do espaço. Segundo Cardoso e Lima (2009), nas últimas duas décadas, há uma migração das atividades de comércio e serviço do núcleo de Tomé-Açu em direção a Quatro Bocas motivadas pela maior importância da rodovia estadual, pela possibilidade de transformação de áreas rurais em loteamentos urbanos, bem como pela proximidade com áreas de exploração de minério - tratando-se, portanto, de dinâmicas e atividades relacionadas à exploração das terras e dos recursos naturais ali presentes.

A paisagem constituída a partir de uma determinada realidade passa pela evolução de ressignificações do espaço e, assim, o cotidiano se remodela a partir de uma nova representatividade que conduz um

universo de formas, conflitos e conexões. Segmentos da cultura japonesa sobrevivem em Quatro Bocas, sejam pelas edificações remanescentes construídas pelos colonizadores ou por seus descendentes, seja por aspectos imateriais relacionados à religiosidade, culinária, festividades tradicionais e atividades esportivas e educativas fomentadas pelas associações nipônicas presentes no município.

Os novos momentos que o município vive prometem mais mudanças para sua paisagem física e cultural. A preciosa história de Tomé-Açu, repleta de conexões culturais de relações que culminaram para a formação do município como é conhecido hoje está sempre passível de adições que podem vir das mais diversas áreas. A migração de novos serviços e pessoas trazem seus próprios saberes e costumes que poderão ser adicionados aos modos de vida locais, pluralizando ainda mais a cultura e a paisagem da cidade.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, M. Da C. R. de. *Aplicação de indicadores perceptivos para análise das paisagens cênicas do trajeto entre o distrito de Taquaruçú e Palmas/TO*. Palmas, TO. Dissertação (mestrado em Ciências do Ambiente). Universidade Federal do Tocantins, 2005.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte; MIRANDA, Thales. Sociabilidade, Modernismo E Espaços Naturais: Análises morfológicas dos espaços públicos da Área de Expansão de Belém (PA). In: *III Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia – III SAMA*. Belém-PA, 2018.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira. Problemas socioambientais urbanos. In: MONTEIRO, Maurílio; COELHO, Maria; BARBOSA, Estevão (orgs). *Atlas socioambiental: municípios de Tomé-Açu, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis*. Belém: NAEA, 2009.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (Org.). *O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. Belém: EDUFPA, 2006.

CARVALHO, A. C. A. de. *As metamorfoses do trabalho e no espaço a partir da dendeicultura em Tomé-Açu (PA): estudo de caso na Vila Forquilha*. Belém-PA. Dissertação (mestrado em geografia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2016.

CULLEN, G. *Paisagem urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DEZAN, M. D. de S. *Impactos da Imigração Japonesa Sobre a Diversidade Cultural na Organização do Espaço Geográfico Piracicabano-SP*. Rio Claro-SP: Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2007.

GOOGLE MAPS. Mapa de Tomé-Açu. 2017. Disponível: <<https://goo.gl/vTTYAo>>. Acesso: 10.abr.2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tomé-Açu. 2017. Disponível: <<https://goo.gl/N9VNN4>>. Acesso: 10.abr/2018.

LIMA, José Júlio. *Study on the imageability of Japanese cities*. 1991. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Fukui, Cidade de Fukui, 1989-1991.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. In: *Revista Estudos avançados*, 16 (45), 2002.

MACEDO, S. S. *Paisagismo e paisagem: Introduzindo questões*. Paisagem e Ambiente, FAUUSP, São Paulo, v. V, 1994.

MÜLLER, A. A. et al. *Dendê: problemas e perspectivas na Amazônia*. Belém: EMBRAPA - UEPAE de Belém, 1989.

NAHUM, João Santos; MALCHER, Antonio Tiago. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). In: *Revista franco-brasileira de geografia*. V. 16, 2012.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. O boom do dendê na microrregião de Tomé-Açu, na Amazônia paraense. In: *Revista franco-brasileira de Geografia*. V. 25. Nov/2015.

SANTANA, Jayana; LIMA, José Júlio. Expansão e contenção da cidade: o caso de Belém do Pará. In: TRIGUEIROS, Conceição (Coord.). *A língua que habitamos. VI Seminário Internacional – Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa* (AEAULP). Belo Horizonte, 2017. p. 344-355.

SILVA NETO, Francisco Rodrigues da. *Os japoneses no Pará: um estudo sobre a formação de identidades*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2007.

TAFNER, Armando. *Cooperativismo como arranjo produtivo local: A contribuição da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu para a sustentabilidade na Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará, Belém, 2008-2010.

TOMÉ-AÇU. Prefeitura Municipal. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/sJkFkp>>. Acesso em abril/2018.

PAISAGEM SONORA DE PARQUES URBANOS

ANTONIO CARLOS LOBO SOARES

loboso@museu-goeldi.br

RESUMO ABSTRACT

A paisagem sonora dos parques urbanos é reconhecidamente importante para o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos. A literatura revela, entretanto, uma relativa escassez de conhecimento sobre a paisagem sonora em contextos socioculturais e ambientais específicos e a influência destes na percepção do espaço sonoro urbano. A tese que apoia este artigo investiga a paisagem sonora de parques em Belém, Brasil e Lisboa, Portugal. Para isso, analisou: a influência da geografia e do clima como determinantes de atividades e comportamentos; a emissão de sons naturais e artificiais, que caracterizam a paisagem sonora dos parques urbanos; a maneira como os utilizadores avaliam a qualidade dos ambientes sonoros e outros elementos que contribuem para esta apreciação

Palavras chave

som, paisagem sonora, acústica

Soundscape in urban parks is known to be important for the welfare and quality of life of citizens. Existing literature reveals, however, a relative paucity of studies on soundscape in particular sociocultural and environmental contexts, and on the influence of these contexts in the perception of the urban soundscape. Within this framework, the thesis that support this article investigates the soundscape of parks in the cities of Belem, Brazil, and Lisbon, Portugal. The influence of geography and climate as determinant of activities and behaviors were analyzed, the emission of natural and man-made sounds that characterize the soundscape of urban parks, the way park users evaluate the quality of sound environments, as were other elements that contribute for such an appreciation.

Key-words

sound, soundscape, environmental



ESTUDOS DAS NAÇÕES UNIDAS preveem que, no ano 2050, cerca de 2/3 da população mundial viverão em áreas urbanizadas (UNITED NATIONS, 2011). O ruído, interpretado como um som (conteúdo, contexto, e coerência entre seus componentes) desagradável ou indesejado, e seu impacto na saúde e bem-estar humanos, está entre as consequências da urbanização. O excesso de exposição ao ruído no mundo, tem se mostrado um desafio à saúde e ao bem-estar dos indivíduos (WHO, 2009; EEA, 2017).

Os efeitos do ruído na saúde e bem-estar, de acordo com EEA (2010) são: *i)*

subjetivos: insatisfação, perturbação, incômodo, aborrecimento etc.; *ii*) sobre uma atividade específica: falta de atenção, distúrbios do sono, interferência na comunicação verbal etc.; *iii*) psico-fisiológicos: ansiedade, reações de susto, pessimismo, depressão, inquietação, insegurança, desconfiança, dor de cabeça, disfunções digestivas, aumento da pressão arterial, vaso constrição, contrações peristálticas, perda auditiva etc.

Por outro lado, ambientes sonoros de qualidade e áreas tranquilas, como dos parques, jardins e similares, contêm poderes restauradores que podem beneficiar a saúde mental e a prevenção da degradação da saúde funcional dos indivíduos (LERCHER *et al.*, 2015; VAN KAMP *et al.*, 2015). Esses espaços são privilegiados em uma cidade pela sua qualidade ambiental, em especial a sonora, e pela tranquilidade que oferecem e as populações procuram. Eles possuem atributos que facilitam as atividades de lazer que aumentam a interação social, as emoções e a motivação de viver.

A paisagem sonora dos parques urbanos é reconhecidamente importante para o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos, o que tem motivado investigadores a procurar a melhoria do ambiente sonoro nas cidades (LOBO SOARES & BENTO COELHO, 2010, 2011; SOARES, 2011; HOLTZ, 2012; LOBO SOARES *et al.*, 2012; COELHO *et al.*, 2012ab; BRAMBILLA *et al.*, 2012, 2013; MARGARITIS & KANG, 2014). Ela é entendida como o ambiente acústico de um lugar, percebido ou experimentado pelas pessoas no seu contexto, resultado da ação e interação de fatores naturais e/ou humanos (SCHAFER, 1977; KANG, 2007; ISO, 2014). A literatura revela, entretanto, uma relativa escassez de conhecimento sobre a paisagem sonora em contextos socioculturais e ambientais específicos e sobre a influência destes na percepção do espaço sonoro urbano (BROWN, 2011; BROWN *et al.*, 2016).

É nesse sentido que este estudo se insere. Investiga a paisagem sonora de seis parques nas cidades de Belém, Brasil e Lisboa, Portugal, no

PAISAGENS HÍBRIDAS

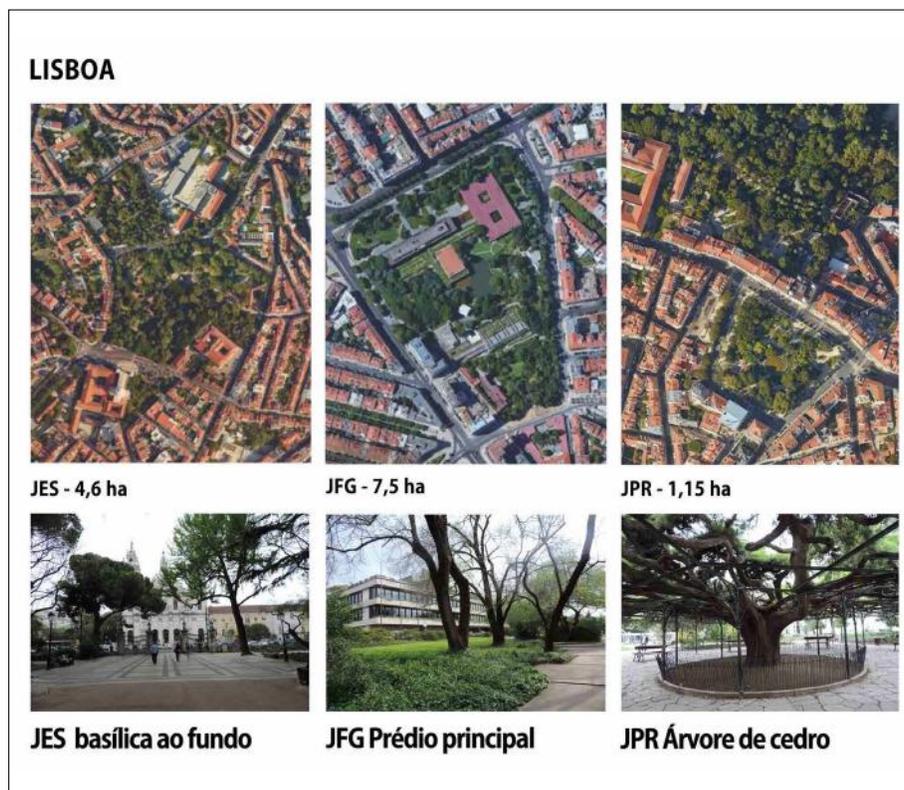
sentido de entender a percepção de qualidade sonora em contextos socioculturais e ambientais bem distintos, como são o europeu e o latino-americano. Para isso, foram analisadas: a influência da geografia e do clima como determinantes de atividades e comportamentos; a emissão de sons naturais e artificiais; a maneira como os utilizadores avaliam a qualidade dos ambientes sonoros e outros elementos que contribuem para esta apreciação.

Os parques investigados em Belém são o Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves – BRA, o Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi – PZB e a Praça Batista Campos – PBC e, em Lisboa, o Jardim da Estrela – JES, o Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian – JFG e o Jardim do Príncipe Real – JPR. (Il. 1a e 1b)



Il. 1a: Parques Urbanos em Belém.

Fonte: Imagens aéreas do Google Earth e fotos do acervo do autor.



Il. 1b: Parques Urbanos em Lisboa.

Fonte: Imagens aéreas do Google Earth e fotos do acervo do autor.

METODOLOGIA E RESULTADOS

A metodologia aplicada *in situ*, nesta investigação, constituiu-se de: contagem de veículos leves e pesados nas vias adjacentes aos parques; realização de soundwalks nos parques (NILSSON *et al.*, 2012; LIU *et al.*, 2014); medições/gravações sonoras no interior e entorno dos parques (BOUBEZARI & BENTO COELHO, 2004abcd, 2005abc; ISO, 1987, 2003, 2007) e aplicação de inquéritos aos utilizadores dos parques (AXELSSON & NILSSON, 2010; GENUIT, 2013; MAFFEI *et al.*, 2014). As gravações sonoras foram utilizadas para determinação de limites de audibilidade e percepção de agradabilidade, em atividades em laboratório (ZHANG & KANG, 2007; AXELSSON, NILSSON & BERGLUND, 2010).

Em pontos definidos nas *soundwalks*, realizaram-se medições dos níveis de pressão sonora (LAeq) em bandas de 1/3 de oitava, em tempos de sete minutos, com sonômetros (BRÜEL & KJAER, modelo 2260 em Lisboa e 2270 em Belém), de acordo com o estabelecido pela norma internacional ISO 1996 (ISO, 1987, 2003, 2007). Os níveis de LAeq, recolhidos nos parques, foram inseridos no *software* CadnaA (DATAKUSTIK, 2006), visando a geração de mapas sonoros validados e calibrados, apresentados nas Ilustrações 2a e 2b.

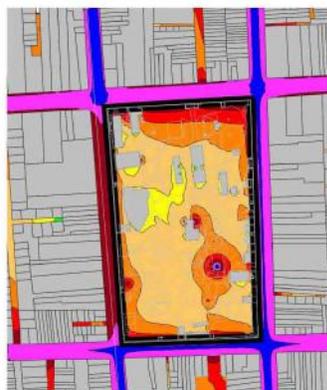
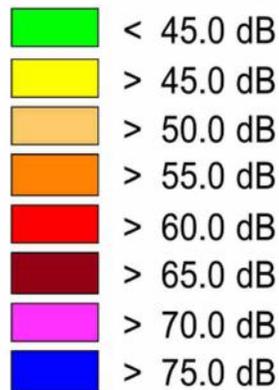
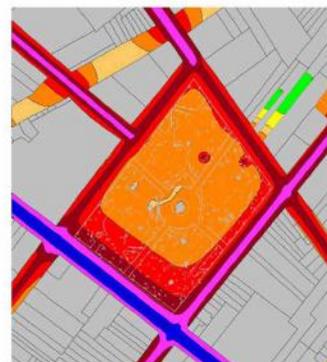
Definiram-se dois circuitos de gravação sonora por parque em Lisboa, visando identificar o instante em que o som de uma fonte deixa de ser percebido, por decair ou ser mascarado por outros sons. Nos parques brasileiros, as medições e gravações sonoras ocorreram em concomitante e junto às fontes sonoras fixas.

Realizaram-se gravações sonoras (gravador TASCAM, modelo DR-08, microfone binaural Roland CS-10EM e gravador zoom H4N), onde trechos de 30" mais expressivos do ambiente sonoro de cada parque foram apresentados em sequência aleatória a treze especialistas em acústica (pesquisadores, professores, alunos e ex-alunos da Universidade de Lisboa) e doze não especialistas, na câmara anecoica desta Universidade.

A audição dos trechos de 30' foi realizada com fones de ouvido estéreo (Beyerdynamic, modelo DT770) conectados a um microcomputador estéreo e uma placa de som (*Rme Babyface Pro*). O sistema de reprodução foi calibrado, utilizando uma cabeça artificial para assegurar que os níveis de pressão sonora, apresentados aos ouvintes, eram os mais próximos possíveis dos encontrados no local de gravação.

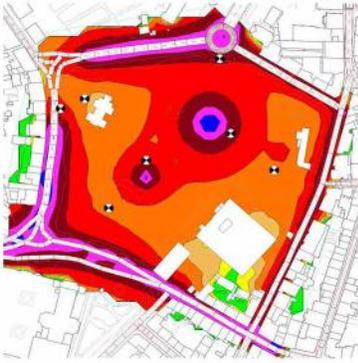
Após ouvir cada gravação, os participantes avaliavam o ambiente sonoro, respondendo o mesmo inquérito aplicado *in situ* aos utilizadores dos parques portugueses. Os objetivos desse experimento eram verificar se havia diferença significativa entre a percepção da paisagem sonora dos parques de Lisboa *in situ* e em laboratório "ex

BELÉM | Mapas sonoros

**BRA****PZB****PBC**

Il. 2a: Mapas sonoros dos parques em Belém.
Fonte: Imagens produzidas pelo autor.

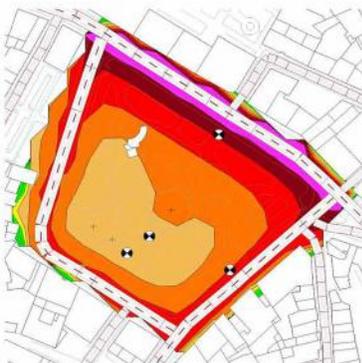
LISBOA | Mapas sonoros



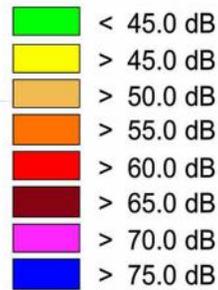
JES



JFG



JPR



Il. 2b: Mapas sonoros dos parques em Lisboa.
 Fonte: Imagens produzidas pelo autor.

situ” e entre especialistas e não especialistas. Os mapas gerados são apresentados nas ilustrações 3a e 3b.

Por fim, aplicaram-se inquéritos aos utilizadores (escolhidos aleatoriamente) para identificar a frequência de visita, o tempo de permanência e como percebem as infraestruturas e ambientes sonoros dos parques. Os inquéritos identificam: sexo, atividade; nível de escolaridade, bairro/freguesia de origem; motivo da visita; aspectos agradáveis e desagradáveis; sons identificados; percepção sonora ao entrar ou sair dos parques, nível sonoro e grau de incômodo do ambiente. Os gráficos gerados a partir dos inquéritos são apresentados nas ilustrações 4a e 4b.

DISCUSSÃO

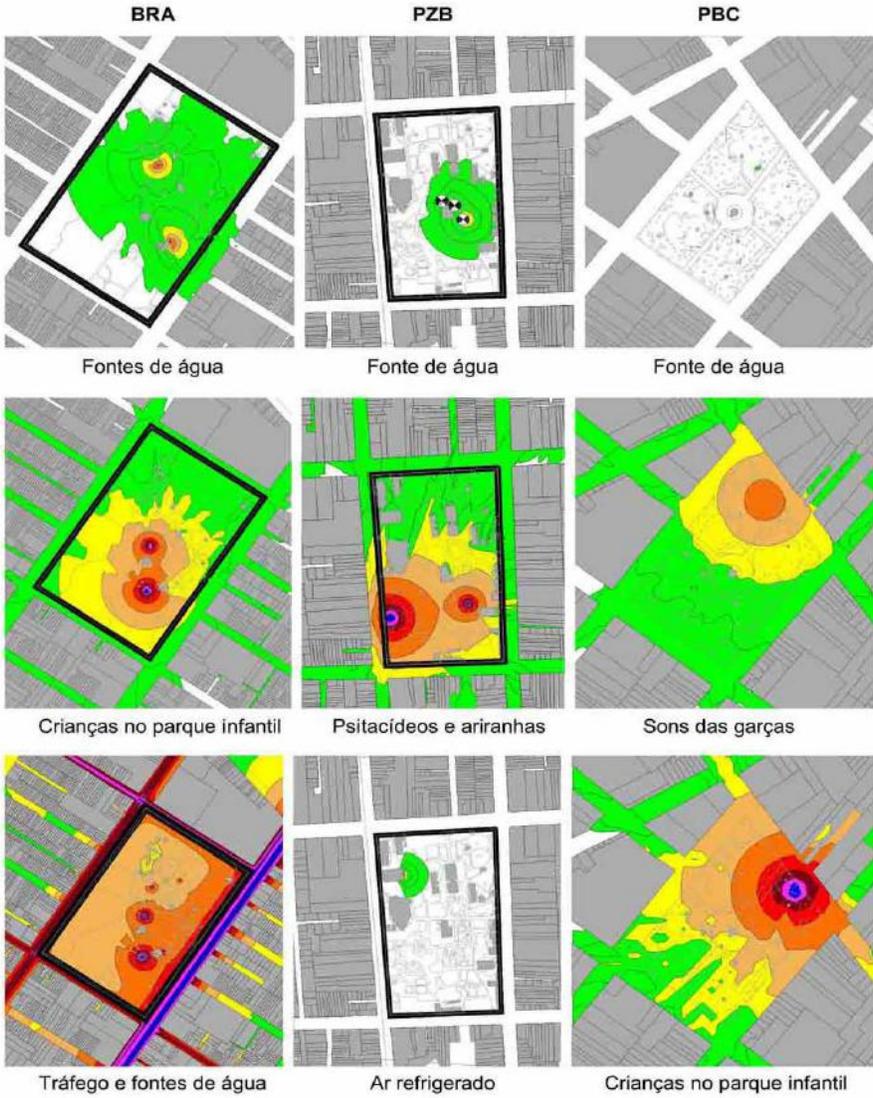
O contexto como elemento da paisagem sonora dos parques

Identificar como o contexto geográfico, climático, ambiental urbano e sociocultural influencia a paisagem sonora dos parques era o primeiro objetivo desta investigação. Os contribuintes das paisagens sonoras incluem geografia, clima, vento, água, pessoas, edifícios e animais (LERCHER & SCHULTE-FORTKAMP, 2003).

Esta investigação demonstra que geografia e clima determinam comportamentos, que geram sons humanos e naturais, que contribuem para caracterizar a paisagem sonora dos parques urbanos. Ou seja, cada estação traz uma paisagem sonora diferente (SCHAFER, 2005). Enquanto na Amazônia inverno é sinónimo de muita chuva e céu nublado, na Europa significa frio e, nas regiões altas, neve.

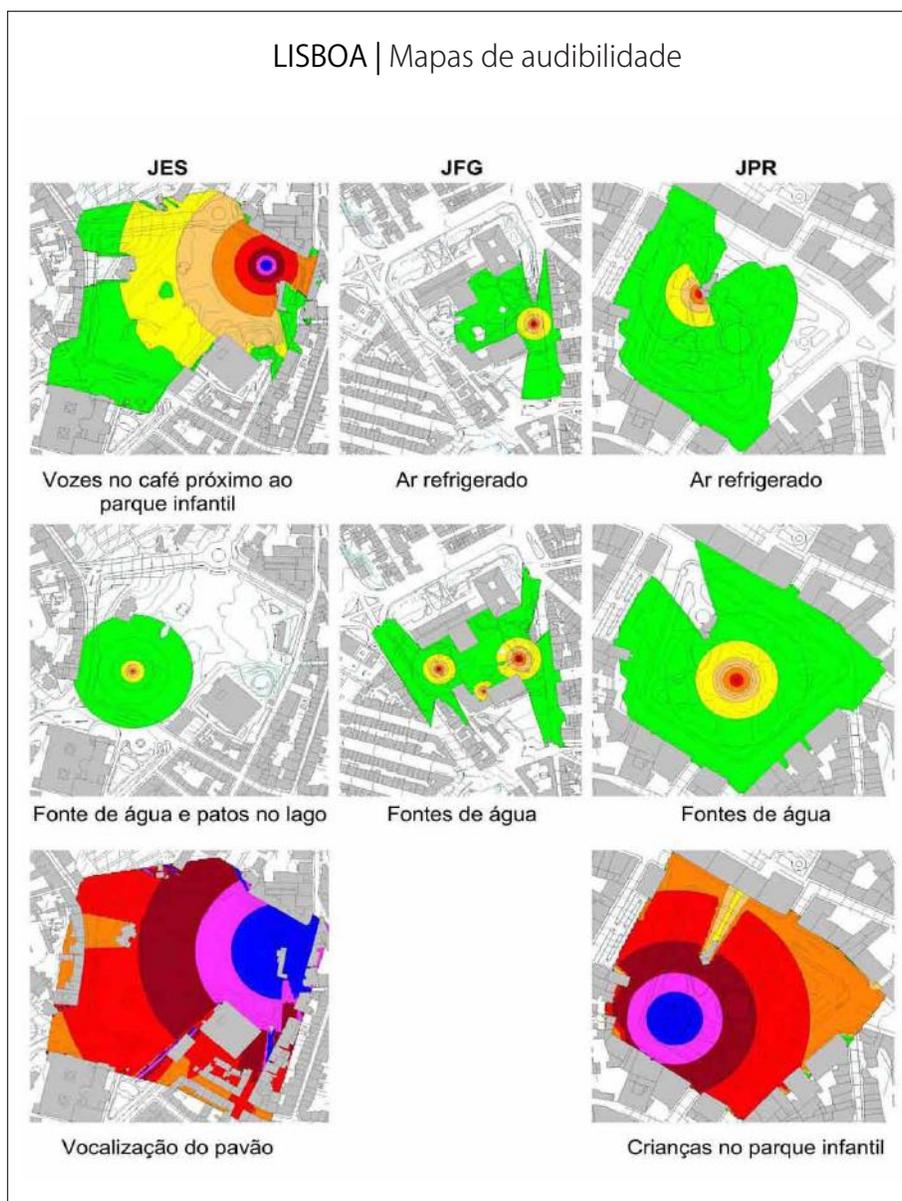
Na comparação do ambiente dos parques no inverno, observou-se que as atividades ao ar livre são reduzidas, senão totalmente paralisadas, quer devido ao frio (Lisboa) quer à chuva (Belém). Os desportistas são os mais resistentes ao clima severo, ao andar ou correr no interior e ao redor dos parques.

BELÉM | Mapas de audibilidade

BELÉM

Il. 3a: Mapas de audibilidade das principais fontes sonoras dos parques em Belém

Fonte: Imagens produzidas pelo autor.

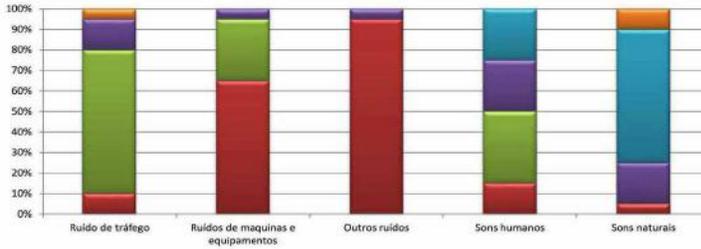


II. 3b: Mapas de audibilidade das principais fontes sonoras dos parques em Lisboa.

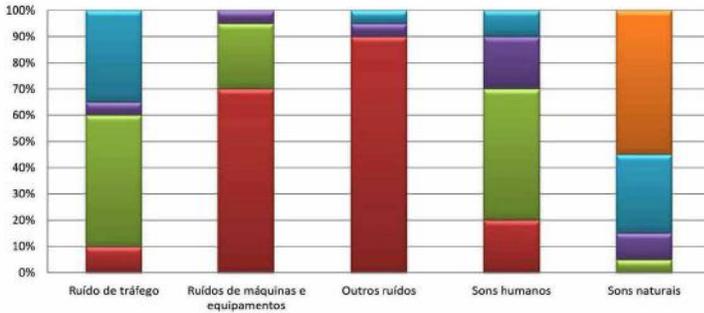
Fonte: Imagens produzidas pelo autor.

BELÉM | Gráficos de avaliação do ambiente sonoro

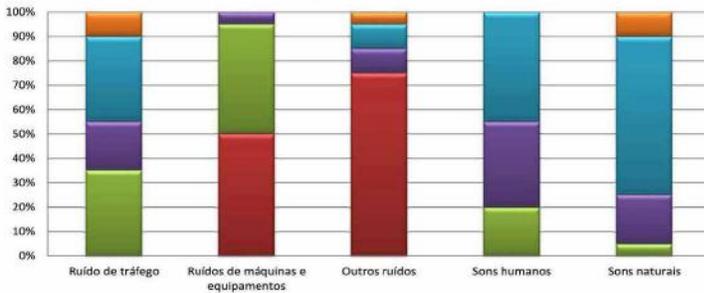
BRA



PZB



PBC

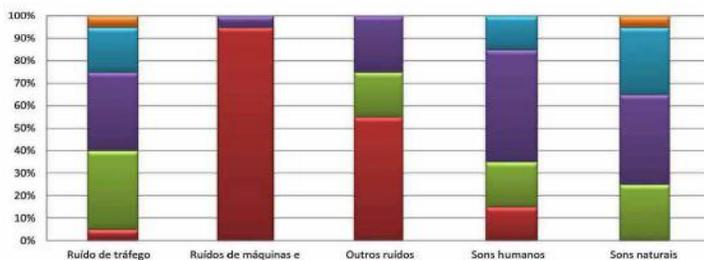


- Domina completamente
- Escuta muito
- Escuta algum
- Escuta pouco
- Não escuta

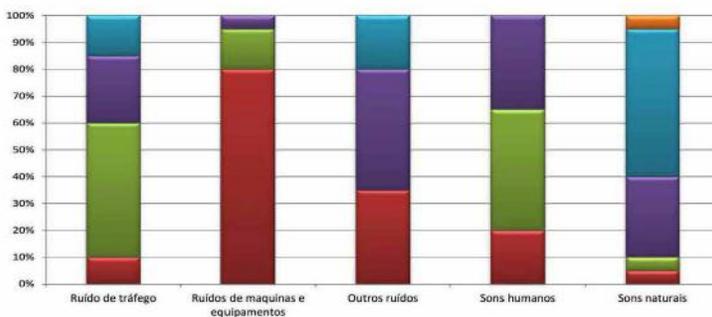
Il. 4a: Avaliação do ambiente sonoro dos parques em Belém..
 Fonte: Gráficos do acervo do autor.

LISBOA | Gráficos de avaliação do ambiente sonoro.

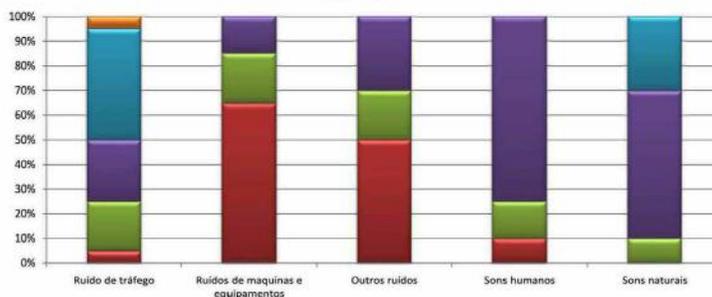
JES



JFG



JPR



Domina completamente

Escuta muito

Escuta algum

Escuta pouco

Não escuta

Em Belém observou-se o som produzido pelo contato dos pneus dos veículos com o pavimento, potencializado pelo aumento da velocidade dos veículos e da pluviosidade. A água na superfície do pavimento aumenta o ruído emitido pelos veículos leves em 8dB(A), os pesados de dois eixos 6dB (A) e os de três eixos 4dB (A) (FREITAS *et al.*, 2006).

No inverno altera-se a paisagem estética/visual com a perda das folhas das árvores em cidades como Lisboa, com consequências no comportamento dos animais, e do vento, cujos sons são importantes contribuintes da paisagem sonora, avaliados como agradáveis pelos utilizadores.

As estações do ano definem a sazonalidade dos alimentos e o comportamento das aves, influenciando no tempo em que estas produzem sons “agradáveis” no ambiente (apreciados pelos ouvintes e, portanto, são sons de preferência) de ambos os contextos. A frequência dos sons de pássaros no inverno é menor do que no verão ou no início da primavera. De fato, primavera associa-se com a volta das folhas, flores e frutos nas árvores, que atraem insetos polinizadores, que se tornam presas das aves.

Geografia e clima também determinam os locais de maior concentração de sons humanos nos parques. Em Belém, devido às altas temperaturas, insolação e humidade, os utilizadores buscaram a sombra das árvores. No verão, em Lisboa, ocorreu exatamente o contrário. Os utilizadores procuraram os locais abertos, fossem estes bancos ou gramados, para melhor absorver os raios solares.

No Verão, tudo se torna mais animado. Com menos chuva nos trópicos e a ausência de temperaturas frias em regiões temperadas, as pessoas saem com mais frequência às ruas e os parques, trazendo consigo os seus hábitos e sons típicos.

As condições meteorológicas, especialmente a humidade do ar, podem influenciar seriamente a propagação do som. Em locais com

alta temperatura e humidade, como Belém, a velocidade do som pode aumentar em 0,33 m/s por grau de acréscimo da temperatura. Pode-se, então, esperar que o som varie de ponto a ponto de forma mais pronunciada em Belém do que em Lisboa, onde os níveis médios de humidade e temperatura são muito mais baixos.

Outro aspecto que distingue uma sociedade da outra, com reflexo nas paisagens sonoras de seus parques, é o grau de desenvolvimento tecnológico, verificável, por exemplo, na frota de veículos que circulam no entorno dos parques. Lisboa oferece mais alternativas de transporte público (trem, metrô e ônibus) do que Belém, onde ônibus e vans condicionam os eixos de circulação na cidade. Portanto, a contribuição do ruído do tráfego rodoviário, como apresentado nas ilustrações 2a e 2b, é relevante para o som percebido nos parques, conforme afirmaram os entrevistados (ver comentários na Tabela 1a e 1b).

Os utilizadores dos parques em Belém e Lisboa perceberam e avaliaram os sons do tráfego rodoviário, particularmente os gerados pelas motocicletas como “ruidosos e perturbadores”. O número de motocicletas na frente do BRA, por exemplo, superou o de ônibus e caminhões.

No espaço urbano a topografia dos sons do tráfego é moldada pelas edificações e potência acústica da fonte (BOUBEZARI & BENTO COELHO, 2005b). Observações nas duas cidades revelaram diferenças claras na geometria urbana bem como na dinâmica de uso e ocupação do solo na envolvente dos parques, que podem afetar o ambiente acústico no entorno, bem como as condições de sua percepção dentro dos parques e, portanto, a paisagem sonora.

Nesse aspecto, a geometria na envolvente dos parques brasileiros mostrou-se mais transparente sonora enquanto a dos portugueses, mais reflexiva. As fachadas portuguesas refletem o ruído do tráfego, enquanto as brasileiras o absorvem, conforme demonstra Guedes (GUEDES, 2005). Os aclives nas vias que envolvem os parques

TABELA 1A

Síntese das respostas sobre a percepção de alteração de qualidade sonora nos parques de Belém.

PARQUES DE BELÉM	
BRA	
DENTRO	FORA
<p>Aqui dentro é melhor, mais natural, agradável, tranquilo, silencioso, escuto mais os sons dos pássaros e do vento. No centro do parque, os sons ficam mais abafados.</p> <p>Quando venta, as árvores não deixam entrar a poluição sonora lá de fora. O meu cérebro tem a facilidade de se desligar. Aqui dentro, eu deixo tudo lá fora. A minha concentração é no fazer.”</p>	<p>lá fora piora, é a realidade urbana. O volume sonoro é constante, o trânsito é mais intenso, a gente escuta tudo que se passa, há poluição sonora, barulho, ruído dos carros, motociclos, fumaça, um caos total. Lá no meio do parque não se escuta o barulho daqui de fora.</p>
PZB	
<p>Aqui dentro domina a natureza, os ares são mais relaxantes, acalma mais a gente, o clima e os sons são diferentes dos de lá de fora, parece que a gente está no interior. Há mais tranquilidade, é mais silencioso, o som é mais agradável e o volume baixo. Há som do vento nas árvores e de passarinhos.</p>	<p>Lá fora os sons e o barulho são mais intensos, o volume é maior, o som dos veículos é mais barulhento, desagradável, não se ouve bem, ha buzinas é ensurdecedor, perturbador.</p>
PBC	
<p>Aqui dentro é mais tranquilo, silencioso e os sons são mais agradáveis. Há pouco barulho se comparado com o externo do tráfego. No centro é mais tranquilo e não se ouve tanto os sons dos carros. Sinto uma paz a sonora, ouve-se mais os pássaros, é mais tranquilo.</p>	<p>Lá fora o barulho do tráfego é sufocante e mais desagradável que os sons naturais presentes na Praça. Há poluição sonora, ruído de carros e motociclos e agride mais.</p>

TABELA 1B

Síntese das respostas sobre a percepção de alteração de qualidade sonora nos parques de Lisboa.

PARQUES DE LISBOA	
JES	
DENTRO	FORA
Aqui dentro é mais agradável, mais tranquilo e menos incomodativo. Predominam os sons naturais, embora ainda se ouça o ruído do tráfego, e não precisa falar alto.	Lá fora há mais ruído, mais barulho e dependendo da hora é mais agitado.
JFG	
Aqui dentro ouve-se menos os carros, as máquinas e os sons da natureza e dos pássaros prevalecem. O ambiente é natural e mais silencioso que na estrada. Os sons são altos e baixos, mais diversificados, agradáveis e relaxantes. Há sossego e tranquilidade. Saio desta redoma e lá fora é só tráfego. Pode ser um bocado incomodativo devido ao barulho do dia a dia da cidade, mas eu considero normal.	Lá fora os sons são altos e negativos. Há poluição sonora, tráfego, conversa e é mais ruidoso. É necessário aumentar o tom de voz. Os sons urbanos abafam os naturais.
PBC	
Aqui dentro o ambiente é melhor, mais silencioso e ouve-se menos carros. Há uma variedade de sons, diferentes, típicos de jardins (pássaros, fontes), alguns deles agradáveis.	Lá fora há tráfego rodoviário intenso, mais ruído e barulho dos transportes e motociclos.

aumentam o ruído da aceleração dos motores dos veículos para vencê-los.

Além desses fatores, identificaram-se efeitos de sombra acústica a partir de prédios localizados nos parques e suas envolventes, e muros em seus limites.

A ocupação do solo, no entorno dos parques em Belém, é menos densa do que em Lisboa, onde está consolidada. Em ambos os contextos se mostrou bastante dinâmica, com obras de restauro em Lisboa e de novas construções em Belém. As mesmas obras que geram desenvolvimento, provocam indesejáveis movimentos de poeira, acidentes e acréscimo de ruído no tráfego local e influenciam o ambiente dos parques com sons considerados desagradáveis (SOARES, 2011).

Os inquiridos aos utilizadores dos parques também identificaram que em ambos os contextos, os ambientes seguros, bem conservados, limpos e sem odores desagradáveis, são os preferidos para desfrutar, apesar de poucos terem se referido às marcas de transgressão e negligência, encontradas nos parques. Essas condições sociais refletem sobre a capacidade do utilizador do parque relaxar e apreciar plenamente a atmosfera interior do parque e, conseqüentemente, impactam a paisagem sonora local.

A agradabilidade na paisagem sonora dos parques

Para além das formas, cores e odores, importantes na avaliação da beleza do ambiente, a vegetação, que está entre os aspectos agradáveis dos parques para 43% dos brasileiros entrevistados, representa alimento e abrigo às aves. Ela contribui para a apreciação da paisagem sonora dos parques como agradável, não só por questões visuais, mas também auditivas e olfativas. Sem as árvores, o som do vento, considerado agradável, seria inaudível. O aroma da flora também foi considerado agradável.

Os parques estudados abrigam ninhos ou recebem temporariamente exemplares da fauna, como garças, patos, pavões, periquitos, pombos e outras aves, cujos sons são percebidos como agradáveis pelos utilizadores. O Parque do Museu Goeldi (PZB) e o Bosque Rodrigues Alves (BRA) em Belém, são muito procurados por abrigarem espécies da fauna tropical, cujos sons são apreciados e raros no meio urbano.

Dependendo da expectativa do utilizador do parque e dos tipos de atividades, os sons naturais de algumas aves, geralmente percebidos como agradáveis, podem ser considerados desagradáveis. O mesmo pode ser aplicado a alguns sons mecânicos, que não são necessariamente sempre percebidos como ruído.

Em todos os parques, os sons de água em movimento, como córregos, fontes ou cachoeiras artificiais, foram percebidos e avaliados como agradáveis, resultado em acordo com os achados na literatura (MAFFEI *et al.*, 2014; CARLES, BARRIO & DE LUCIO, 1999). Esses sons são vistos como contribuintes para o efeito de mascarar outros sons (em especial ruído do tráfego), influenciando a avaliação subjetiva do ambiente (GENUIT, 2006).

Outros componentes do local, tais como: lâminas de água ou lagos – que não produzem som, mas refletem o céu, as pessoas e a vegetação – contribuem para a avaliação do ambiente do parque. As respostas dos utilizadores mostraram um claro efeito de mascaramento mental em linha com os achados de (SCHULTE-FORTKAMP & FIEBIG, 2006; KANG *et al.*, 2016). A presença de elementos de preferência, sonora e visual, ajuda a desviar a percepção e atenção do ouvinte e, portanto, a paisagem sonora local.

A proximidade de polos de atração pode influenciar a paisagem sonora dos parques de forma favorável ou desfavorável. Em Belém, os alunos que se reúnem nos parques para conversar, gargalhar, tocar e ouvir música e dançar são da mesma escola que eleva os níveis sonoros do tráfego na envolvente da PBC de 61 para 69dB(A). Eles dão vida e

alegram o ambiente dos parques. Esta investigação identificou que os sons das crianças e estudantes são apreciados em ambos os contextos como agradáveis, apesar de apresentarem níveis equivalentes aos do tráfego (65-70dB(A)).

Apesar das análises objetiva e subjetiva indicarem que as características tecnológicas dos veículos tendem a homogeneizar o ambiente sonoro urbano, a paisagem sonora de um parque resulta, sobretudo das expectativas dos visitantes para as atividades planejadas, juntamente com suas outras respostas sensoriais, que diferem em contextos socioculturais e ambientais distintos.

As diferenças, significativas entre os dados obtidos nos métodos de avaliação subjetiva in situ e laboratorial das paisagens sonoras dos parques portugueses, evidenciaram a importância dos diferentes estímulos presentes in situ (visual, olfativo, tátil e gustativo) e ausentes no laboratório, fato esse que valoriza a opção metodológica adotada nesta investigação de recolher dados e avaliar os parques in situ.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parques urbanos são locais de valorização e estímulo dos sentidos, de manutenção da saúde do corpo e da mente, e, de qualidade de vida. Quanto mais sentidos forem estimulados no ambiente, mais agradável será avaliado e maior a sua capacidade de abstrair os seus utilizadores do ambiente urbano exterior, dominado pelo ruído do tráfego, de obras, de máquinas e equipamentos.

Os resultados mostram que o desejo e o ato de entrar em um parque proporcionam um “desligamento mental” do contexto urbano exterior, onde normalmente se verificam níveis sonoros mais elevados. Esse contexto exterior, parece não influenciar a percepção do ambiente no interior do parque como de qualidade, muito menos a sensação de bem-estar e tranquilidade dos utilizadores.

Os utilizadores percebem os parques como “oásis na cidade”, espaços de “tranquilidade” e “restauro da energia no dia a dia”, como “catedrais”, vitais no tratamento da saúde do corpo e da mente. Seus ambientes serão mais agradáveis se atenderem as expetativas individuais ou coletivas dos distintos utilizadores.

REFERÊNCIAS

AXELSSON, Ö. & NILSSON, M. E. *On Sound Source Identification and Taxonomy in Soundscape Research*, Proceedings of the Internoise. Portugal, 2010.

AXELSSON, Ö; NILSSON, M. E. & BERGLUND, B. *A principal components model of soundscape perception* In: *Journal Acoustic Society of America*, 128(5), p. 2836-2846, 2010.

BOUBEZARI, M. & BENTO COELHO, J. L. Masking level for assessment and separation of perceived “sound sizes”, Proceedings of the Twelfth In: *International Congress on Sound and Vibration*. Portugal, 2005.

BOUBEZARI, M. & BENTO COELHO, J. L. Masking method for qualitative sound maps In: Proceedings of the Twelfth *International Congress on Sound and Vibration*. Portugal, 2005.

BOUBEZARI, M. & BENTO COELHO, J. L. Sound topologies as a spatial description of the soundscape, the qualitative sound map of Rossio square in: *Lisbon, Proceedings of the Congrès commun CFA/ DAGA*. France, 2004.

BOUBEZARI, M. & BENTO COELHO, J. L. Sound topologies, from *in situ* observations to a new qualitative sound map representation In: Proceedings of the Congrès commun CFA/ DAGA. France, 2004.

BOUBEZARI, M. & BENTO COELHO, J. L. Sound topology as an architectural element of design In: *Proceedings of the Twelfth International Congress on Sound and Vibration*. Lisboa, 2005.

BOUBEZARI, M. & BENTO COELHO, J. L. The limit of audibility as a perspective criterion for qualitative maps In: *Proceedings of the Acustica*. Guimarães, 2004.

BOUBEZARI, M. & BENTO COELHO, J. L. Why is confort perceptible only when it misses? In: *Proceedings of the Acustica*. Guimarães, 2004.

BRAMBILLA, G., DI GABRIELE, M., GALLO, V., KANG, J. & MAFFEI, L. A further study on modeling some perceptual attributes of soundscape in urban squares In: *Proceedings of 41th International Congress on Noise Control Engineering Internoise*. New York, 2012.

BRAMBILLA, G., GALLO, V., ASDRUBALI, F. & D’ALESSANDRO, F. *The perceived quality of soundscape in three urban parks in Rome*, J. Acoust. Soc. Am. 134 (1), p. 832-839, 2013.

- BROWN, A. L. *Advancing the concepts of soundscapes and soundscape planning, Proceedings of the Acoustics*. Australia, 2011.
- BROWN, A. L., KANG, J., GJESTLAND, T. & DUBOIS, D. Acoustic Environments and Soundscapes, *In: J. Kang and B. Schulte-Fortkamp (Eds.) Soundscape and the Built Environment*, CRC Press, Boca Raton, Cap.1, . 1-16, 2016.
- CARLES, J. L., BARRIO, I. L. & de LUCIO, J. V. Sound influence on landscape values, *In: Landscape and Urban Planning*, 43(4), p. 191-200, 1999.
- COELHO, T. C. C., LOBO SOARES, A. C., BENTO COELHO, J. L. & COSTA, F. M. Estudo da Paisagem Sonora do Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves em Belém-PA, *In: Proceedings of the XXIV Encontro da Sociedade Brasileira de Acústica*. Belém, Brasil, 2012.
- COELHO, T. C. C., LOBO SOARES, A. C. & BENTO COELHO, J. L. Análise da paisagem Sonora em Praça Pública de Belém, Pará, Amazônia *In: Proceedings of the II Seminário Nacional de Documentação do Patrimônio Arquitetônico, com uso de tecnologias digitais* 2012, Belém, 2012.
- DATAKUSTIK. *Cadna/A for windows - User Manual*. Greifenberg: DataKustik, 2006.
- EEA - European Environmental Agency. Good Practice Guide on noise exposure and potential health effects. EAA Technical Report, Nº 11/2010.
- EEA - European Environmental Agency. Managing exposure to noise in Europe. EAA Technical Report, N.º 1/2017.
- FREITAS, E. F., PEREIRA, P. A. A., PICADO-SANTOS, L. G., SANTOS, A. P. S. *A influência da água no ruído produzido pelo tráfego rodoviário*. Engenharia Civil, 26, 2006.
- GENUIT, K. Psychoacoustics and its benefit for the soundscape approach *In: Special Issue on Soundscapes of Acta Acustica united with Acustica*, 92, p. 952-958. 2006.
- GENUIT, K. *The need for transdisciplinary actions - Psychoacoustics, Sound Quality, Soundscape and Environmental Noise, Proceedings of the Internoise*. Innsbruck: Austria, 2013.
- GUEDES, I. C. M. *Influência da forma urbana em ambiente sonoro: um estudo no bairro Jardins em Aracaju (SE)*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Programa de Pós-graduação da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.
- HOLTZ, M. C. B. *Avaliação qualitativa da paisagem sonora de parques urbanos. Estudo de caso: Parque Villa Lobos, em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Arquitetura) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP, USP, São Paulo, 2012.
- ISO – International Organization for Standardization (2014) ISO 12913-1:2014 Acoustics -Soundscape - Part 1: Definition and Conceptual Framework Geneva, Switzerland: International Organization for Standardization).

ISO–International Organization for Standardization. ISO 1996/1: Acoustics: Description and measurements of environmental noise. Part 1: Basic quantities and assessment procedures, 1996/1. (Geneva, Switzerland: International Organization for Standardization), 2003.

ISO – International Organization for Standardization. ISO 1996/2: Acoustics: Description and measurements of environmental noise. Part 2: Acquisition of data pertinent to land use, 1996 / 2. (Geneva, Switzerland: International Organization for Standardization), 2007.

ISO – International Organization for Standardization. ISO 1996/3: Acoustics: Description and measurements of environmental noise. Part 3: Application to noise limits, 1996/3. (Geneva, Switzerland: International Organization for Standardization), 1987.

KANG, J. *Urban Sound Environment*. London: Taylor & Francis Incorporating Spon, 2007.

KANG, J., SCHULTE-FORTKAMP B., FIEBIG A., BOTTELDOOREN D. *Soundscape and the Built Environment*, CRC Press, p.161-195, 2016.

LERCHER, P. & SCHULTE-FORTKAMP, B. The relevance of soundscape research to the assessment of noise annoyance at the community level *In: Proceedings of the 8th International Congress on Noise as a Public Health Problem*. Rotterdam, 2003.

LERCHER, P., KAMP, I., LINDERN, E. & BOTTELDOOREN, D. Perceived soundscapes and health-related quality of life, context, restoration, and personal characteristics, *in: J. Kang, B. Schulte-Fortkamp (Eds.) Soundscape and the Built Environment*. CRC Press, Boca Raton, 2015.

LIU, J., KANG, J., BEHM, H. & LUO, T. Effects of landscape on soundscape perception: Soundwalks in city parks *In: Landscape and Urban Planning*, 123, p. 30-40, 2014.

LOBO SOARES, A. C. & BENTO COELHO, J. L. An investigation on the soundscape of public parks in the city of Belem, Brazil *In: Proceedings of the 18th International Congress on Sound and Vibration*. ICSV 18, Rio de Janeiro, 2011.

LOBO SOARES, A. C. & BENTO COELHO, J. L. Estudo das paisagens sonoras de dois parques públicos da cidade de Belém como contributo à qualidade sonora urbana, *In: Proceedings of the XXIII Encontro da Sociedade Brasileira de Acústica*. Salvador, 2010.

LOBO SOARES, A. C., COELHO, T. C. C., COSTA, F. M. & BENTO COELHO, J. L. Soundscape analysis of the urban public parks in the Brazilian Amazon *In: Proceedings of the 41st International Congress and Exposition on Noise Control Engineering*. New York, 2012.

MAFFEI, L., ROMERO, V. P., BRAMBILLA G., DI GABRIELE M. & GALLO, V. Characterization of the soundscape of urban waterfronts *In: Proceedings of the Forum Acusticum: Kraków*, 2014.

MARGARITIS, E., KANG, J. Effects of open green spaces and urban form on traffic noise distribution *In: Proceedings of the Forum Acusticum*. Kraków, 2014.

NILSSON M. E., JEON J. Y., RADSTEN-EKMAN M., AXELSSON O., HONG J. Y., JANG H. S. A sound walk study on the relationship between soundscape and overall quality of urban outdoor places *In: Proceedings of the Acoustics*. Hong Kong Conference and Exhibition, Hong Kong, 2012.

SCHAFER, R. M. I have never seen a sound *In: Twelfth International Congress on Sound and Vibration*. ICSV12. Lisboa, 2005.

SCHAFER, R. M. *The Tuning of the World*. New York: Knopf, 1977.

SCHULTE-FORTKAMP, B. & FIEBIG, B. Soundscape analysis in a residential area: an evaluation combining noise and people's mind *In: Acta Acustica united with Acustica, Special Issue on Soundscapes - Recent advances in Soundscape research*, 92 (6), p. 875-880, 2006.

SOARES, A. C. L. *Impactos da urbanização sobre parques: estudo de caso do Parque Zoobotânico do Museu Goeldi (Belém-PA)*. São Paulo: Blucher, 2011.

UNITED NATIONS. UN. *World population prospects: The 2010 revision*. Department of Economic and Social Affairs, Population Division, New York., 2011.

VAN KAMP, I., KLÆBOE, R., BROWN, A. L. & LERCHER, P. Soundscapes, human restoration and quality of life, *in: J. Kang, B. Schulte-Fortkamp (Eds.) Soundscape and the Built Environment*, Boca Raton: CRC Press, 2015, p. 43-68..

WHO - World Health Organization. *Night noise guidelines for Europe*. Copenhagen: World Health Organization Regional Office for Europe, 2009.

ZHANG, M. & KANG, J. Towards the evaluation, description and creation of soundscape in urban open spaces *In: Environment and Planning B: Planning and Design*, 34(1), p. 68-86, 2007.

PARQUE ANAUÁ: ESPAÇO VIVO NO CORAÇÃO DE BOA VISTA/RORAIMA

CLAUDIA HELENA CAMPOS NASCIMENTO
CIBELE ARAGÃO DA PAZ

claudia.nascimento@ufr.br
cibelecampos.a@hotmail.com

RESUMO ABSTRACT

O presente trabalho visa apresentar o Parque Anauá, espaço público na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, sob a perspectiva de sua construção cultural e, para tal, o artigo registra o percurso histórico sobre o surgimento deste parque urbano, tanto sob a perspectiva ambiental e arquitetônica quanto sociopolítica. O processo de investigação acadêmica intenciona consolidar, a partir da produção textual, referencial sobre o espaço em estudo, através da análise de dados coletados em fontes documentais, bibliográficas e em trabalho de campo. A importância deste texto é permitir acesso a informações sobre o Parque Anauá, que se destaca como parque urbano representativo do lavrado roraimense e cuja relação de pertencimento com a população local permite a promoção da qualidade de vida, mas que encontra-se sob o risco de intervenções inadequadas que podem comprometer seus atributos.

Palavras chave:

Parque Anauá. Boa Vista/Roraima, lavrado roraimense, arquitetura moderna

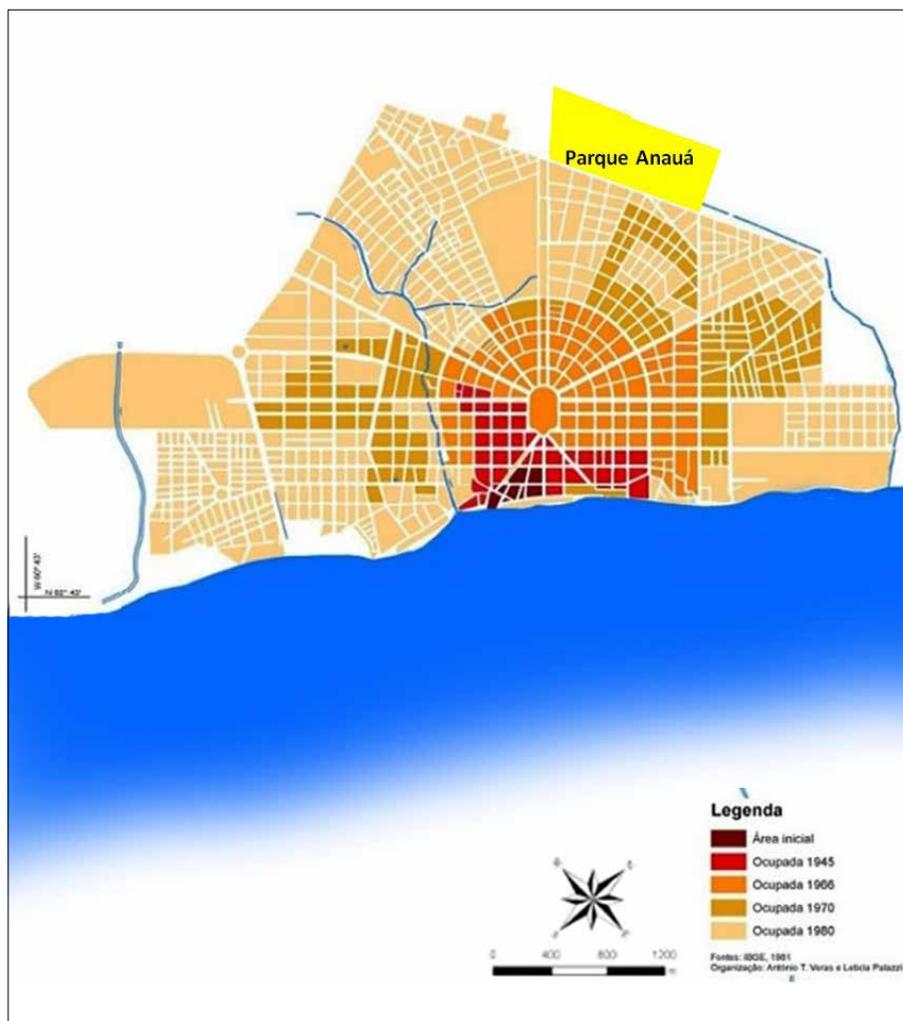
The present work aims to present the Parque Anauá, a public space in the city of Boa Vista, capital of Roraima, under the perspective of its cultural construction and, for this, the article records the historical route on the emergence of this urban park, both from the perspective environmental and architectural as well as sociopolitical. The process of academic research intends to consolidate, from the textual production, referential on the space under study, through the analysis of data collected in documentary, bibliographic and fieldwork sources. The importance of this text is to allow access to information about Parque Anauá, which stands out as an urban park representative of "lavrado" and whose relation of belonging to the local population allows the promotion of quality of life, but is at risk of interventions that may compromise their attributes.

Key-words

Anauá Park, Boa Vista/Roraima, Roraima's Lavrado. Modern Architecture.



CONSIDERADO COMO O MAIOR parque urbano da região norte do Brasil, o Parque Anauá possui área de 106 hectares e foi proposto para a área pericentral de Boa Vista, capital do Estado de Roraima (Il. 1), na década de 1980, a partir do qual podemos analisar vários processos relacionados a este espaço: o de compreensão histórica de Boa Vista, sua relação com o meio urbano e representatividade social e de sua arquitetura. Este trabalho, como parte de pesquisa mais ampla em andamento, visa apresentar o processo de constituição desse espaço, que compõe mosaico importante para a compreensão dos processos de construção histórica e política em Roraima.



Il. 1: Crescimento do espaço urbano de Boa Vista: décadas de 1920-1980.
Fonte: VERAS, adaptado.

O presente artigo se divide na caracterização do espaço do Parque Anauá, a partir de suas mudanças ao longo de sua existência, destacando o contexto destas. Com especial atenção serão apresentadas as propostas que compuseram o concurso de projetos, ocorrido em 1980, que lhe atribuiu a denominação “Parque Anauá”. Em sequência serão apresentadas as intervenções posteriores ao projeto implantado.

O trabalho foi desenvolvido a partir de revisão bibliográfica e documental, além da coleta de dados de campo, etapas do processo de pesquisa em andamento do Laboratório de Práticas de Projetos e Pesquisas do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima. A importância da abordagem visa consolidar dados de parca informação sobre esse espaço, tão importante na capital roraimense; de forma complementar, visa apontar para a fragilidade do Parque diante das tomadas de decisão, baseadas em critérios de ocasião, que comprometem a sua unidade projetual e funcional, embora dêem resposta à vivacidade do espaço público.

PARQUE ANAUÁ: NOTAS SOBRE O PROJETO

A caracterização histórica do Parque Anauá se fez em três fases: um momento inicial, de apropriação do espaço no entorno do que passou a ser denominado como Lago dos Americanos; um segundo, onde a presença institucional assume importância, e que se caracteriza pelo concurso de projetos para o Parque, que o configurou e denominou, no início da década de 1980; por fim a fase das intervenções posteriores, que lhe dão o aspecto atual. Há necessidade de se ressaltar que o Parque se mantém como um recorte do lavrado roraimense (NASCIMENTO e LINS, 2017) inerido na estrutura urbana de Boa Vista, mesmo com todas as intervenções arquitetônicas em seu espaço e, com isso, a moderna capital projetada amazônica.

Para efeito desse texto, trataremos o Primeiro Concurso Público de Anteprojeto para o Parque, em 1980, como marco delimitador do que consideramos um primeiro momento, onde a gestão do espaço é devida a vários atores sociais, e um segundo, de institucionalização de um parque público, sujeito às ações das gestões dos governos do Território Federal (de 1943 a 1962 denominado Território Federal do Rio Branco, de 1962 a 1988 como Território Federal de Roraima) e, posteriormente, do Estado de Roraima.

De espaço de lazer a parque público

Anteriormente conhecida como Fazenda dos Americanos, a área atraía a população boavistense para o lazer, principalmente devido à existência de lagos perenes, característicos na região. Em relação ao plano original da cidade, traçado por Darcy Aleixo Derenusson (Rio de Janeiro, 1916-2002), na década de 1940, este espaço não foi previsto no planejamento, sendo incorporado a partir de sua primeira extensão, devido à dinâmica social que mesmo já possuía para Boa Vista. Sua localização, lindeira ao eixo de ligação entre a Praça do Centro Cívico e o aeroporto da cidade, garantiu-lhe inserção no cenário urbano, abrigando importantes equipamentos e ações culturais, além de ambiência paisagística com características típicas do lavrado roraimense.

Relatos dão conta que os primeiros proprietários, ainda na década de 1930, foram da família Campos, sendo denominado inicialmente o local de “Lago dos Campos”. Depois, na década de 1940, foi adquirido por um inglês proveniente da Guiana, de sobrenome Gorinski que, em 1947, vendeu o lago ou área adjacente para “um americano de cognome *Black*, cuja esposa chamava-se Miss Beverly” que

percebendo o movimento no local resolveu fazer um tipo de boate/restaurante, que funcionava em instalações incipientes, não havendo sequer instalações sanitárias. Contudo, a sua boate/restaurante foi um sucesso e ficaram famosas as “potatões” ou as batatas fritas de Miss Beverly. O lago transformou-se assim em área de lazer e passou a ser chamado de “lago dos americanos” (LIMA, 2011).

Desta maneira a associação com esses americanos fez com que os nomes Fazenda dos Americanos e Lago dos Americanos se consolidassem na memória, até os dias atuais, como identidade de espaço de atração para o lazer e esporte, transformando-se em ponto de referência para encontros e de atração turística.

O governador Hélio da Costa Campos (Rio de Janeiro, 1921/Brasília, 1991), que geriu o Território de Roraima de 1967 a 1969 e, depois, de 1970 a 1974, doou a área para a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), excluindo aquela contígua ao referido lago, devido à pressão popular. A partir da década de 1970, alguns nomes surgem como arrendatários desta área, tais como Mário Quadros, Petita Brasil, Antonio Paracat, além do próprio 6º. Batalhão de Engenharia de Construção (6º. BEC), que utilizavam ao lago para atividades sociais, esportivas e de recreação.

A dinâmica sobre este espaço induziu à necessidade de intervenções físicas sob a iniciativa pública. No governo que sucedeu ao de Hélio Campos, de Fernando Ramos Pereira (Manaus, 1935/Rio de Janeiro, 2001), entre 1975 e 1979, foram construídas as primeiras instalações públicas de lazer: uma quadra de tênis, uma para a prática de vôlei e duas pistas para aerodelos, Efetivamente passa a ter atenção governamental na gestão seguinte, quando o governador Ottomar de Souza Pinto (Petrolina, 1931/Brasília, 2007) lança o concurso de projeto para dotação de equipamentos e infraestrutura para o espaço. Ottomar será agente importante nas intervenções futuras, quando o antigo território federal se tornará estado, a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988.

Projetos para o parque

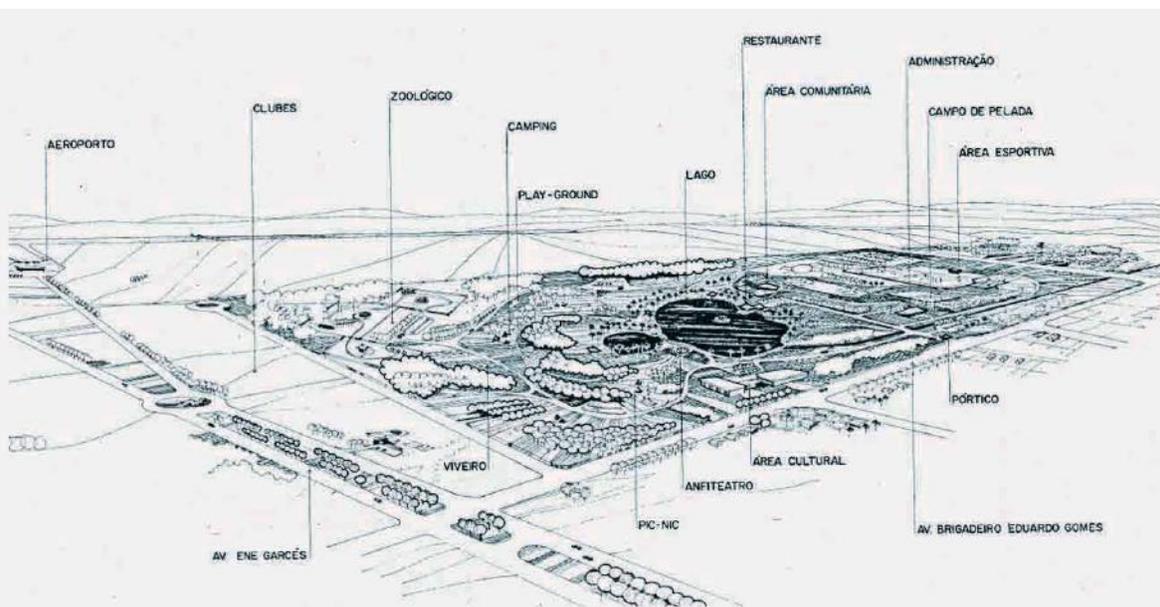
Para a construção do Parque, o Governo do Território de Roraima, durante a primeira gestão do, então, Governador Ottomar de Sousa Pinto (1979-1983), foi promovido o Primeiro Concurso Público de Anteprojeto para o Parque nº 01/80, no limiar das décadas de 1970 e 1980, para o qual era necessária a apresentação de pranchas e memorial. Entre os seis inscritos, apenas duas propostas foram apresentadas : a do arquiteto e urbanista cearense Otacílio Teixeira Lima Neto e a do escritório paraense DPJ Arquitetos Associados (NASCIMENTO *et al.*, 2018b). Entre os dois, diferenças fundamentais, tanto no programa quanto na proposta arquitetônica, onde a opção técnica era condicionante.

Proposta do Parque do Lago dos Americanos

Pelo escritório DPJ foi submetida proposta sob o número de inscrição 6, sendo a única proposta apresentada à Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Governo do Território Federal de Roraima, além da vencedora.

Na proposta paraense (Il. 2), denominada de “Parque do Lago dos Americanos”, desenvolvida pelos arquitetos sócios da DPJ e sua equipe, destaca-se o contexto da inserção urbana do parque, visto que *oferece condições vantajosas com referência ao seu relacionamento com a área urbana atual e também com as áreas de expansão, permitindo, através da utilização de algumas vias estruturais, o acesso fácil a partir dos diferentes pontos da cidade* (INSCRIÇÃO Nº 6, 1980, p. 2).

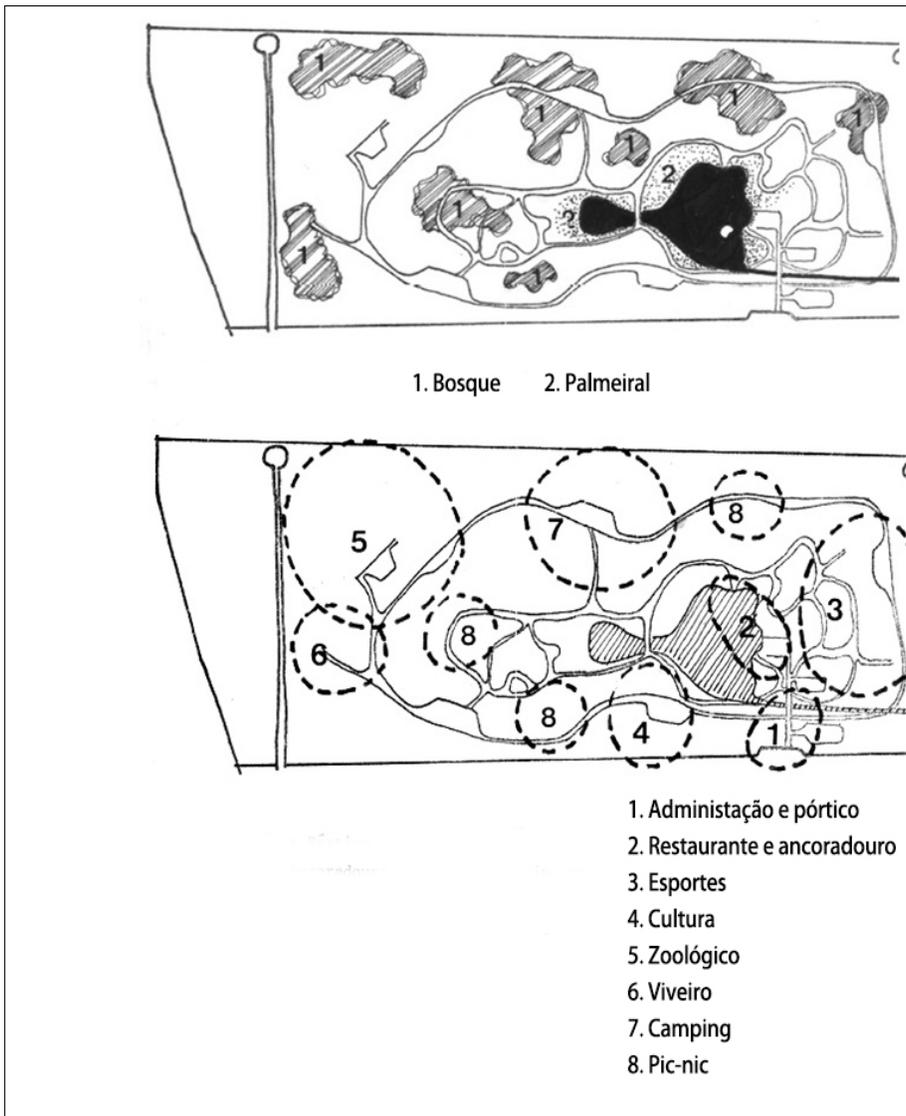
Desta maneira podemos perceber, a partir da análise da documentação original apresentada para o pleito, que é perceptível a intenção conservativa da proposta. Essa ideia se consolida quando observamos



Il. 2: Perspectiva do Parque do Lago dos Americanos.
Fonte: DPJ, 1980.

PAISAGENS HÍBRIDAS

a opção de zoneamento e proposta paisagística (Il. 3). Percebemos que a DPJ, ao propor paisagismo que buscasse suprir a ausência de espaços verdes equipados para o lazer e para a recreação, associa áreas de bosques às funções do zoneamento proposto, visando corrigir, com a proposta do projeto, essa carência com a iniciativa governamental da implantação do Parque Lago dos Americanos.



Il. 3: Estudo paisagístico e zoneamento do projeto do Parque do Lago dos Americanos. Fonte: DPJ, 1980.

Assim a área, com característica paisagística fitomórfica dos campos de Roraima (também denominado lavrado), em sua maior parte rasteira e com arbóreas esparsas, continha setores alagáveis e cursos d'água. A proposta foi então desenvolvida a partir de projeto paisagístico que complementasse a ecogenesia, *visando a adequabilidade do que será implantado como o espírito cultural, cívico e recreativo do habitante de Boa Vista* (INSCRIÇÃO Nº 6, 1980, p. 5), optando pela manutenção e valorização de elementos no projeto do parque urbano que dialogassem com a paisagem natural.

O memorial do projeto da DPJ aponta para a existência de intervenções anteriores ao projeto, possivelmente aquelas inseridas no governo Hélio Campos, pois visava ao *aproveitamento de equipamentos existentes, principalmente na área esportiva, com infraestrutura já bastante adiantada* (INSCRIÇÃO Nº 6, 1980, p. 7).

Proposta do Parque Anauá

A proposta vencedora do concurso teve autoria do arquiteto cearense Otacílio Teixeira Lima Neto (Fortaleza, 1946-2013) sobre o qual existe uma lacuna de dados, tanto quanto à proposta quanto sobre sua própria biografia. Essa situação compromete a pesquisa documental, entretanto favorece a análise de campo, tratando a arquitetura como documento a ser lido e interpretado (LE GOFF, 1990). Nisso temos, por ter sido executado, vantagem de análise quanto à proposta anterior.

A proposta vencedora partia do mesmo programa básico, porém diferenciava-se pela opção formal mais arrojada. Também intencionava *preencher o vazio urbano em termos de opções de lazer, esporte, educação e cultura* (LIMA NETO, 1989, p. 116), portanto visualizava o espaço para o projeto como um vazio inscrito em uma malha urbana consolidada e tinha como programa funções e elementos diversos: pórtico de entrada, anfiteatro, estação do bondinho, conjunto de bares, restaurantes, ancoradouro/cais, administração, centro cultural, escola de primeiro grau e escola de educação especial. Contava ainda

com uma via proposta para o transporte interno por bonde e, de acordo com o projeto, ao longo dessa mesma via todos os serviços seriam localizados. Na seção ocidental foram locadas duas escolas, com acesso independente do circuito interno do Parque.

O partido arquitetônico das edificações objetivava transformar o Parque Anauá em um espaço de experimentação arquitetônica e magnificência da arquitetura vernacular, *uma espécie de mostruário da força e da imponência da madeira da mata* (LIMA NETO, 1989, p. 117) contudo, é visível na sua proposta, o uso profuso de concreto em várias de suas estruturas, com forte caráter arquitetônico e plástico. Não podemos negar, contudo que, em muitos edifícios, é possível identificar diálogo formal com as malocas, assim do uso inteligente dos materiais naturais, como madeiras e palha, e do concreto, sempre que necessário. Também, cabe registrar, que a necessidade de adequação do projeto a determinados materiais inexistentes localmente, fez com que meios de execução fossem criados.

Boa Vista é uma cidade que padece da ausência de bons materiais de construção. O tijolo e a telha não são de boa qualidade e tudo vem de fora, por estradas péssimas, com grandes dificuldades. Nessas condições seria difícil abastecer o canteiro de obras com mais de 132.000 m² de piso. Foi necessário o governo montar no local uma fábrica de mosaico (ladrilho hidráulico) para revestimento dos passeios, praças, quadras de esportes e edifícios. Isso, na época, constituiu uma iniciativa muito importante, pois todo o equipamento veio do sul do país e a mão-de-obra – quase cem peões – teve que ser contratada em Fortaleza. (LIMA NETO, 1989, p. 119, grifo nosso).

As estruturas arquitetônicas foram dispostas ao longo de todo o parque, de forma que abrangesse o máximo possível da área disponível. Com exceção do Pórtico de Entrada e do Anfiteatro, que assumiram a necessidade funcional da resistência, com uso de concreto armado em sua estrutura, as obras foram edificadas em madeira da mata,

cuja espécie escolhida, a acariquara (*Minquartia guianensis*), com boa qualidade estrutural, além de plástica, cujas peças podem possuir até vinte metros sem emenda. *Os Nativos dizem que ela não apodrece; os cupins fazem ninho em seu tronco e comem de outro lugar* (LIMA NETO, 1989, p. 117). Contudo, cabe registro, a espécie é de região da floresta, não do bioma do cerrado roraimense.

Visões de um Parque

A construção do projeto do Parque se deu entre os anos de 1981 e 1983, contudo sua conformação recebeu várias intervenções posteriores. Embora subsistam alguns elementos do projeto inicial, atualmente várias intervenções descaracterizaram a proposta vencedora, de Lima Neto. Contudo o projeto do Parque Anauá foi indutor de um espaço público que assumiu a importância social que passou a expressar, dentro da dinâmica roraimense, que lhe auferiu as devidas qualidades de espaço vivo para a cidade de Boa Vista. Também indicativa é a opção entre os projetos escolhidos, que possuíam atributos diversos, apesar do programa comum. As duas propostas concorrentes apresentavam ideias distintas para o espaço.

O projeto da DPJ tinha visão mais conservativa, tanto pela inserção de elementos programáticos (como o zoológico) quanto na opção de uso de materiais e propostas formais dos elementos arquitetônicos, além do respeito à preexistência de estruturas. A opção pelo uso de matérias-primas e tecnologia local, além de dotar ao espaço um caráter de continuidade paisagística com a fitofisionomia do lavrado, traduzia-se em certo bucolismo – talvez diverso da dinâmica social que o espaço já possuía. A arquitetura se integrava, na proposta, ao ambiente, de forma harmônica e a opção da denominação de Parque do Lago dos Americanos reforça o caráter de manutenção das dinâmicas prévias.

O projeto de Lima Neto, por sua vez, se propõe a elementos de arrojo, tanto formal quanto no uso de materiais e técnicas, introduzindo

novidade ao contexto do Parque Anauá. Mesmo as edificações cuja opção material era de madeira local, destacava-se a composição plástica de planos e volumes. A proposição de estruturas em concreto armado e materiais inexistentes na região, por sua vez, vai ser indutora de processos de produção e qualificação da mão-de-obra local. A própria escolha do nome da proposta – Parque Anauá – insere-se nesse contexto de renovação, dando identidade que difere das anteriores.

O projeto inicial, oriundo do concurso, vem sofrendo ao longo dos anos alterações. Em relação aos edifícios com uso de madeira, poucos se mantêm e, mesmo os elementos produzidos em concreto armado, já sofreram alterações. No anfiteatro, foi promovida recente demolição do palco e camarins, bem como a abertura de salas abaixo da arquibancada, visando promover novas dinâmicas em espaços considerados subutilizados. Para o antigo conjunto de bares, construído próximo à entrada do Parque, foi dado novo uso, sendo hoje a base da Companhia Independente de Policiamento Ambiental de Roraima. O Museu Integrado de Roraima, desativado desde 2016, permanece em desuso. A situação de má gestão do espaço tem sido sensível ao longo dos anos, a ponto de trazer à cena a mobilização social em ações de proteção do espaço (QUADROS, 2016). Todo o Parque carece de manutenção, sendo perceptível a deterioração com o decorrer do tempo, o que favorece, em contrapartida, propostas de renovação e intervenções que não dialogam com o projeto original vencedor do concurso. (Il. 4)

Intervenções posteriores

O sentido de novidade será considerado nas intervenções posteriores, fazendo do Parque Anauá um espaço sempre atrativo, tanto por suas dinâmicas de uso quanto pela ambiência, onde o elemento arquitetônico é sempre protagonista. Nesse sentido, o papel político de visibilidade das intervenções também terá seu relevo.

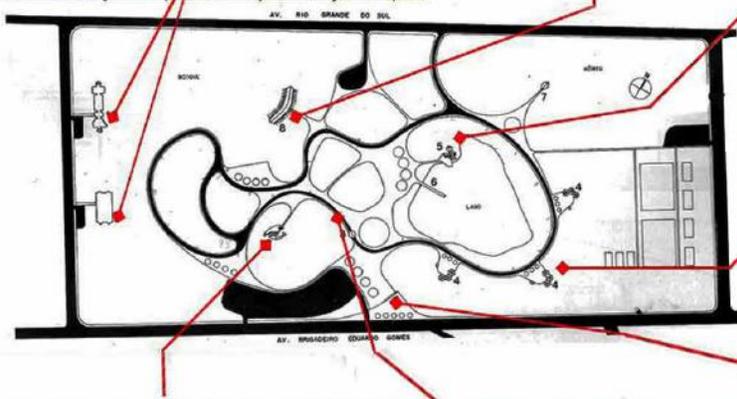
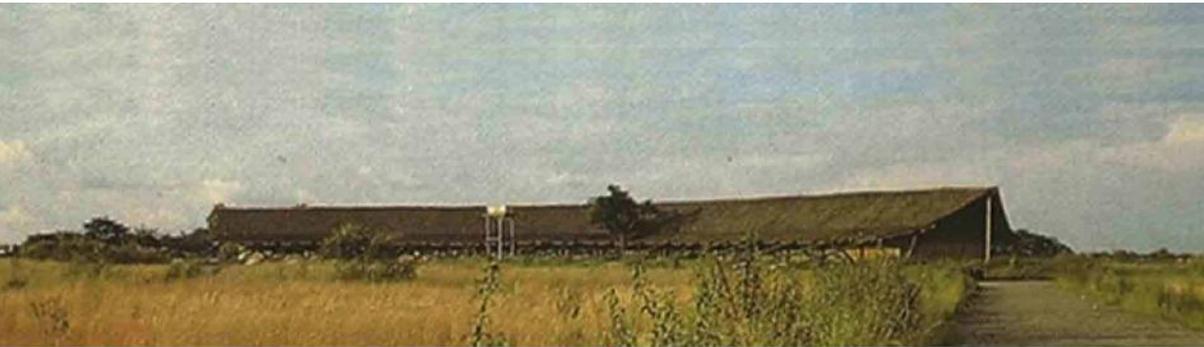
A promoção do surgimento do Parque Anauá está associada à imagem da gestão do brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, em sua segunda gestão do Território Federal, de 1979 a 1983. A oportunidade do projeto se faz na conjunção de um período histórico de interfaces políticas e de experimentações no campo da arquitetura e do urbanismo extremamente relevantes. Portanto a produção de um espaço público dessa escala atribuída grande força simbólica, especialmente para a cidade de Boa Vista, quando há grande tendência de ocupação do espaço público pela população em seu tempo livre. Portanto o controle da função social do espaço público também se fazia importante, dentro do cenário da conjuntura nacional.

O Parque Anauá terá seu nome novamente associado ao governador Ottomar de Souza Pinto na sua terceira gestão (2004 a 2007), onde novas funções e estruturas serão acrescentadas. Desde sua criação o protagonismo arquitetônico lhe foi característico e, nesse caminho

outras estruturas foram adicionadas no decorrer dos anos, como uma área coberta para shows – forró-dromo -, o parque aquático, pistas de bicross, motocross, patins e skate, pista de aerodelismo, entre outras estruturas, algumas de caráter temporário (QUADROS, 2016, p. 60).

Podemos somar ao conjunto de lazer em que se insere o Parque Anauá a área contígua (NASCIMENTO *et al.*, 2018a), em que temos o Ginásio de Esportes Vicente Feola e a Praça Interativa José Renato Haddad (popularmente conhecidos como Totozão e a Praça das Fontes, respectivamente). Na segunda gestão Ottomar as estruturas foram produzidas pela equipe da Secretaria de Estado de Infraestrutura, no nascente Estado de Roraima, durante o segundo governo de Ottomar Pinto, entre 1991 e 1995. Contudo a interferência simbólica da figura do brigadeiro Ottomar é perceptível na própria concepção arquitetônica de muitos projetos desenvolvidos pela equipe, com frequente utilização de estrelas e elementos que remetessem à Aeronáutica, como representação de pássaros.

PAISAGENS HÍBRIDAS



Il. 4: Intervenções dos períodos Ottomar de Souza Pinto: Praça Interativa, Ginásio Vicente Feola, Forródrromo e Parque Aquático.
 Fonte: Laboratório de Práticas de Projeto e Pesquisa da UFRR.

Na terceira gestão Ottomar (2004 a 2007) tem-se a descentralização das estruturas de lazer, especialmente visando atender a setores da cidade que surgiram a partir da decadência da estrutura do garimpo na Serra do Tepequém, município de Amajari. Um equipamento característico foi o surgimento de parques aquáticos públicos que, assim como outras estruturas, foi inserido igualmente no Parque Anauá. Esses projetos também foram desenvolvidos pela equipe técnica do Estado.

A importância sociocultural que o Parque Anauá possui para a cidade de Boa Vista é irrefutável e a ele relacionado. Várias atividades são desenvolvidas, tanto sob a forma e eventos culturais quanto na instalação de novas estruturas. Podemos apontar que diversos espaços promovem ações no Parque, mesmo não pertencendo necessariamente aos seus limites, tais como a Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB), o kartódromo, Casa da Capoeira, o Restaurante Bambulago (locado na casa dos proprietários primários), Centro de Produção e Comercialização do Artesanato Indígena de Roraima “*Ko ‘Go Damiana*”, Horto Municipal de Boa Vista, entre outras estruturas.

Temos que, do projeto original, de Otacílio Teixeira Lima Neto, das duas escolas previstas, apenas o edifício da Escola Estadual de Música de Roraima (EMUR) está ativo ; a Companhia Independente Policiamento Ambiental e Grupamento Independente de Intervenção Rápida Ostensiva (GIRO), estão locados na estrutura de um dos edifícios previstos para abrigar o conjunto de bares; o centro cultural/museu está desativado; o anfiteatro sofreu alterações estruturais e abriga a Galeria de Artes Luiz Canará; todas as demais estruturas – estação do bondinho, dois conjuntos de bares, restaurantes, ancoradouro – a exceção do pórtico de entrada, já não existem mais.

Recentemente outras funções têm sido instaladas no espaço do Parque Anauá, sem considerar a perspectiva de lazer que o caracteriza, como estruturas para órgãos públicos , enquanto aquelas relacionadas à cultura têm sido subutilizadas. Nova proposta, esta de grande escala,

PAISAGENS HÍBRIDAS

tem sido ventilada para a área do Parque, sem transparência ou consulta popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância social do Parque Anauá faz com que este seja um espaço rico e dinâmico, imprescindível para a cidade de Boa Vista. É inegável que a apropriação deste espaço – dentro do simbolismo que o mesmo representa – seja feito de forma inteligente, tanto pela sociedade quanto por gestões que o potencializam em suas qualidades e funções. Eventos, festas e feiras têm o Parque como *locus*, atraindo perfil diversificado, além das formas de uso menos intensas, como piqueniques de pequenos grupos e outras atividades sociais. Contudo, inclusive pela relação de pertencimento clara da população com o espaço, há forte reação quanto ao seu abandono, o que não



Il. 5a, 5b, 5c e 5d: Panorama do parque
Fonte: Laboratório de Práticas de Projeto e Pesquisa da UFRR.

tem evitado que as instâncias públicas promovam intervenções questionáveis quanto à unidade do conjunto arquitetônico.

O Parque Anauá é um lugar, na dimensão de um espaço de significação. Assim, estudá-lo é sempre uma busca de camadas de significados, que vão além do conhecimento histórico e crítico sobre a produção arquitetônica roraimense. Entretanto, por se caracterizar como campo de estudo bastante recente, a produção de conhecimento em arquitetura e urbanismo roraimense precisa de aprofundamento. Os elementos arquitetônicos que fazem parte do Parque registram momentos importantes de Roraima e dão pistas para várias investigações.

Uma questão ainda pouco explorada está relacionada ao próprio contexto da paisagem natural, que se relaciona com a edificada, na apropriação do espaço. Uma das práticas mais comuns é a de passeios de fim de tarde, para apreciar o pôr-do-sol no Parque, normalmente com encontro de grupos ou famílias para várias atividades de lazer. Nesse sentido, a amplidão do lavrado é elemento primordial, assim como para a prática de aerodelismo ou simplesmente empinar uma pipa, garantida pela ventilação do amplo parque.

Entre os projetos que compuseram o concurso, em 1980, existe uma diferença conceitual básica: enquanto um buscava se inserir no parque de forma quase imperceptível, integrando-se ao meio e paisagem, contudo sendo um parque de lazer; o outro propunha estruturas formalmente mais arrojadas, integrando-se principalmente pelas funções que propunha, como escolas e museu. O papel dos arquitetos pioneiros que construíram efetivamente Roraima também é significativo e se entrecruza com o projeto original, introduzindo traços de arquitetos migrantes (SEGAWA, 1988) como Maria Perpétua Barbosa, Antero Sá, Omar Xaud, Otília Pinto, entre outros .

Desta maneira, podemos afirmar que a diversidade que se manifesta no Parque Anauá, sobre vários aspectos, assume características de

congraçamento em torno da diversidade própria do povo roraimense, cujo projeto de Otacílio Lima Neto foi muito feliz, por propor estruturas arquitetônicas que dialogaram tanto a geometria quanto a técnica, sendo generoso ao assimilar, em bom diálogo, as estruturas contemporâneas posteriores. Mais do que a manutenção de um projeto arquitetônico para o parque público, a escala e a ambiência que o caracterizam devem ser consideradas, pois são a verdadeira essência da dinâmica do Parque Anauá, permitindo ser espaço de promoção da qualidade de vida, onde o exercício do tempo livre, tão raro em outras capitais, ainda é comum em Boa Vista.

REFERÊNCIAS

INSCRIÇÃO Nº 6. Parque Lago dos Americanos. Belém: DPJ Arquitetos Associados, 1980. 23 p. Trabalho não publicado.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1990.

LIMA NETO, Otacílio Teixeira. Anauá: área verde, lazer e cultura para a capital de Roraima. In: *Revista Projeto 120*, 1989.

LIMA, Emiliano Cavalcante Teixeira. Anauá - Bisão. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por claudia.nascimento@ufr.br em 16 jun. 2017.

LIMA, Mozarildo Contrera. Estórias da história do Parque Anauá. 2011. Disponível em: <https://www.flogao.com.br/kontrercss/139777676>. Acesso em dez.2018.

NASCIMENTO, Claudia H. C.; LINS, Judson W. de R.. Signos da margem da Amazônia: o lavrado. In: *II Encontro Patrimônio Cultural e Sociedade*, 2017, Belém. Anais... Belém: DPHAC/SECULT, UNAMA, 2017.

NASCIMENTO, Claudia H. C.; NUNES, Gustavo N.; OLIVEIRA, Kelly C. R. de; PEREIRA, Yanne, C. C.; TRIANI, Angélica P.; SILVA, Ohana P. da. Ginásio Poliesportivo Vicente Ítalo Feola: história e arquitetura. In: *III Seminário de Arquitetura Moderna da Amazônia*, 2018, Belém. Anais... Belém: UFPA, 2018.

NASCIMENTO, Claudia H. C.; PAZ, Cibele C. A.; SANDER, Rafaela C.; ALMEIDA, Suelen C. da S. N.; ROCHA, Rayresson L. da. Projetos para o Parque Anauá, Boa Vista/RR. In: *III Seminário de Arquitetura Moderna da Amazônia*. Belém. Anais... Belém: UFPA, 2018.

PONCE DE LEON, Delberg; NEVES, Nelson Serra ; LIMA NETO, Otacílio (Orgs). *Panorama da Arquitetura Cearense* V. 1 e 2 (série Cadernos Brasileiros de Arquitetura nº 9 e 10). São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., 1982

QUADROS, Lennon Uriel Brito. *Os lugares no/do parque: uma proposta placemaking para o Parque Anauá*. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2016. (monografia de graduação em Arquitetura e Urbanismo).

SEGAWA, Hugo. Arquitetos Peregrinos, Nômades e Migrantes. In: RANGÉ, Jacques. *Arquiteturas no Brasil/anos 80*. São Paulo: Projeto, 1988 (p. 9 - 12).

NOTAS

- ¹ Segundo informações do arquiteto José Freire (DPJ-Belém) e da arquiteta Perpétua Barbosa (arquiteta aposentada da Secretaria de Estado de Infraestrutura de Roraima).
- ² Observamos que o mesmo modelo de ladrilho hidráulico utilizado como um elemento característico dos projetos de Otacílio Teixeira Lima Neto, visto que o mesmo padrão gráfico proposto para o calçamento externo do Parque Anauá foi produzido para ser utilizado no projeto do mesmo arquiteto para a Beira-Mar de Fortaleza, um de seus projetos mais importantes (NASCIMENTO *et all.*, 2018b). Registramos esse ponto por considerar que, diante da condição da construção civil na capital roraimense à época ser precária e o recurso em termos de materiais de construção ser, até hoje, em alguns aspectos, de difícil acesso, essa escolha reflete certa posição conservadora do arquiteto em relação às suas propostas.
- ³ Sobre esse equipamento, especialmente, a descontinuidade de ações e a falta de envolvimento dos setores públicos têm levado à perda incalculável, visto ser esse a única instituição museal do Estado de Roraima. Portanto, embora tenha sido iniciado processo para sua recuperação, tanto o edifício quanto o acervo tem sofrido gravemente.
- ⁴ Ottomar de Souza Pinto, brigadeiro da Aeronáutica, foi gestor de Roraima em três ocasiões: uma no período do Território Federal (de 2 de abril de 1979 a 7 de abril de 1983) e duas como governador eleito, de 1 de janeiro de 1991 a 1 de janeiro de 1995 e de 10 de novembro de 2004 a 11 de dezembro de 2007.
- ⁵ O papel dos arquitetos pioneiros em Roraima, que vão ocupar funções técnicas e de gestão em órgãos públicos, será fundamental na construção da expressão arquitetônica em Boa Vista e, em especial, nas intervenções do chamado Período Ottomar.
- ⁶ A Lei Estadual nº 634, de 11 de janeiro de 2008 altera o nome do ginásio, passando a se chamar Ginásio de Esportes Governador Ottomar de Souza Pinto, mantendo a primeira denominação como nome de fantasia. Totozão passa a ser um apelido, em referência ao homenageado, Ottomar (NASCIMENTO *et all.*, 2018a).

- ⁷ Não nos aprofundaremos nesse tema, mas tem sido trabalhado em outras pesquisas dentro da equipe dos Laboratórios de Práticas de Projeto e Pesquisa e de História da Arquitetura e Urbanismo, a partir da representação do poder através da Arquitetura e Urbanismo roraimenses.
- ⁸ Parques Aquáticos Públicos foram instalados nos bairros Caçari, Caranã, Asa Branca e Jardim Primavera, além do Parque Anauá e no município de São Luiz, no sul do estado (NASCIMENTO *et all.*, 2018b).
- ⁹ A outra edificação, prevista no projeto para abrigar uma escola de educação especial, sofreu sinistro de incêndio em 2014, e encontra-se abandonada.
- ¹⁰ Órgãos ligados ao Instituto de Amparo a Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima (IACTI).
- ¹¹ *"Diante da situação de abandono do Parque, a organização comunitária 'Amigos do Parque Anauá', desde 2014, promove eventos e ações (...), o coletivo realizou eventos independentes do poder público, como um 'mutirão' para limpeza do lago do Parque e o 'I Sarau Amigos do Parque', apresentando novas formas de apropriação e manutenção do espaço"* (QUADROS, 2016, p.62).

PERFORMANCES ENDÊMICAS NO MERCADO DO VER-O-PESO, BELÉM DO PARÁ

SILVIA LAURA COSTA CARDOSO
ALEXANDRE SÓCRATES A. DE ALMEIDA LINS
ROBERTO MARTINS e SILVIO LIMA FIGUEIREDO

silvialaura19@gmail.com
asaalins@yahoo.com.br
pesquisanasilhas2@yahoo.com.br
slima@ufpa.br

RESUMO ABSTRACT

Este artigo objetiva identificar as relações sociais no Mercado do Ver-o-Peso, em Belém do Pará, por meio de uma pesquisa exploratória evidenciando sua perspectiva situacional, que faz desse espaço público um mercado de bens simbólicos. Os dados para este artigo foram obtidos por meio da pesquisa-ação. Baseando-se na metáfora teatral de Goffman (2010), constatou-se que espaços públicos como o Mercado do Ver-o-Peso não são pautados por uma lógica puramente econômica a partir de um centro irradiador de objetivos racionalmente definidos. Ao contrário, o espaço público neste artigo é entendido como um teatro de arena, onde todos os atores sociais desenvolvem suas performances em um contexto relacional, que coloca a situação em evidência.

This article aims to perceive the social relations in the Ver-o-Peso Market, in Belém do Pará, through an exploratory research evidencing its situational perspective, that makes of this public space a market of symbolic goods. The data for this article were obtained through action research. Based on Goffman's theatrical metaphor (2010), it was found that public spaces such as the Ver-o-Peso Market are not based on a purely economic logic from a radiating center of rationally defined objectives. On the contrary, the public space in this article is understood as a theater of arena, where all the social actors develop their performances in a relational context, that puts the situation in evidence.

Palavras chave Key-words

Paisagens, performances, co-presença.
arena pública.

Landscapes, performances, co-presence.
sociability, public arena.



A CIDADE É UM DOS principais artefatos produzidos pelo homem, serve de habitação para as pessoas, de palco para a cena, a produção de eventos e de espetáculos e, além de produto, ela é produtora de relações sociais. A cidade é assim, uma estrutura híbrida e complexa.

As cidades na chamada “pós-modernidade” apresentam algumas características, nas quais é possível entender que seu espaço público é percebido inicialmente como funcional, e mais ainda, o espaço público possui dupla função (FIGUEIREDO, 2008). A primeira função está voltada à

disponibilidade de opções de lazer aos moradores, processos de sociabilidade, garantindo o bom funcionamento da engrenagem urbana, calcada na dicotomia trabalho/lazer. A segunda função relaciona-se a um lugar de referência da cultura, divertimento, entretenimento, como uma amostra dos “produtos” simbólicos que a sociedade tem e é para lá que se dirigem os visitantes da cidade que querem ver o que pode ser classificado como identitário do lugar (obras, arte, exposições, etc.), na verdade típico do lugar. Essa dupla função é incorporada pelo planejamento urbano e, pelas políticas públicas de gestão da cidade que em setores ligados ao meio ambiente, cultura, esporte e turismo garantem a refuncionalização e produção desses espaços, em vários locais e das mais variadas formas (FIGUEIREDO, 2008).

No século XVIII, Belém era o maior entreposto comercial da região sendo o centro do comércio de produtos oriundos da extração da floresta amazônica, com destino aos mercados locais e internacionais e o principal ponto de chegada dos produtos europeus para suprir o mercado regional. Inaugurada em 1625, no antigo Porto do Piri, a Casa de “Haver o Peso”, que inicialmente era apenas um ponto de aferição dos produtos e arrecadação de impostos (SARGES, 2010). O conjunto arquitetônico e paisagístico foi tombado pelo IPHAN em 1977.

O Mercado do Ver-o-Peso, conhecido como “cartão postal” de Belém do Pará, é um espaço público de grande significação para a população da cidade amazônica, tanto em aspecto econômico e turístico, como cultural e simbólico (material e imaterial). Essa significação foi construída historicamente e de forma imbricada com a vida da cidade tornando-se uma espécie de síntese de sua cultura. O mercado do Ver-o-Peso não é, portanto, somente um espaço de compra e venda de produtos regionais e demais mercadorias. Sua significação para a cidade implica convergência de sentidos e práticas em relações de continuidade espaço-temporais.

Para entender as relações sociais que ocorrem no Ver-o-Peso este trabalho realizou uma observação atenta das complexas teias que fazem desse espaço um mosaico da vida associativa de Belém. Tomou-se como base a perspectiva da microssociologia, que estuda a natureza das interações sociais humanas cotidianas. Os dados para este artigo foram obtidos por meio da pesquisa-ação. A pesquisa ao mercado aconteceu em uma manhã de sábado, 15 de novembro de 2014, feriado da Proclamação da República. O objetivo foi observar as diferentes performances, a co-presença, as cenas e o espetáculo que se faziam presentes na arena pública urbana, ou seja, no cenário do Mercado do Ver-o-Peso. A partir dessa pesquisa-ação pretendeu-se cruzar as descrições com o referencial teórico principal, o conceito de “arena pública”, entendida como categoria simbólica e como espaço físico, ou seja, local onde ocorrem as relações (GOFFMAN, 2010).

O objetivo deste artigo é identificar essas relações por meio de uma pesquisa exploratória evidenciando sua perspectiva situacional, que faz desse espaço público um mercado de bens simbólicos, onde perpassam relações de amizade, confiança, camaradagem, jocosidade, fofoca etc. Referenda-se assim o paradigma teórico de que nem todas as ações humanas são regidas por lógicas racionais, o que demonstra que outras lógicas também determinam o social.

Neste texto, o entendimento de *situação* está relacionado “ao ambiente espacial completo em que ao adentrar uma pessoa se torna um membro do ajuntamento que está presente, ou que então se constitui” (GOFFMAN, 2010, p. 28).

PAISAGENS, CHEIROS, SABORES E SABERES DO MERCADO DO VER-O-PESO.

Naquele dia, as lojas do centro comercial estavam fechadas. Porém, o mercado do Ver-o-Peso, manteve-se como cenário de espetáculos, cenas, paisagens, performances, cores, cheiros, sabores e saberes. O lugar é palco do encontro entre amigos, da interação entre feirantes

e da co-presença do público em geral (comerciantes, atacadistas e varejistas, donos de restaurantes, moradores, turistas, estudantes, pesquisadores, poder público, ribeirinhos, prostitutas, etc.), que vivenciam o espetáculo da arena pública. (Il. 1)

Segundo Joseph (2004), o Ver-o-Peso, é um mercado popular e ao mesmo tempo um patrimônio arquitetônico, sendo um verdadeiro espaço de atração. As práticas no espaço público, a densidade e a mistura das populações que o frequentam tornam este mercado um centro, um lugar de movimento da cidade.



Il. 1: Mercado do Ver-o-Peso.
Fonte: Cardoso, 2018.

Apesar de ser um lugar singular na cidade de Belém, com conteúdo material e imaterial, o Ver-o-Peso não pode ser encarado como espaço de compreensão única. Como nos conta Leite (2004), a diversificação simbólica dos lugares urbanos contemporâneos resulta em uma polissemia do lugar, permitindo que um mesmo espaço possa ser configurado de modo híbrido como diferentes lugares.

O espaço urbano, culturalmente construído é evidenciado através da produção de símbolos que se definem através de códigos, os quais não incluem apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, o ritual, a cerimônia, a música, a dança e as construções (COSGROVE, 2003, p. 103). A paisagem urbana formada por mercados, praças, hortos, bosques, jardins, parques é uma paisagem cultural, onde o homem por meio de sua *praxis*¹ transforma a paisagem do mundo natural em um mundo artificial e adaptado, onde a paisagem natural passa a ser cultural, pois sofreu diversas interferências (SOUZA e BAHL, 2013, p. 3).

Neste sentido, identificar e reconhecer lugares como o Ver-o-Peso implica (...) *uma operação seletiva, cujo primeiro passo é a localização de formas dispersas de demarcações espaço-temporais e de suas fronteiras* (LEITE, 2004, p. 294). Assim, um lugar retém as qualidades de movimento tempo e trajetória e implica sentidos construídos e praticados (*Idem*). Vale dizer que esses sentidos são construídos com base nas relações face a face cotidianas, sempre implicadas em uma situação.

Nossa trajetória no Ver-o-Peso teve início na Praça do Pescador, por volta das nove horas da manhã. A primeira cena avistada foi de um pequeno grupo de senhores e senhoras apreciando um culto evangélico que acontecia ali. Contracenando com estes identificamos a *performance* de um senhor aparentando cinquenta e nove anos, jogado ao chão, mesmo diante de sol forte. Nas redondezas da Praça do Pescador alguns poucos transeuntes se dirigiam ao Porto Hidroviário, que transporta a população belenense e turistas em embarcações

regionais denominadas “pô-pô-pô” pelo rio Guamá, com destino para vários municípios paraenses, como por exemplo, Barcarena.

Vale dizer que o cenário tanto da Praça do Pescador como do Porto Hidroviário e do rio Guamá, pouco mais de uma hora depois, apresentavam cenas completamente diferentes. O primeiro lugar recebia agora apresentação musical do grupo peruano “Los Latinos”. Essa nova *performance* compôs ali uma nova arena pública urbana com um público bastante heterogêneo (feirantes, ambulantes, moradores de rua, visitantes e turistas que circulavam o mercado naquela manhã) de cerca de cem pessoas que se concentrava em uma disposição de semicírculo diante dos músicos. A maioria observava a apresentação de pé, outras se deliciavam e se movimentavam ao embalo das canções. Já o Porto Hidroviário, apresentava uma fila que crescia a cada minuto, com pessoas esperando a hora apropriada da maré para embarcar no “pô-pô-pô”. Esse pequeno exemplo demonstra como esses espaços do Mercado do Ver-o-Peso – Praça do Pescador, Porto Hidroviário e o rio Guamá – apresentam paisagens, temporalidades e territorialidades distintas do contexto mais amplo do mercado.

Um pouco mais à frente observamos os quiosques que vendem os produtos artesanais do Estado confeccionados em palha, o cheiro-do-Pará, a cerâmica marajoara e as lembrancinhas. O espaço é frequentado predominantemente por turistas, que naquela manhã se apresentavam em um grupo considerável no mercado do Ver-o-Peso. Na esteira dos tipos ideais de Weber, eles são facilmente identificados com roupas leves como bermudas, camisetas e chapéus e as tradicionais câmeras fotográficas.

Do outro lado dos quiosques de produtos artesanais, observamos os que comercializam diversos tipos de roupas, bolsas, mochilas, uniformes de times de futebol (Paysandu, Remo, Corinthians, São Paulo, Fluminense, dentre outros) e miudezas *made in China* penduradas em aramados e expostas para comercialização ali mesmo.

PAISAGENS HÍBRIDAS

Na calçada, próximo do meio fio, identificamos a co-presença dos transeuntes que circulavam no Mercado do Ver-o-Peso. Havia o ponto de parada de ônibus e os passageiros que ali aguardavam o transporte público que o levaria ao seu destino; o vendedor que utilizava a bicicleta para vender o “combinado”²; o palhaço que faz malabarismos para ganhar alguns trocados, o cantor de tecnobrega divulgando seu talento³, com sua “bikesom”⁴; o ônibus da agência de turismo – FAMTUR, com o grupo de turistas que veio conhecer e desfrutar os atrativos turísticos e as performances endêmicas no Mercado do Ver-o-Peso e os transeuntes (consumidores ou não) que se misturam com os ambulantes compondo as diferentes cenas naquela arena pública urbana. (Il. 2)



Il. 2: Transeuntes no cenário do Mercado do Ver-o-Peso
Fonte: Cardoso, 2018.

Os atrativos turísticos devem priorizar o desenvolvimento e a manutenção de seus acessos, equipamentos e serviços, pois relacionam-se com as motivações de viagens dos turistas e a avaliação que os mesmos fazem desses elementos (IGNARRA, 2001, p. 48). Os espaços urbanos conformam-se em atrativos turísticos quanto maior for seu caráter diferencial, sejam mercados, parques, jardins ou praças. Nesse sentido, o espaço turístico, apresenta nuances híbridas, pois se conforma pelo físico e pelo simbólico, produzindo trocas constantes entre si. Esses espaços também se constroem pelas expressões de seus visitantes, pelas relações que estabelecem com os lugares (CARDOSO, FIGUEIREDO, 2017).

A circulação dos transeuntes, segundo Joseph, (2000, p. 29) pode ser denominada como uma sucessão de acordos de visibilidade completamente ritualizados. Na medida em que a co-presença é tratada em si mesma, ela configura uma socialidade que se preocupa em “liberar a circulação”. Pode-se pensar aqui em todas as formas de acordos que regem a circulação de um pedestre ou nas diferentes formas de nos mantermos indiferentes à comportamentos que reprovamos, mas que são considerados de menor gravidade ou cuja ambiguidade preferimos enfatizar (JOSEPH, 2000, p. 30).

Em seguida nos adentramos pelos quiosques que comercializam alimentos (sopa de carne com legumes, mingau de farinha tapioca, mingau de milho e alguns pratos regionais, como por exemplo, o açai com peixe frito, a maniçoba e o tacacá). Observamos turistas que apreciavam o peixe frito regional e o açai – expostos no balcão para venda aos clientes que ali transitavam. Os peixes regionais de diferentes espécies acompanhavam o prato, à escolha e ao sabor do freguês.

Ao caminharmos avistamos as paisagens e as *performances* do Mercado de Peixes, com construção em *art nouveau*, que retrata o período áureo da borracha amazônica. Dentro identificamos a diversidade de espécies de peixes amazônicos (dourada, pescada amarela, pirarucu,

filhote, tucunaré, etc.) e camarões regionais. Havia um imenso pirarucu, medindo aproximadamente um metro e cinquenta centímetros e pesando oitenta quilos. Observamos que os produtos estavam expostos nos balcões, principalmente os peixes, e que não havia um acondicionamento frigorífico adequado para os produtos. Compondo a paisagem, além dos feirantes e dos consumidores, percebemos o “sagrado” e o “profano” representados pela presença, de um lado, da imagem da Virgem de Nazaré – “Padroeira da Amazônia” em uma pequena berlinda ornada com flores e, de outro lado, uma prostituta a espera de clientes.

Continuando nossa vivência no Mercado do Ver-o-Peso (Il.3), passamos pelo prédio Solar da Beira (Il. 4), construção em estilo neoclássico, também construído no período áureo da borracha amazônica, onde originalmente funcionou o órgão responsável pela fiscalização municipal. Atualmente, o espaço só abriga pequenos comércios no andar térreo como uma pequena loja de artigos de umbanda. Internamente estava funcionando como um depósito de containers da Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN). Durante nossa visita, alguns turistas receosos com o aspecto abandonado do lugar aproveitaram para subir a escadaria e conhecer o espaço, que no segundo piso abrigava adolescentes deitados no chão, sob a supervisão distante de fiscais da Secretaria Municipal de Economia (SECON). (Il. 5)

Ao sairmos do prédio passamos pelos quiosques das ervas medicinais amazônicas, que vendem banhos feitos à base de plantas regionais, chás e remédios milagrosos de toda espécie utilizados como “rituais”⁵ para a cura de muitas doenças. Na barraca da “Dona Cheirosa” encontramos afrodisíacos, loções contra mau-olhado, amuletos da sorte e outras “bugigangas” que prometem atrair bons fluidos.

Na rua transversal, passamos pelo Mercado de Carne, com arquitetura em ferro que também remonta ao passado áureo da borracha amazônica. Lá estavam expostas carnes vermelhas, miúdos e aves. Na



Il. 3: Mercado de Ferro.
Fonte: Fotografia Cardoso, 2018.

Il. 4: Prédio Solar da Beira.
Fonte: Fotografia Cardoso, 2018.





Il. 5: Ervas Medicinais do Ver-o-Peso
 Fonte: Fotografia Cardoso, 2018.

rua ao lado do mercado de carne identificamos em várias barracas a comercialização de garrafas de tucupí⁶, pimenta de cheiro (amarela) e pimenta malagueta (vermelha), cheiro verde, legumes e vários tipos de frutos regionais vendidos in natura (manga, castanha-do-Pará, pupunha, bacuri, cupuaçu, taperebebá, muruci), e ainda, polpas de frutas. Também percebemos a presença do poder público⁷ no local fazendo a fiscalização e oferecendo uma “certa segurança” aos transeuntes do Mercado do Ver-o-Peso. (Il. 5)

Seguindo em direção à Feira do Açaí, passamos pelo cais do Ver-o-Peso, por volta das dez horas. Ali o cenário já era tranquilo, com pouca movimentação de pessoas, nem parecendo mais o mesmo da madrugada, quando fica lotado de pessoas comercializando seus produtos (na maioria atravessadores). (Il. 6)



Il. 6: Pedra do Peixe Ver-o-Peso
Fonte: Fotografia Cardoso, 2018.

Isaac Joseph visitou Belém em 2004, e descreveu o espetáculo do cais do Mercado do Ver-o-Peso assim:

[...] nos primeiros raios de sol os barcos pesqueiros acostam e descarregam suas toneladas de peixe [...] embarcações pesqueiras de maior porte enfileiram-se no canal estreito, provocando grande movimentação no mundo de gente que quer estar nas primeiras barracas do cais, assim que o peixe for descarregado. É fácil ficar para trás diante da agitação atabalhoada dos rapazes que carregam pesadas caixas de madeira na cabeça [...] A multidão se comprime, ninguém quer atrapalhar. Entretanto, é preciso chegar à beira para conseguir avistar a enseada e tentar compreender o que acontece por trás das fileiras de curiosos, comerciantes, atacadistas e varejistas, donos de restaurantes, moradores, que vem fazer compras e apreciar o espetáculo. Não chega ser um porto, apenas um ancoradouro: as embarcações se revezam para descarregar toneladas de peixes de rio [...]. (JOSEPH, 2004, p. 46).

Quando passamos pelo local estava acontecendo a lavagem do cais do Ver-o-Peso, para minimizar o forte odor deixado pelos produtos ali comercializados desde a madrugada. Havia a presença de urubus e garças nas margens do rio Guamá, que àquela hora estava com a maré baixa e disputavam as carcaças dos peixes e o lixo jogados na enseada.

O CASO DOS PEIXEIROS DO MERCADO DO VER-O-PESO

Como que ajustando o foco de uma lente em uma câmera, deslocamos agora nosso olhar para um quadro específico do Ver-o-Peso: a dos peixeiros na Feira do Açaí, no fim da manhã do dia 15 de novembro de 2014. Essa parte do Mercado do Ver-o-Peso, apresenta outra paisagem e registra bem a organicidade das relações entre o espaço urbano da feira com as populações ribeirinhas. Ali a ida e vinda de pequenas e

médias embarcações é intensa com as ilhas da parte insular da cidade para compra e venda de produtos regionais: açaí, frutas, verduras, peixe etc. Esse movimento estabelece relações entre esses grupos de pessoas com performances diferenciadas nas negociações de seus produtos: os ribeirinhos precisam realizar as negociações rapidamente para transformar seus produtos em dinheiro, fazer suas compras e retornar para seu cotidiano enquanto os compradores (na maioria atravessadores) tem como objetivo o menor preço a fim de “alargar” sua margem de lucro. O resultado é uma intensa negociação num curto espaço de tempo.

No caso dos vendedores de peixe observamos uma prática diferenciada. Eles fazem suas negociações durante a madrugada (como os demais). Depois, para aliviar o *stress*, no fim da manhã estavam reunidos num local isolado nos fundos da feira do açaí em divertida “jogatina” (baralho e dominó) regada a cerveja num cenário tranquilo e divertido contrastando com a cena fervilhante no espaço da feira. O motivo daquele comportamento diferenciado na cena observada, estava relacionado a questão da temporalidade em relação ao movimento das marés na Amazônia, pois eles aguardavam a melhor posição das marés para o retorno ao alto mar, a fim de retomar seu trabalho na pesca.

Como essa situação não ocorre com frequência, o grupo aproveitava para confraternizar com colegas e conhecidos no espaço durante o dia para logo voltar ao “batente”. A situação desse grupo foi percebida na perspectiva que Goffman denomina “ajuntamento”, que se refere a *qualquer conjunto de dois ou mais indivíduos cujos membros incluem todos e apenas aqueles que estão na presença imediata uns dos outros num dado momento* (GOFFMAN, 2010, p. 28).

Esse grupo tinha, na sua *performance*, uma atuação diferenciada em relação ao restante dos atores, que dedicavam freneticamente à compra e venda de produtos. Para os peixeiros, naquele horário, o mais importante era o *flaneur* usufruir, o que foi obtido durante a madrugada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseando-se na metáfora teatral de Goffman (2010), constatou-se que espaços públicos como o Mercado do Ver-o-Peso não são pautados por uma lógica puramente econômica a partir de um centro irradiador de objetivos racionalmente definidos. Ao contrário o espaço público aqui é entendido como um teatro de arena, onde todos os atores sociais (pedestres, feirantes, agentes públicos, clientes, turistas, ambulantes, artistas, prostitutas, moradores de rua, etc) desenvolvem suas performances em um contexto relacional, que coloca a situação em evidência. Essa situação, bem entendida, é marcada pelo encontro do ator com outro em uma interação face a face que pode gerar constrangimentos ou não. Assim, percebeu-se que a co-presença deixa as pessoas mais acessíveis, disponíveis e sujeitas umas às outras sendo, portanto, uma forma de gerar sociabilidades.

Ao fim deste artigo, percebeu-se a relevância de observar o comportamento das pessoas em lugares (arenas) públicos (as). Mais do que uma simples descrição de paisagens, cenários e comportamentos banais, observar as performances na arena é perceber que existem relações sociais que estão além da oposição superestrutura versus infraestrutura. Essa abordagem nos ensina que as performances estão sim no âmbito do conflito, mas buscam a aceitação, caso contrário recairiam em uma estigmatização.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, S. L. C.; FIGUEIREDO, S. L. Jardins Botânicos e a Relação com a Cidade: Gestão e turismo no Jardim Botânico de Curitiba, Curitiba, Paraná, Brasil. In: *// SIALAT - Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos*, Belém. Anais. Belém, Universidade Federal do Pará/NAEA, 2017.

FIGUEIREDO, S. L. 2008. Espaços de Cultura nas Cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, S.L. (Org.). *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. UFP/NAEA, Belém, 200p.

GOFFMAN, Erving. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petropolis, RJ: Vozes, 2010.

JOSEPH, Isaac. *Erving Goffmann e a Microsociologia*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2000.

_____, *Belém: paisagem, coisa pública*. Relatório Espaços Públicos e Serviços Públicos em Belém, 2004, p. 41-90.

IGNARRA, L. R. *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown *In: Revista brasileira. Ciências. Sociais.* [online]. 2002, vol.17, n.49, p.115-134.

LEITE, R. P. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p.284-319.

SOUZA, S. do R. de; BAHL, M. O urbano e a produção simbólica do espaço. *In: Revista Espacios*. v. 34, n. 1, março, 2013. 11-30. Disponível:<<http://www.revistaespacios.com>>. Acesso: 05.fev.2018

SARGES, M. de N. *Belém: Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010, 212 p.

TRINDADE Jr, Saint-Clair C. da. Patrimônios, Vivências e Representações do Espaço em Políticas de Requalificação Urbana na Amazônia *In: Espaço & geografia*, vol. 16, nº 2 (2013), 483:513. ISSN: 1516-9375

NOTAS

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² É a ação prática do ser humano que em relação dialética com a teoria é por ele iluminada e a ilumina, ou ainda, a teoria não reduz a prática, mas a complementa e também a faz avançar, realizando-se sempre através da ação humana, é, portanto, a [...] *atividade material do homem que transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano* [...] *atividade humana que produz objetos, sem que por outro lado essa atividade seja concebida com o caráter estritamente utilitário* (VASQUEZ, 1968, p.3).

³ Suco e salgado por um preço acessível.

⁴ Estilo musical bastante tocado nas festas de aparelhagens no estado do Pará.

⁵ Fruto negro, de sabor exótico, que é servido em forma de suco consistente, acompanhado de farinha d'água ou farinha de tapioca – os caroços de açaí são triturados em máquina própria. O fruto faz parte da gastronomia paraense e é bastante consumido pela população.

- ⁶ O ritual é um ato formal e convencional através do qual o indivíduo manifesta seu respeito e sua consideração por um objeto de valor absoluto ou por sua representação (JOSEPH, 2000, p. 28).
- ⁷ Molho feito do suco da mandioca e uma pitada de sal, alho e pimenta de cheiro. Utilizado para compor as comidas típicas da gastronomia paraense: o tacacá e o pato-no-tucupi.
- ⁸ A gestão do mercado do Ver-o-Peso é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), através da Secretaria Municipal de Economia (SECON) e do Departamento de Feiras e Mercados (DFM). Contudo, há um mix de órgãos municipais desenvolvendo atividades no local, como por exemplo, a Guarda Municipal de Belém (GMB), os Agentes de Fiscalização da SESAN, Vigilância Sanitária (SESMA), Secretaria de Meio Ambiente (SEMMA), dentre outros.

LAVRADO: A PAISAGEM INVISÍVEL

CLAUDIA HELENA CAMPOS NASCIMENTO
JUDSON WOJTILA DE ROLIM LINS

claudia.nascimento@ufr.br
judson.wojtila@ufr.br.

RESUMO ABSTRACT

A singular ecorregião presente no extremo norte do Brasil, especificamente no estado de Roraima, é protagonista: O Lavrado. Nesse sentido puderam-se ilustrar as antropizações herdadas historicamente além das possibilidades para o futuro desta paisagem.

Importância científica e cultural, relativamente pouco explorada e documentada, de tal ecorregião, traz consigo indagações acerca de sua relevância de modo geral. A análise de suas restrições e potencialidades busca corroborar, além de sua singularidade, a necessidade de não obliterar conhecimentos intrínsecos presentes neste lugar. O artigo busca consolidar reflexões no campo do Paisagismo e da Paisagem Cultural, que vem sendo levantadas pelos autores através de outros trabalhos anteriores

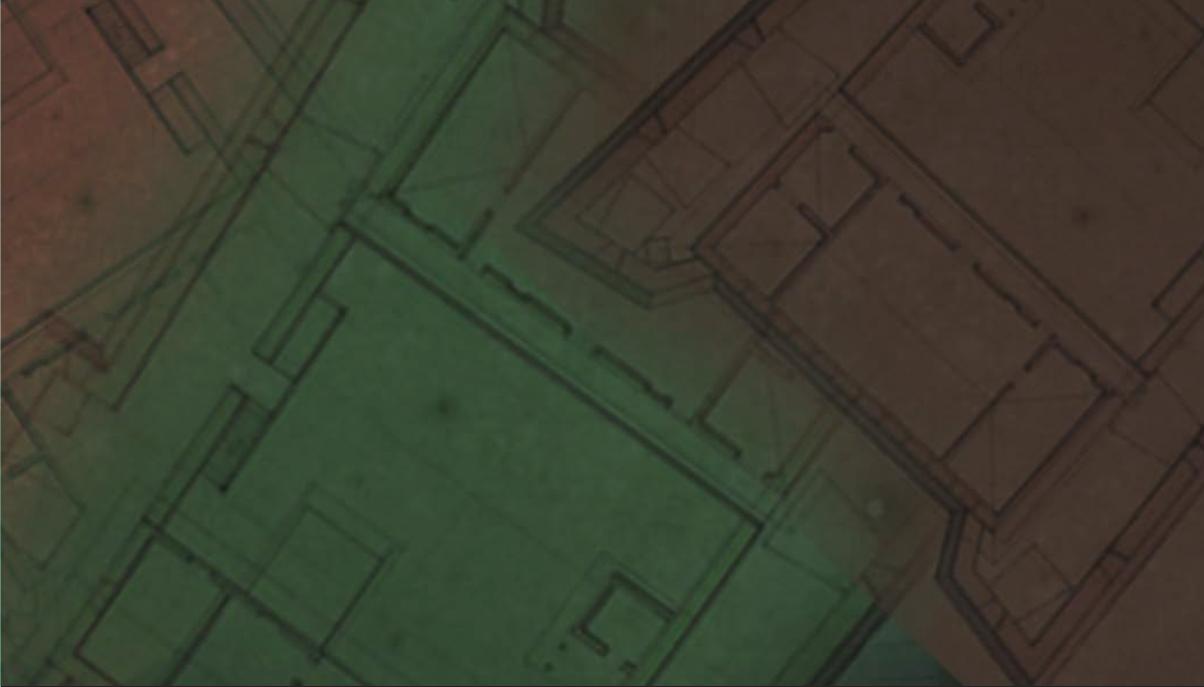
The singular ecoregion present in the northern end of Brazil, specifically in the state of Roraima, is the protagonist: called "Lavrado". This paper authors believe to be possible illustrate the anthropization, historically inherited human interferences in the space as cultural constructor, as possibilities for the future of this landscape. Scientific and cultural significance, relatively little explored and documented, of such ecoregion, brings with them questions about its relevance in general.

The analysis of its constraints and potentials seeks to corroborate, beyond its singularity, the need to not obliterate intrinsic knowledge present in this place. This paper aims to firm reflections about Landscaping and Cultural Landscape, and these inter-relations, which were been raised by the authors through several previous works.

Palavras chave Key-words

Impacto humano, antropização. paisagem, paisagem cultural, lavrado.

Human impact, anthropization. landscaping, cultural Landscape, lavrado.



OS CAMINHANTES E A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

No momento em que o homem deixou a vida nômade para se tornar sedentário, uma transformação no olhar, relacionada ao meio que o cercava, se fez perceptível. Com esse novo modo de vida outras coisas também se modificaram, dentre elas, a própria paisagem.

A modificação das paisagens naturais nas quais as comunidades humanas se assentaram, antes mesmo

de sua conversão ao uso agrícola, aconteceu, portanto, em respostas as profundas interrogações sobre a existência: qual seria o lugar do homem na ordem cósmica geral, qual seria o seu destino? (PANZINI, 2013, p. 23).

As conclusões tiradas dessas observações podem ser vislumbradas no decorrer da evolução e do descobrimento de novas perspectivas. Por exemplo, os povos primitivos associavam o raio que cortava o ar como sendo uma luz divina, e mesmo antes, de lhe conferir um significado, entendia-a como algo que vinha transportado do céu a terra e a atingia, queimando intensamente campos secos e florestas, numa relação intrínseca entre causa e efeito.

O comportamento humano está associado à necessidade de sobrevivências, sendo que o estabelecimento dos grupos se fez a partir da escolha de locais úteis para suas atividades e necessidades. Tanto o estabelecimento da moradia quanto o desenvolvimento de técnicas de controle da natureza, especialmente da agricultura, promoveram a capacidade de vida em estruturas sociais. Assim, será a partir da cultura da terra que se consolidará em outra forma de cultura (associada ao conhecimento e relações do grupo) que a terra – arada e produzindo alimentos – será a base para o sustento e sobrevivência, e podemos afirmar desenvolvimento da própria espécie humana.

Relações com esse meio foram responsáveis também pela modificação em seu cotidiano e, a partir desse momento, o ser humano começou a procurar artifícios que amenizassem suas dificuldades e assim não sucumbisse a elas.

Tornou-se evidente a importância de tudo que a natureza lhe oferecia para a sua subsistência. Essa busca por novos recursos e meios de sobrevivência transformaram a paisagem. O homem passou a ser o agente ativo e não mais mero coadjuvante.

A construção da imagem de Amazônia foi traçada em descrições de viajantes e relatos, mormente impregnados de fantasia e subjetividade (DANIEL, 1976). O colonizador, de tradição dita civilizada, era nesse território mais nômade e forasteiro que os povos da floresta.

OS RIOS MONOCROMÁTICOS E A COLONIZAÇÃO

A bacia do rio Negro conta uma história de ocupação anterior ao processo de colonização. Descobertas arqueológicas, dentre os quais petróglifos¹, encontram-se espalhados por toda sua extensão.

Os primeiros registros da presença humana em Roraima foram feitos na região do lavrado e tem entre quatro e sete mil anos, mas é possível que esta ocupação seja anterior. Com a chegada dos espanhóis pelo Caribe e dos portugueses pelo rio Amazonas, os povos indígenas que habitavam esta parte da América do Sul foram forçados a redefinir seus territórios à medida que outros povos eram empurrados continente adentro fugindo da escravidão imposta pelos colonizadores (CAMPOS, 2011, p.13).

A ocupação do território que hoje se configura como Estado de Roraima² se fez na margem esquerda do Rio Branco³. Teve maior avanço durante o século XVII.

Desde o século XVII a política colonial para a região do rio Branco se resumia à exploração de recursos naturais e a escravização dos indígenas através dos descimentos. [...] Aldeamentos indígenas também foram criados as margens do rio [...] criação de fazendas de gado, que seguem se expandindo nos séculos seguintes, inclusive com a criação das fazendas nacionais⁴ (São Marcos, São José e São Bento). Este processo de expansão da pecuária no Lavrado está diretamente relacionado ao processo de expropriação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios do Lavrado (CAMPOS, 2011, p.12).

Originou-se a partir de um incipiente povoado resultado do processo de colonização. Ocorreu após a falência da tentativa de instalação da colonização português a partir do Forte São Joaquim (Il. 1), na confluência dos rios Tacutu e Uraricoera.

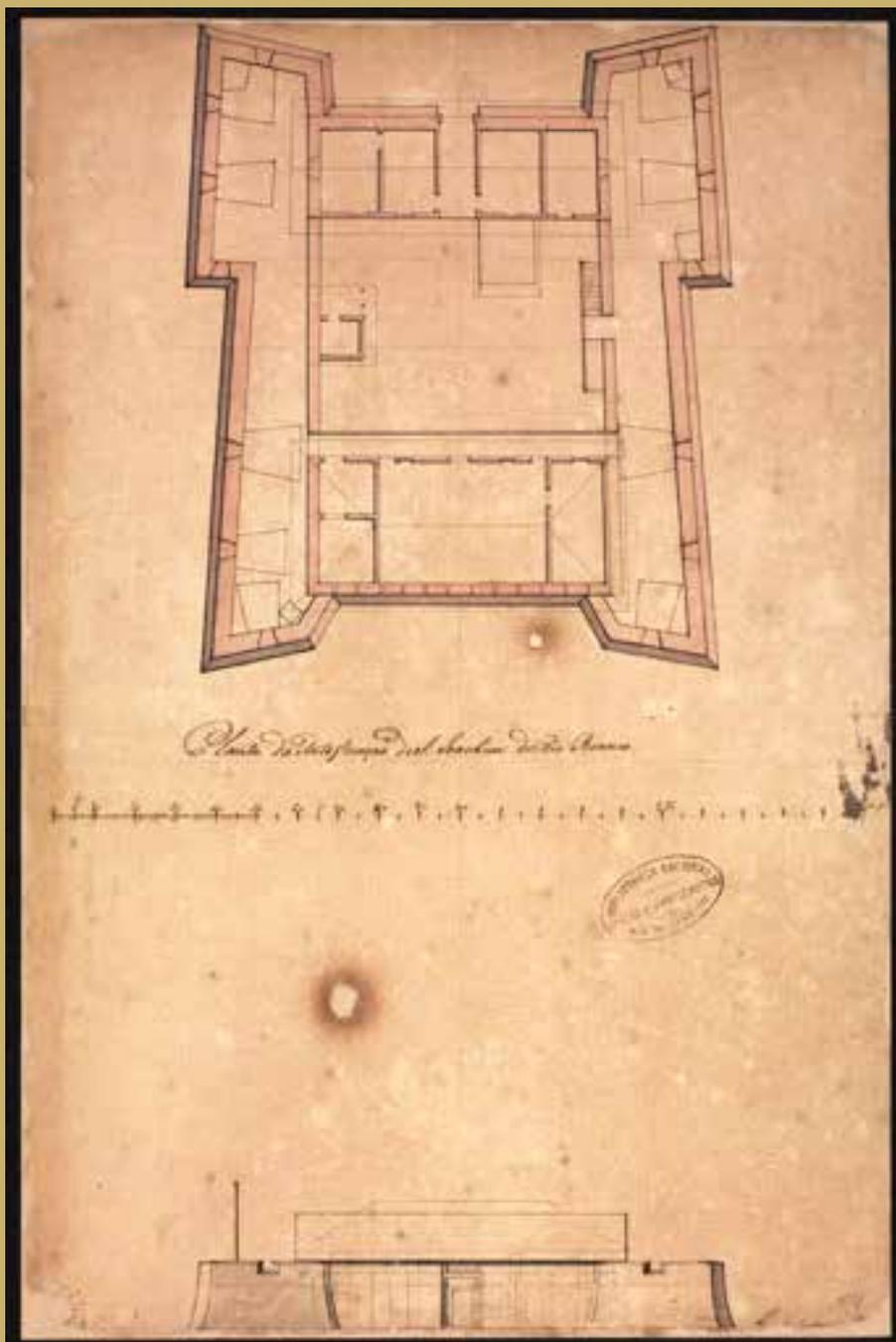
Nas últimas décadas do século XVIII a militarização da região do rio Branco já não era prioridade, povoar sim. As comunidades indígenas eram presentes naquela área como hoje. Contudo, a intenção era de se povoar com civis que se apresentavam em pouca quantidade. Missionários e alguns militares também se faziam presentes.

Em 1790 os civis tornaram-se residentes do rio Branco por ordem do Governador da Capitania do Rio Negro, Lobo D'Almada, que substituiu os diretores militares dos aldeamentos indígenas por civis (RODRIGUES, 1979, p. 2). O povoado do Rio Branco foi elevado à categoria de Freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco em 1858.

Ainda com a categoria de vila do município amazonense de Moura, até meados do século XX, manteve-se com a configuração de um pequeno núcleo, onde eram desenvolvidas atividades de pecuária extensiva, terra lavrada.

Em 1943 foi criado o Território Federal do Rio Branco, tendo Boa Vista como sede administrativa, possivelmente como forma de gerenciar o fluxo econômico advindo da pecuária e garimpo de diamantes descoberto à época na Serra do Tepequém⁶.

A expansão da pecuária e a exploração de ouro e diamante ganham impulso nas décadas seguintes, acelerando o processo de ocupação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas da região. O processo de ocupação, até então restrito à região do Lavrado, só foi alterado a partir da década de 1970, quando tem início um novo e explosivo processo de colonização impulsionado pela construção de estradas, criação de Projetos de



Il. 1: Planta da fortificação de São Joaquim do Rio Branco [Alçado da frente da fortaleza – [17--].

Fonte: CODINA, José Joaquim [17--]. Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional.

Disponível: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1095090.jpg.

Acesso: 28.mai. 2015.

Assentamento[...] e também pela transformação do território Federal em Estado (CAMPOS, 2011, p.13).

Nesse período também é estimulada a ocupação do interior, com atividades agropecuárias, gerando grande fluxo populacional, crescimento econômico e expansão urbana.

A partir da década de 1980 e 1990 os migrantes também foram atraídos pelo garimpo na Terra Indígena Yanomami e pelas oportunidades que surgiram com a implementação da estrutura administrativa do recém-criado estado de Roraima e o fortalecimento dos órgãos do governo federal. [...] Apesar do ritmo de ocupação nas áreas rurais, a maior parte dos migrantes se concentrou nas cidades (CAMPOS, 2011, p.14).

O território do atual Estado de Roraima (Il. 2) apresenta-se na atualidade como potencial emergente, seu crescimento e a busca por uma identidade, não apenas para si, mas para a população que se encontra nele, está cada vez mais presente como consenso geral.

Il. 2: Os quinze municípios atuais de Roraima e seus limites geográficos.
Fonte: Domínio Público..



LAVRADO: A PAISAGEM INVISÍVEL

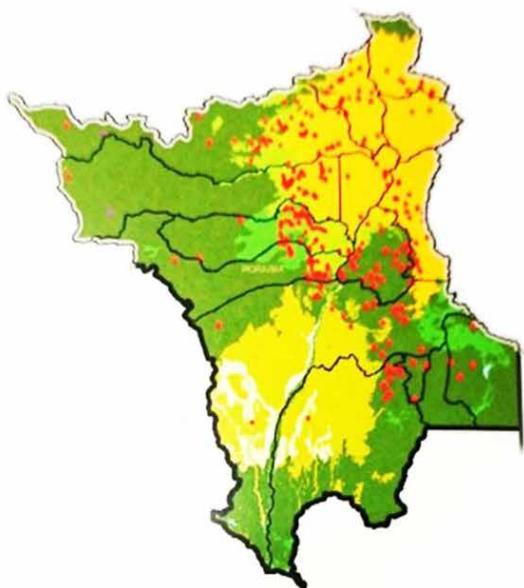
Passados muito tempo desde as primeiras expedições de reconhecimento, muito se perdeu da biodiversidade como um todo e não seria diferente da roraimense, por mera ignorância ou mesmo descaso.

O termo “lavrado” traz referência ao processo histórico de colonização, englobando a perspectiva agropecuária. Esse mesmo processo que o caracteriza, também é o indutor de riscos para essa paisagem que se apresenta em sua potência de flora, fauna, relevo e geologia (LINS, 2015). Também guarda riquezas a serem valorizadas e preservadas. De amplos horizontes, o Lavrado Roraimense possui identidade clara, como uma marca precisa.

Lavrado é o termo local para a região das savanas de Roraima. Trata-se de um ecossistema único, sem correspondente em outra parte do Brasil, com elevada importância para a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos. Esta paisagem faz parte do grande sistema de áreas abertas estabelecido entre o Brasil, a Guiana e a Venezuela com mais de 60.000 km². O lado brasileiro é quase que totalmente restrito à Roraima, detendo mais de 70% (43.358 km²) de todo este complexo (...) *Dentro da divisão de biomas e ecorregiões que o Brasil adota, esta grande paisagem é definida como a ecorregião das Savanas das Guianas, inserida no Bioma Amazônia* (CAMPOS; PINTO e BARBOSA, 2008, p. 1).

O Lavrado (Il. 3), assim como todos os biomas e ecorregiões existentes no Brasil, transita em uma faixa tênue de equilíbrio, a necessidade de salvaguardar se torna prioritária (LINS, 2015). Vai além, se colocarmos em foco as informações que ainda poderíamos obter com um aprofundamento de estudos direcionados a essa vegetação.

Vale ressaltar que Lavrado, Cerrado e Campos são semelhantes visualmente, entretanto sua similaridade resume-se a isso (INSTITUTO



CLASSES DE VEGETAÇÃO

- Campinarana
- Contato Campinarana-Floresta Ombrófila
- Floresta Estacional Semidecidual
- Lavrado
- Floresta Ombrófila Aberta
- Floresta Ombrófila Densa
- Refúgio Vegetacional
- Água

Il. 3: Vegetação

Fonte: Vegetação (SIPAM/IBGE, 2004), limite do Lavrado (Barbosa & Campos, 2011).

CHICO MENDES, 2011); influências geográficas, climáticas e territoriais são fatores relevantes nesse aspecto e que foram levantados durante a 8ª Conferência Internacional de Áreas Úmidas – Intecol, em 2008.

Os limites entre a floresta e o lavrado estão em constante flutuação ao longo do tempo, influenciados por variações climáticas que ocorrem na escala de dezenas de milhares de anos. Durante estes ciclos, as florestas se expandem nos momentos mais úmidos, enquanto as savanas avançam nos períodos mais frios e secos. Mais recentemente, o uso e manejo do fogo pelas populações humanas também contribuiu para a dinâmica da paisagem. Após a última expansão das florestas, as savanas que restaram no interior da Amazônia representam relíquias do passado da paisagem, sendo o Lavrado a maior delas (CAMPOS, 2011, p. 17).

O crescimento das cidades de Roraima, desordenada e aceleradamente, ocasionou de forma inconsequente a antropização de alguns desses lagos. Uma forte alteração na paisagem que se fez perceptível e suas consequências muitas vezes irreparáveis e desastrosas para o meio ambiente se materializaram.

Cabeceiras de igarapés e até mesmo rios transitam nesta ecorregião tão forte visualmente e, ao mesmo tempo, tão indefesa das ações humanas. Sobram razões para proteção do Lavrado. Agora só falta vontade a quem toma as decisões no Cerrado do Planalto Central (FONSECA, 2008).

A vegetação nativa e diversificada do Lavrado Roraimense é composta por vegetações de pequeno, médio e grande porte, como por exemplo, gramíneas; (*Trachypogon plumosus*), o Caimbé (*Curatella americana*) e o Buriti (*Mauritia Flexuosa*), respectivamente.

Essas pequenas porções de flora, permeiam lagos e igarapés, em grande parte ladeados por veredas de buritizais, que alimentam a hidrografia dos rios que afluem para o principal corpo hídrico: o Rio Branco.

O conhecimento limitado da sociedade, referente ao lavrado, aliado ao número pequeno de instâncias de pesquisas e a cultura de preservação do patrimônio social, delegam esse território a um estágio de vulnerabilidade. As ações urbanas e comerciais que avançam sobre esse território colocam o Lavrado Roraimense à margem das prioridades de preservação.

SUA PRESERVAÇÃO

Todas as grandes paisagens se encontram razoavelmente representadas dentro das Unidades de Conservação – UC's, com exceção do lavrado. Isso se deve, a sua fisionomia simplista, que apresenta, em sua maior parte, vegetação de pequeno porte, salvo as áreas próximas de lagos,

igarapés e os corredores de florestas. (CAMPOS, 2011, 2008). As UC's, instituídas na constituição de 1988, configuram um passo importante para a conservação e utilização sustentável de áreas florestais.

Estas UC's estão distribuídas desde as montanhas mais altas até as planícies alagadas, submetidas a distintos regimes climáticos e abrigando uma grande variedade de solos e fitofisnomias, cenário que eleva sua importância para a conservação e o seu potencial para a prospecção da biodiversidade (CAMPOS, 2011, 2008, p. 19).

O lavrado necessita de entendimento sobre suas especificidades, para a garantia de sua existência. A paisagem que apresenta grandes espaços abertos também está carregada de possibilidades que podem garantir sua preservação. As atividades que transformam o espaço não devem ser vistas apenas sob a perspectiva econômica, mas podem ser encaradas também de maneira científica e social.

RESTRIÇÕES

O lavrado roraimense está parcialmente protegido pelas terras indígenas, ainda que de maneira indireta, pois as mesmas ocupam atualmente mais de 50% da extensão do Estado de Roraima. Entretanto, isso não garante sua preservação considerando evoluções do pensamento acerca das leis de Áreas de Preservação Permanente – AAP's⁷ e, também, o avanço acelerado do agronegócio⁸ na região (FONSECA, 2008).

A assembleia legislativa aprovou um projeto de lei apresentado pelo executivo que, na prática, reduz a Área de Preservação Permanente e incentiva a ocupação e o uso agropecuário na margem dos grandes rios do Lavrado (LC 153/2009)(CAMPOS, 2011, 2008, p. 10).

O agronegócio é colocado como principal alternativa para que o desenvolvimento chegue a Roraima. Os campos do lavrado oferecem

boas condições para a pecuária/agricultura, uma vez que o terreno plano e a vegetação rasteira, em sua maioria, não oferecem obstáculos difíceis de serem transpostos.

A expansão do agronegócio no lavrado, voltado, sobretudo à exportação de grãos, representa a principal política do governo estadual para o fortalecimento do setor agrícola (...). *Já são cerca de 65 mil hectares de áreas ocupadas pelo agronegócio. Parece pouco, mas se a gente pensar que há alguns poucos anos não tinha quase nada, percebe-se que ele (o agronegócio) está entrando vai chegar aqui com força por aqui*", afirma o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) em Roraima, o ecólogo Reinaldo Imbrozio Barbosa (FONSECA, 2008).

Se o agronegócio na região não pode ser excluído como possibilidade econômica, ao menos métodos devem ser elaborados com o objetivo de minimizar as suas consequências e buscar novas alternativas sustentáveis.

A silvicultura chegou até à região como uma alternativa industrial para o desenvolvimento e com uma possível implantação de uma indústria de celulose.

Atualmente esses cultivos podem ser comercializados como crédito de reposição florestal, para compensar o volume de madeira retirado de áreas de mata. Entretanto, as vantagens dessa reposição são duvidosas, pois permite que o impacto na floresta sejam compensados por impactos no lavrado (CAMPOS, 2011, 2008, p. 24).

Os impactos e as alterações na paisagem são perceptíveis, já que mais de trinta mil hectares de árvore exótica *Acácia Mangium* foram introduzidos em área de lavrado.

A exploração do potencial mineralógico⁹ do Estado de Roraima, com identificação de grandes jazidas de diamantes, ouro, nióbio, urânio,

tório, cobalto, molibdênio, titânio, tantalita, columbita, cassiterita, entre outros minerais, a médios ou longos prazos, vão atingir o Lavrado Roraimense, inexoravelmente (FONSECA, 2008).

O grande potencial minerário de Roraima se tornou amplamente conhecido em meados da década de 1970, devido à divulgação dos resultados do projeto Radam Brasil¹⁰, mas as riquezas minerais das serras na região do Lavrado já era conhecida desde o início do século 20.[...] Outro ciclo importante em Roraima aconteceu entre as décadas de 1940 e 1950, na serra do Tepequém, também na região do Lavrado, mas fora de terra indígena (CAMPOS, 2011, 2008, p. 27).

Outro ponto que pede atenção é o da urbanização acelerada e sem planejamento adequado em Boa Vista, sobre as lagoas, igarapés e buritizais. Mesmo o processo conduzido pelo poder público tem desconsiderado a fragilidade desse ecossistema, inserindo conjuntos habitacionais de baixa renda (Il. 4), especialmente, sobre o sistema de lagoas, banhados e veredas do Lavrado na região a oeste da capital além da canalização de inúmeros igarapés que cruzam área urbana (CUNHA, 2014; JUCÁ, 2014).

Il. 4: Loteamento na zona oeste de Boa Vista, 2006/2011.
Foto: Tiago Orihuela, 2006; J. Pavani 2011.



A destruição sistemática dos igarapés de Boa Vista é impulsionada não só pela disponibilidade de recursos, mas também pela falta de reconhecimento da sua importância social, ambiental e cultural (CAMPOS, 2011, 2008, p. 30).

O lavrado, mais uma vez, aparece à margem, pois os vetores de crescimento apontam em sua direção, usinas de combustíveis e hidrelétricas parecem cada vez mais próximas, ainda que indicadores demonstrem falta de argumentos.

A implantação de uma grande usina de etanol está atualmente em processo de licenciamento pelo governo do estado, apesar do decreto presidencial que impede a expansão da cultura da cana-de-açúcar no bioma Amazônia [...] Além da introdução de 75 mil hectares de cana de nos campos naturais do Lavrado, os impactos envolvem emissão de fumaça (250m³ por segundo) e a produção de vinhoto, mortal para toda a vida aquática (6 bilhões de litros/ano) (CAMPOS, 2011, 2008, p. 31).

As potencialidades do lavrado precisam e devem figurar definitivamente nas discussões acerca do desenvolvimento urbano e social, com a finalidade de um melhor aproveitamento por parte da sociedade e evitar futuras perdas naturais, que caso ocorram, não se tornem o único legado.

POTENCIALIDADES

Roraima apresenta-se como um dos estados com o menor índice de desmatamento da Amazônia, tendo apenas 5% de sua cobertura vegetal original desmatada (CAMPOS, 2011, p. 33).

Até o início dos anos 70 o desmatamento em Roraima era insignificante se comparado aos valores atuais. Desta forma, o desmatamento em larga escala é um fenômeno recente, pós 1980 (CAMPOS, 2011, 2008, p. 33).

O desmatamento entre 2012 e 2013 teve um crescimento de 49%, de acordo com o Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélites – PRODES e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Ainda assim, considerada a segunda menor taxa de desmatamento desde o início do monitoramento.

O campo que tem sido apontado é o dos estudos de valorização das relações que se estabelecem no Lavrado Roraimense, identificando suas potencialidades e investindo em processos de controle, gestão e desenvolvimento econômico sustentável.

A pactuação de novos acordos para o zoneamento das áreas de uso e conservação, a implantação de sistemas agroflorestais, o reflorestamento com árvores nativas como buriti (*Mauritia Flexuosa*) e pau-rainha (*Centrolobium paraense*), o uso controlado do fogo e novas práticas de manejo dos solos e das roças são algumas iniciativas que começam a surgir como resposta à crescente pressão sobre os recursos naturais (CAMPOS, 2011, 2008, p. 21).

O território apresenta um quadro no mínimo inusitado, já que a maior parte da energia consumida no estado provém de hidrelétrica venezuelana, juntamente com termelétricas distribuídas em centros urbanos e no interior. Ainda assim, não consegue atender a população em sua totalidade.

A necessidade de utilização de recursos renováveis relacionados à geração de energia elétrica, outro ponto frequente nos dias atuais, também pode encontrar alternativas sustentáveis. Um grande potencial de ventos e luz solar, em Roraima, particularmente no lavrado, ainda que pouco explorados atualmente, torna-se cada vez mais viável.

Segundo o Atlas do Potencial Eólico Brasileiro, Roraima é o estado com maior potencial no norte do país, com grande parte do potencial estimado para a região norte (12,4GW). Este potencial está localizado na região do lavrado, concentrado nas terras indígenas São Marcos e Raposa

Serra do Sol, aonde a presença de serras e campos contribui para a capacidade de geração[...] O lavrado também possui um dos maiores índices médios de radiação solar no país (6kWh/m².dia), o que indica um grande potencial para a geração de energia solar (CAMPOS, 2011, 2008, p. 31).

O campo científico também encontra seu lugar no Lavrado (NASCIMENTO; LINS, 2014). Com um potencial de fauna, paisagístico, hidrográfico, mineral e cultural ainda por ser trabalhado, apresenta um espaço rico em possibilidades de estudo. As espécies que compõem sua paisagem, em escalas que variam do micro ao macro, e sua fisionomia única chamam a atenção.

Não é por falta de proposta ou de pessoas empenhadas em proteger o lavrado. Reinaldo Barbosa faz parte de um grupo formado por Pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) em Roraima, analistas ambientais do Ibama e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Boa Vista, que apresentou ao governo federal os planos para a criação do Parque Nacional do Lavrado, com 61 mil hectares, no Leste do Estado, entre a Serra da Lua e o médio rio Tacutu. A área representa apenas 1,5 % do total de campos naturais em Roraima (FONSECA, 2008).

Modos de produção sustentáveis, como a criação de gado bovino, apoiado pela Diocese de Roraima juntamente com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, tem se mostrado uma alternativa válida.

A pecuária indígena não está baseada no desmatamento nem na introdução de capim, mas o efeito de sua expansão sobre os recursos naturais tem estimulado a busca de soluções para aumentar sua produtividade e sustentabilidade, como a construção de novos acordos de zoneamento da paisagem, a proteção dos cursos d'água e a adoção de novas técnicas de manejo e melhoramento genético. (CAMPOS, 2011, 2008, p. 21).

Dentre todas essas potencialidades, talvez o turismo seja a alternativa mais real e viável, até mesmo para as tribos que habitam o território (VERAS, 2011). Apresentando locais de beleza natural e um conjunto de fatores culturais provenientes de todo o processo civilizatório, todo este território poderia se beneficiar e gerar uma experiência positiva quanto a preservação. Caminhos que levam aos mais diferentes lugares e que apresentam o lavrado, em alguns momentos, como paisagem marcante. Quem ruma em direção Norte/Nordeste do estado consegue vislumbrar os campos e algumas de suas raras belezas como raras orquídeas – *Bletias*, garças, buritis e mesmo tamanduás bandeira – *Myrmecophaga tridactyla* (SILVA e SILVA, 2011; SILVEIRA, 2013 e outros estudos específicos).

O potencial turístico das Tis também envolve as manifestações culturais como a gastronomia (damorida e caxiri), as festas (parixarana), lendas e o artesanato, como cestarias (darruana e jamaxim) e panelas de barro, que fazem parte do patrimônio imaterial do povo de Roraima. (CAMPOS, 2011, 2008, p. 21).

Importante ressaltar que ainda se faz necessário o aprofundamento sobre os impactos não apenas ambientais, mas sociais, principalmente aos povos indígenas, que seriam os principais afetados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento, seja de forma científica ou empírica, é uma necessidade humana para sua própria sobrevivência e ainda possibilita a modificação da sociedade e do meio que se habita.

A paisagem ao qual chamam lavrado apresenta peculiaridades tão sutis que seria necessária uma investigação mais cuidadosa para classificar seu grau de relevância (NASCIMENTO e LINS, 2017). Negar ao lavrado o direito de compreender suas riquezas, por não se ter uma quantidade maior de estudos realizados nesta área, seria no mínimo inconsequente.

A modificação da paisagem sempre estará ligada as necessidades humanas. Fatores como o crescimento demográfico influenciam não apenas determinado espaço, mas transformam toda uma sociedade.

Modificações impactantes e destrutivas, ocasionadas pela simples exploração sem o devido planejamento, no passado, hoje se apresentam diante da possibilidade da promoção de tais transformações de maneira menos dramática.

Promover a conservação e o manejo de diversas paisagens, em especial a do lavrado, de maneira sustentável é possível a partir de ações e aliado ao uso de ferramentas de conhecimento, como a arquitetura e urbanismo. Assim seremos capazes de gerar e desenvolver novos conhecimentos e saberes acerca dos que se configura pouco conhecido.

O campo está aberto para negociações, a necessidade a existência de um estudo mais aprofundado se firma nessa expectativa de descobrir, mais uma vez, como enxergar o invisível.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Ciro (org). *Diversidade Socioambiental de Roraima. Subsídios para debater o futuro sustentável da região*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

CAMPOS, Ciro; PINTO, Flávia; BARBOSA, Reinaldo Imbrózio. *O Lavrado de Roraima: importância biológica, desenvolvimento e conservação na maior savana do Bioma Amazônia*. Boa Vista: INPA-RR, 2008.

CUNHA, Marina Ignácio. *Estudo das áreas de implantação dos loteamentos habitacionais de interesse social na Zona Oeste e Sudoeste do município de Boa Vista/RR*. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2014 (monografia de conclusão de curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo).

DANIEL João. Tesouro descoberto no Rio Amazonas. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v.1, 1975, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_095_1975-1976_01.pdf. Acesso em: mai. 2014.

FONSECA, Vandrê. Um parque para o Lavrado de Roraima. In: *O Eco*, 2008. Disponível: < <http://www.oeco.org.br/> > Acesso: 10.ago.2014.

INSTITUTO CHICO MENDES. *Fitofisionomias: Bioma cerrado*. 2011. Disponível:<<http://www.icmbio.gov.br/projetojalapao/pt/biodiversidade-3/fitofisionomias.html?showall=1>> Acesso: 10.ago.2014.

JUCÁ, Joelly Kalyne Bessa. *Habitação de Interesse Social em Boa Vista/RR: legislações ambientais e contradições*. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2014 (monografia de conclusão de curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo).

LINS, Judson W. de Rolim. *Unidade de Estudos Avançados para o Lavrado*. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2015 (monografia de conclusão de curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo).

NASCIMENTO, Claudia H. C. ; LINS, Judson W. de Rolim. Lavrado Roraimense e a busca por sua identidade . In: *Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural*, 3, 2014, Belo Horizonte. Anais.... Belo Horizonte: UFMG, 2014.

NASCIMENTO, Claudia H. C.; LINS, Judson W. de Rolim. Signos da Margem da Amazônia: o lavrado roraimense. In: *II Encontro de Patrimônio Encontro de Patrimônio Cultural e Sociedade*, 2017, Belém. Anais.... Belém: UNAMA/SECULT-PA, 2017.

PANZINI, Franco. *Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2013.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil – Historiografia Colonial*. 2.a edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

SILVA, Manoela Ferreira Fernandes da; SILVA, João Batista Fernandes da. *Orquídeas nativas da Amazônia brasileira*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi / Universidade Federal Rural da Amazônia, 2011.

SILVEIRA, Luis Fábio. As exclusivas aves de Roraima. 2013 Disponível: <http://www.ib.usp.br/~lfsilveira/pdf/a_2013_cecroraima.pdf> Acesso: 10.ago.2014.

VERAS, Antônio Tolrino de Resende. *Turismo e desenvolvimento sustentável na Serra do Tepequém*. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima / Instituto de Geociências, 2011.

NOTAS

- ¹ São imagens geometrizadas e representações simbólicas, geralmente associadas, que registram fatos e mitos e eram gravadas nas rochas das paredes internas e externas de cavernas por populações neolíticas ou calcolíticas. São encontrados em todo o mundo.
- ² A palavra RORAIMA vem de Roro-imã que significa grande verde azulado na língua indígena Pemon (Taurepang). Outro sentido atribuído à palavra é Serra do Caju. Mas o nome do estado de Roraima, segundo os historiadores, é uma referência ao Monte Roraima, uma formação da era pré-cambriana, a 2.875 metros de altitude.
- ³ Em 1639 Pedro Teixeira chegou à foz do grande Rio que foi batizado rio Branco devido ao contraste da água no seu encontro com o rio Negro. Para os nativos que o acompanhavam o rio se chamava Queçoene. Durante a cheia, quando está carregado de sedimentos arrastados pela chuva, a água fica 'branca', semelhante a do rio Solimões (DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL DE RORAIMA, 2ª Edição, 2008, p. 17).

- ⁴ Em 1787 Manoel Lobo D'Almada, o então governador do Estado do Amazonas, introduziu as primeiras cabeças de gado na Região do Rio Branco e em consequência disso foram criadas as Fazendas Reais que posteriormente receberam o nome de Fazendas Nacionais. O objetivo da instalação das mesmas era, através da ocupação efetiva pela *pata do boi*, assegurar a posse lusa nestas áreas periféricas da bacia do rio Amazonas (BARROS, 1995, p. 47).
- ⁵ Entre os anos de 1775 e 1776 foi iniciada a construção do Forte São Joaquim, à margem direita do rio Tacutu, no ponto de encontro com o Uraricoera, formando o rio Branco, posição estratégica, pois barraria a passagem de espanhóis e holandeses para o Branco, impedindo qualquer tentativa de incursões estrangeiras no rio Negro. (DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL DE RORAIMA, , 2008, p. 12).
- ⁶ Serra localizada no município de Amajari há 210 km da Capital Boa Vista, reconhecido pelo seu potencial turístico além de possuir riquezas minerais como ouro e diamantes. Disponível:<<http://revista.ufr.br/>> Acesso: 10.ago.2014.
- ⁷ LEI COMPLEMENTAR Nº 153 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009. Acrescenta e modifica dispositivos da Lei Complementar nº 007, de 26 de agosto de 1994, que Institui o Código de Proteção ao Meio Ambiente para a Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e uso adequado dos Recursos Naturais do Estado de Roraima, para declarar de interesse social e de utilidade pública as atividades que especifica, e dá outras providências. Disponível: < [http://www.tjrr.jus.br /](http://www.tjrr.jus.br/) > Acesso: 10.abr.2015.
- ⁸ Entendemos por agronegócio, a totalidade das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e da distribuição. Conceito de Agronegócio. Disponível:< <http://www.gestaonocampo.com.br/>> Acesso: 10.ago.2014.
- ⁹ De acordo com estudos realizados pelo Departamento Nacional de Extração Mineral – DNPM, 2002. Disponível: < <http://www.dnpm.gov.br/>> Acesso em: 10.mai.2015.
- ¹⁰ O Projeto Radam Brasil, que operou entre 1970 e 1985, foi dedicado à cobertura de diversas regiões do território brasileiro (em especial a Amazônia) por imagens aéreas de radar, captadas por avião. O uso do radar permitiu colher imagens da superfície, sob a densa cobertura de nuvens e florestas. Com base na interpretação dessas imagens, foi realizado um amplo estudo integrado do meio físico e biótico das regiões abrangidas pelo projeto, que inclui textos analíticos e mapas temáticos sobre geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra e capacidade de uso dos recursos naturais renováveis, que até hoje é utilizado como referência nas propostas de zoneamento ecológico da Amazônia brasileira. Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Projeto_Radambrasil/> Acesso: 10.mai.2015.

AFUÁGUAS: A RELAÇÃO ENTRE PAISAGEM E PERCEPÇÃO URBANA NA CIDADE DE AFUÁ (PA).

ANA BEATRIZ FERNANDES DE MACEDO
HELENA LÚCIA ZAGURY TOURINHO
ANA CRISTINA LOPES BRAGA

anabeatrizfmacedo@gmail.com.

helenazt@uol.com.br

acbraga3@gmail.com

RESUMO ABSTRACT

O presente artigo apresenta resultados de pesquisa exploratória sobre a percepção dos moradores dos bairros Central e Capim-Marinho sobre aspectos urbanos da paisagem de Afuá - uma cidade amazônica que surgiu como entreposto de trocas comerciais de mercadorias que circulavam através dos rios e se desenvolveu sobre as águas, onde, ainda hoje, predomina a arquitetura vernacular de palafita. Mostra que os riscos das transformações "modernizadoras" na paisagem urbana de Afuá, que ameaçam a identidade e os valores culturais locais, não são percebidos como tal pela população entrevistada e alerta para as consequências dessas mudanças.

Analysis of perception allows us to capture the meaning of a landscape. This article presents exploratory research results on the perception of the Central and Capim-Marinho neighborhoods residents, about Afuá landscape urban aspects - an Amazonian city that emerged as a warehouse for trade in goods that circulated through rivers and developed over the waters, where, even today, the stilt vernacular architecture predominates. It shows that the risks of the "modernizing" transformations in the urban landscape of Afuá, which threaten local cultural identity and values, not perceived as such by the population interviewed and alert to the consequences of these changes.

Palavras chave Key-words

Paisagem, percepção urbana, palafitas, Afuá.

Landscape, urban perception, stilts. Afuá.



APALAFITA É UMA TIPOLOGIA arquitetônica encontrada em diversas partes do mundo, geralmente situada em locais com clima quente e úmido, onde chuvas intensas caem constantemente. Contudo, apesar de seguir a tipologia da palafita, cada aldeamento, povoado ou cidade palafítica dispõe de fatores intrínsecos que lhe conferem um caráter único.

Na Amazônia, a extensa rede de rios e o modo de vida ribeirinho fez com que se estabelecessem várias comunidades palafíticas. Uma dessas comunidades se desenvolveu a ponto de adquirir o status

de sede de município: Afuá, uma pequena cidade, conhecida como a “Veneza Marajoara” por ser composta por palafitas. Como ressalta Bandoni (2016), em Afuá, o rio se torna rua e as estivas são uma grande ciclovia ou calçada pedonal.

Mais recentemente, um conjunto de modificações na paisagem de Afuá vem sendo inseridas, como a construção de edificações e vias de concreto, iniciando processo de perda de características tradicionais da paisagem que foram construídas, histórica e culturalmente, ao longo do tempo.

O presente artigo visa a investigar como a população interpreta e avalia a paisagem que vivencia, bem como identificar os elementos do espaço urbano que são representativos na leitura da paisagem, tendo em vista aspectos culturais e as peculiaridades locais da arquitetura vernácula e possibilidades de mudança dessas características. Para isso, utiliza informações secundárias e dados coletados em pesquisa de campo.

Com base em informações bibliográficas e documentais, o artigo analisa o processo de formação do espaço urbano de Afuá destacando o papel do meio físico-natural na configuração atual. Mediante a aplicação de 30 (trinta) questionários – 15 (quinze) com moradores do bairro Central e 15 (quinze) com residentes no bairro do Capim-Marinho –, analisa elementos da paisagem e mensura o grau de satisfação dos moradores com os mesmos. O questionário foi respondido equilibradamente por pessoas de ambos os sexos, que moravam na cidade e nesses bairros a pelo menos um ano. As respostas coletadas foram tabuladas, sistematizadas em gráficos e analisadas a seguir.

O artigo está estruturado em quatro partes, além dessa introdução. Após apresentar conceitos relacionados à percepção da paisagem urbana, expõe algumas características da paisagem palafítica. Em seguida, analisa o processo de formação da cidade de Afuá, pontua

o surgimento de seus bairros e destaca aspectos da paisagem presentes nessa cidade. Posteriormente, expõe e analisa os resultados obtidos na pesquisa de campo. Ao final, na conclusão, realiza-se uma reflexão acerca da percepção e da paisagem de Afuá, no qual verifica-se a transformação de diversos elementos urbanos que a compõe, apontando valores materiais e culturais que colocam em risco a singularidade de sua paisagem.

PERCEPÇÃO E AVALIAÇÃO DA PAISAGEM URBANÁ.

De acordo com Milton Santos, *tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.* (SANTOS, 1988, p. 21).

Para Milton Santos (1988) a apreensão da paisagem é a mesma da percepção, ambas são captadas pelos sentidos. Ocorre que aspectos socioeconômicos, culturais e mesmo psicológicos, interferem na forma como cada pessoa ou grupo social seleciona as informações e percebem a paisagem. Sendo assim, a análise da paisagem não deve ser associada restritamente à aparência, pois varia com base na interpretação, sem haver uma “verdade absoluta” a respeito de uma mesma paisagem. Investigar a paisagem requer, além de captar sua dimensão física, entender o significado que lhe é atribuído.

A percepção é uma dimensão de análise que permite identificar as diferenciações espaciais segundo as diferentes visões de mundo, anseios e expectativas, sendo captada por meio de vivência, perspectiva de vida e oportunidade dos moradores de determinada cidade.

Várias são as teorias de percepção do espaço urbano e suas aplicações. Segundo Ferrara (1999), o conceito de percepção urbana estaria associado à capacidade de absorver e produzir informações sobre a

cidade, contendo os usos e hábitos da população. O acúmulo dessas informações seria capaz de criar uma imagem da cidade para seus cidadãos.

Tania Margarete Mezzomo Keinert e Marisa Feffermann (2009) afirmam que, por meio da vivência na cidade, os moradores captam inúmeras características do espaço urbano que geram sensações de satisfação, aversão ou indiferença, formando opinião sobre o meio, podendo haver divergência de opiniões. A opinião constituída por cada habitante, de acordo com Lucrecia D'aléssio Ferrara (1999), influencia em suas escolhas e decisões. Sendo assim, em um levantamento, a percepção urbana pode ser constatada, através de informações em recorte temporal e por meio de mudanças de hábitos, necessidades e aspirações de uma população.

A imagem da cidade para Kevin Lynch (1960) é fruto das relações entre homem e o meio em que vive, selecionando, organizando e atribuindo sentido ao que o cerca. Contudo, os cidadãos de uma cidade mantêm contato direto com algumas porções dela, fazendo com que cada indivíduo possua uma imagem única e própria, indo além dos elementos físicos perceptíveis, sendo composta por variáveis de *significado social de uma área, a sua função, a sua história ou, até, seu nome* (LYNCH, 1960, p.5 7).

Kevin Lynch ainda conclui que: *nossa percepção da cidade não é integra, mas sim bastante parcial, fragmentária, envolvida noutras referências* (LYNCH, 1960, p. 12). Logo, uma cidade pode evocar diferentes tipos de imagem. No entanto, quando um componente dessa realidade é percebido em diversas imagens construídas pelos habitantes, adquire o que o autor define como "imagens públicas", resultado de uma cultura comum.

Dessa maneira, o artigo pressupõe que a opinião das pessoas sobre atributos do espaço urbano podem expressar a maneira das mesmas percebem elementos e aspectos de sua cidade. Tendo-se como base

características do espaço urbano afuaense, pesquisa-se tais opiniões.

A CIDADE DE AFUÁ

Cada cidade possui características únicas, exclusivas de sua cultura, formação geográfica, definidas pelo modo de vivência e pelas interpretações de seu povo, refletindo sua paisagem e organização urbana.

A cidade de Afuá é uma delas. Com uma malha urbana se estende por cerca de 8.373 km². Está localizada entrada do estuário amazônico, na parte meridional da ilha do Marajó, Estado do Pará, no rio Afuá, à direita, margeada pelo rio Cajú-Una, e, à esquerda, pelo rio Marajozinho, as cheias das marés conferem a cidade paisagem e dinâmica socioespacial particulares. (Il. 1)

De acordo com estudos de Granell e Runge (2007) existem dois modelos de comunidades palafíticas: o modelo dissociado e o associado. No modelo dissociado as unidades habitacionais e equipamentos



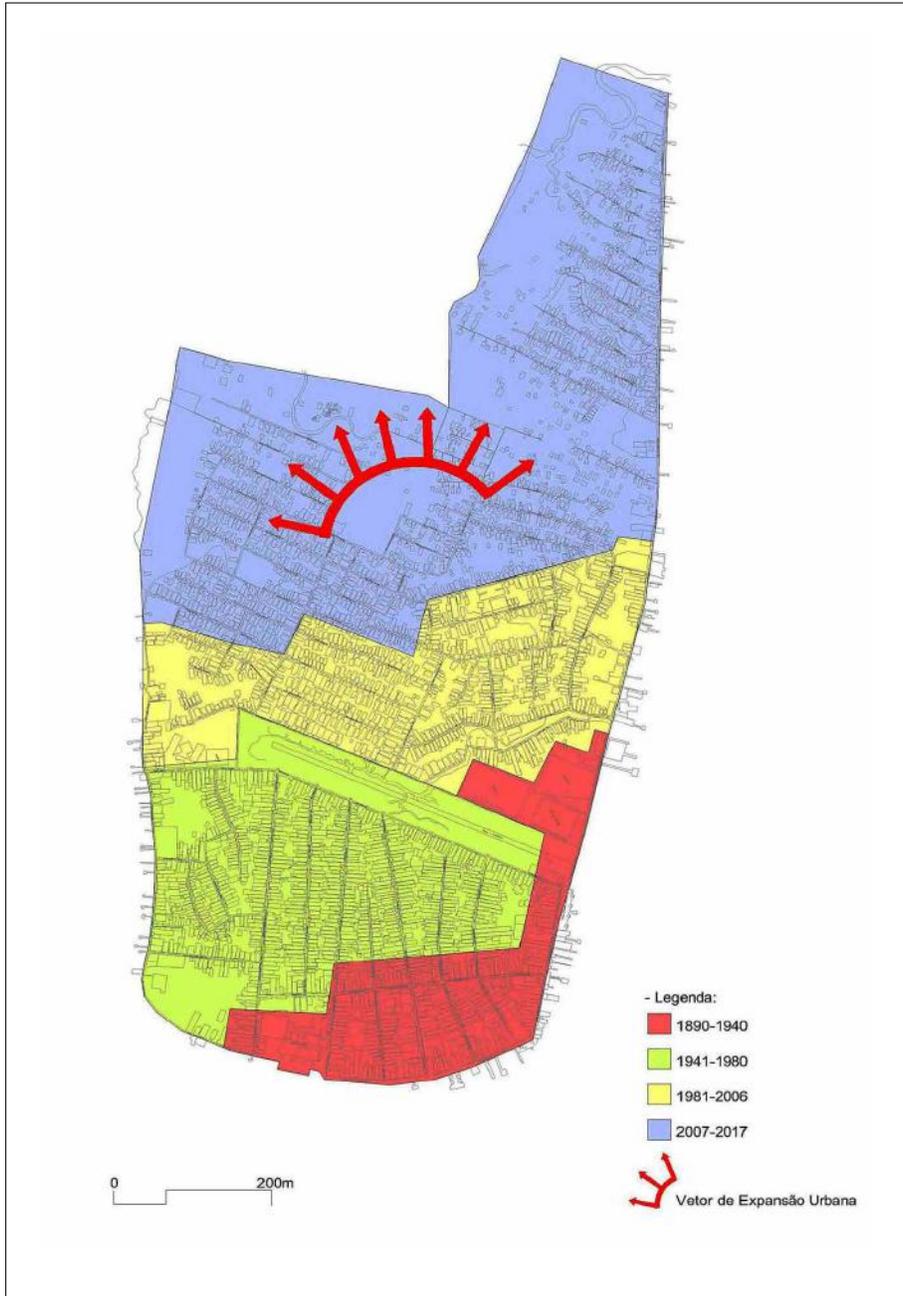
Il. 1: Vista aérea parcial da cidade de Afuá.
Fonte: Prefeitura de Afuá, 2017..

urbanos não são conectados por vias de pedestres e sim pelos próprios rios; as edificações encontram-se distantes entre si, apesar de estarem agrupadas. Já no modelo associado, as unidades habitacionais e os equipamentos urbanos estão próximos uns dos outros, situando-se, no máximo, a dez metros de distância. Mas, diferentemente do modelo dissociado, existe no modelo associado a articulação espacial entre as edificações através de vias de pedestres construídas também sobre os rios. A cidade de Afuá se insere no modelo associativo, como se nota em sua vista aérea.

A cidade surge como ponto de parada e de apoio às rotas de navegação pelo estuário amazônico, praça de comércio e troca de mercadorias, tanto entre os comerciantes, quanto entre os ribeirinhos e os comerciantes (BIBAS e CARDOSO, 2017, p. 7).

A evolução urbana de Afuá acompanha a teoria de Granell e Runge (2007) sobre como ocorre o desenvolvimento urbano em comunidades palafíticas que se enquadram no modelo associado compacto¹. A ocupação urbana teve início com a instalação de um conjunto de edificações posicionadas paralelamente ao limite da “costa terrestre” visível no período da baixa-mar, onde, hoje, é a orla da cidade. Posteriormente, surgiu uma segunda fileira de prédios paralelos à fileira inicial, e cinco vias perpendiculares, constituindo a área do centro histórico. Mais tarde, essas cinco vias perpendiculares seriam prolongadas e dariam origem a outras quadras que viriam a formar o primeiro bairro da cidade, chamado de Central.

A Ilustração 2 mostra a evolução urbana de Afuá. Atualmente a cidade conta com dois bairros, o Central e Capim-Marinho. O bairro Central, é o mais antigo é composto pelo centro histórico e sua expansão. Por isso, é mais consolidado e detém maior diversidade de serviços e equipamentos. Já o bairro do Capim-Marinho foi originado a partir de 1980, com a instalação de palmitais e madeiras na região, abrigando imigrantes em busca de melhores condições de



Il. 2: Evolução urbana de Afuá.

Fonte: Medeiros, Corrêa Neto e Medeiros (2015); adaptado pela autora (2018).

vida, sendo assim a expansão desse bairro se deu de forma rápida e desordenada.

Além de estar localizada às margens dos rios, segundo Trindade JR, Silva e Amaral (2008), a cidade ribeirinha na Amazônia se caracteriza por: ter pequena dimensão populacional e diminuto tamanho territorial; ser tradicional no que diz respeito ao ordenamento espacial; e, ter funções urbanas de âmbito local, possuindo forte conexão com o entorno, com a floresta e o rio.

Pode-se dizer que Afuá não só é uma típica cidade ribeirinha amazônica, com peculiaridades marcantes, estando não só situada nas margens dos rios, mas sobre eles. A relação da população com o rio é intensa. O único modo de chegar à cidade é através dele; não há rodovias de acesso à cidade e a pista de pouso do local não recebe voos regulares. Nos rios se pratica a pesca, e o banho em suas águas é costumeiro, inclusive é opção de lazer dessa sociedade.

A cidade também é de pequena dimensão populacional – segundo dados do Censo Demográfico, em 2010, a população urbana era de 9.478 habitantes. O estudo Região de Influência das Cidades do IBGE – REGIC, realizado em 2007 (IBGE, 2008), classifica Afuá como um centro local, sendo intermediadora da relação entre centros urbanos maiores, como Breves e Macapá, e povoados rurais ainda menores, estabelecendo relações comerciais e de serviços através de uma única “rua”: o rio.

A natureza alagada ou alagável do sítio urbano lhe confere mais uma característica, ser constituída, na quase totalidade, por palafitas, erguidas com matéria prima regional e tecnologia adaptada às condições locais, com edificações e passarelas (estivas) feitas de madeira, respeitando a dinâmica do rio, sem o uso de aterramentos.

Não somente a habitação em Afuá está ligada às raízes culturais do povo ribeirinho. Mas, todas as estruturas de serviços básicos da

sociedade foram adaptadas à realidade física do ambiente natural em que a cidade se insere.

Ademais, estudos sobre a arquitetura local mostram que *as casas têm uma durabilidade média de 15 anos, após este período, são renovadas ou totalmente reconstruídas, por isso é muito fácil encontrar carpinteiros ou mestres que já perderam a conta de quantas casas construíram* (PALHETA E RODRIGUES, 2012, p. 172).

Isso ocorre devido ao desgaste natural e a durabilidade da madeira, material usado na maioria das edificações, e do contato constante da edificação com a água das palafitas² e estivas.

Com a reconstrução permanente das edificações, a paisagem urbana se altera constantemente, modificando o cenário da cidade, o que representa outro fator cultural do povo de Afuá.

Quanto aos modelos utilizados nas construções pelos carpinteiros, verifica-se que há um padrão fortemente seguido pela população com pequenas alterações. A individualidade está presente na pintura das casas, expressando os gostos mediante a utilização de cores vibrantes. (Il. 3)

A paleta de cores da cidade chama atenção imediata do visitante. A paisagem natural composta pelo verde fechado da floresta, pelo ocre barrento dos rios e pelo céu carregado de nuvens cinzentas baixas que quase encostam na copa das arvores é uma espécie de fundo neutro para as gritantes pinceladas de cores fortes como o verde-limão, o laranja, o rosa, o lilás, o turquesa, o rosa-pink, o amarelo canário ou o vermelho (PALHETA E RODRIGUES, 2012, p. 172).

Lá a grande maioria das residências, comércios e alguns prédios públicos são construídas de madeira. Como constatam Palheta e Rodrigues (PALHETA E RODRIGUES, 2012, p. 170), em Afuá:



II. 3: Padrões das palafitas em Afuá.
Fonte: Acervo da autora (2017).

A sede da prefeitura, o hospital, a delegacia de polícia, a Igreja de Nossa Senhora de Conceição e o prédio que abriga a escola municipal de ensino fundamental juntamente com a escola estadual de ensino médio são em alvenaria, e além desses, não mais que 10% de construções particulares (PALHETA E RODRIGUES, 2012).

As edificações da região revelam o modo de vida tradicional e a manifestação cultural do povo de Afuá. No geral, como enfatizam Lomba e Nobre (2013), nota-se um tempo próprio e particular do lugar, em confronto com o tempo moderno e acelerado, o que pode ser constatado no antagonismo existente entre a lentidão das embarcações e bicicletas de Afuá e a modernidade dos transportes aéreos e rodoviários presente nas grandes cidades.

PAISAGENS HÍBRIDAS

Em Afuá, o barulho de motores de carros, motos e caminhões não existe, dando lugar ao ruído esporádico do motor das embarcações, aos sons das águas e da natureza que envolve o local. No âmbito intraurbano, a circulação é feita a pé e por bicicletas, algumas adaptadas para atender funções que, em outras cidades, são respondidas por automóveis, como são os casos das: *bici-taxi*, *bici-ambulância*, *bici-coletora de lixo*, *bici-bombeiro* e *bici-polícia* (TÂNGARI *et al.*, 2016, p. 9) (Il. 4). Já o transporte regional, por muito tempo foi realizado apenas por embarcações tradicionais, e já pode ser feito, também, por lanchas modernas mais velozes (Il. 4).

Il. 4: Bicicletas e suas inúmeras variações em Afuá.
Fonte: Acervo da autora (2017).



Valores modernizantes podem identificados, não apenas no transporte regional, mas, também, em algumas edificações de alvenaria e vias elevadas de concreto, com largura variando de 3 a 5 metros, conforme mostra a Ilustração 5. Entretanto, casas e prédios de alvenaria ainda são minorias.

Afuá conjuga uma série de processos e contextos, no âmbito físico e sociocultural que assinalam variações existentes na construção do seu ambiente urbano representado por configurações arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas autóctones e também exógenas que significam e ressignificam uma paisagem que vivencia impactos que tem alterado a dinâmica compositiva desse ambiente (TANGARI *et al.*, 2016, p. 5)

Nos espaços públicos, em especial nas praças, se desenvolvem as funções religiosas, de comércio e de lazer, ou seja, são locais onde importantes relações sociais acontecem, utilizados para a comunicação entre os moradores – sendo ponto para divulgação de missas, eventos, protestos e aluguel de bicitáxi e bicicleta. Na orla e em suas vias transversais, há uma grande concentração de feirantes e pequenos comerciantes, que aproveitam o grande movimento de pessoas.

Neste sentido, como mostram Tângari, Andrade e Mergulhão

As praças, orlas e estivas de Afuá possuem formas paisagísticas singulares que estabeleceram na cidade uma malha urbana que reforça o fluxo de pessoas a pé e de bicicletas pelas suas vias (estivas). Essas mesmas vias podem ser consideradas elementos de interligação entre os espaços livres públicos [...] (TANGARI *et al.*, 2016, p. 11):

Na praça em frente à Igreja Nossa Senhora da Conceição do Afuá, ocorrem as principais festividades religiosas, sendo descritos por Tângari, Andrade e Mergulhão como *eventos, envoltos no manto*



Il. 5: Trecho da orla da cidade de Afuá tomada pelo concreto.
Fonte: Acervo da autora, 2017.

da religiosidade, da cultura popular ou cívica, são o ápice do congaçamento social, onde a essência societária local manifesta modus vivendi amazônico (TANGARI *et al.*, 2016, p. 9). Utiliza-se, também, as praças públicas de Afuá para a prática de esportes e exercícios físicos. Assim, a população cria novas formas de utilização dos espaços existentes para adequar suas necessidades.

Combinam-se espaços de uso privado e individual, como pequenas hortas, jardins e quintais com presença mais destacada na época de vazante, e espaços de uso públicos e coletivo, localizados junto às margens do rio – praças, terminais, áreas de eventos, etc – assim como a própria pista de pouso que, pela sua localização e dimensão, é utilizada por crianças e adultos para o jogo de bola, brincadeiras diversas, recantos de conversa e descanso junto ao comércio local que para ela se abre (TANGARI *et al.*, 2016, p.12)

Embora valores das grandes cidades sejam identificados em Afuá, esses ainda não são hegemônicos; ainda estão integrados aos valores tradicionais, acentuando a peculiaridade da cidade. Ademais, a cidade ainda incorpora, o modo de vida ribeirinho, mantendo, de certa forma, uma relação de equilíbrio entre homem-natureza por meio da identidade cultural afuaense, mesmo que a população residente possa não ter consciência disso.

A partir do exposto, cabe investigar a opinião da população de Afuá sobre a paisagem urbana e suas possíveis alterações.

A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM URBANA DE AFUÁ.

O questionário levantou a opinião da população sobre os seguintes aspectos: aparência da cidade, das praças, das edificações, possibilidades de diversão, qualidade de energia ofertada, quantidade e qualidade da água, limpeza da cidade e símbolos urbanos de Afuá. Além disso, questionou sobre o interesse de transformar esses espaços, trocando as estivas por ruas em concreto

ou asfaltadas e substituindo as construções em madeira por outras em alvenaria.

No que diz respeito a aparência da cidade como um todo, a resposta dos entrevistados foi unânime, os 100% do total pesquisado avaliaram a cidade como “bonita”. Tratando-se da aparência das edificações de Afuá, mais de 90% da população estudada (50% no bairro Central e 43,33% no bairro do Capim-Marinho) disse apresentar uma aparência bonita. Em relação a quantidade de praças públicas, cerca de 80% da população considerou a quantidade pequena e reclamou da concentração das mesmas no bairro Central, e mais especificamente na orla.

Para 80% dos entrevistados, as praças existentes dispõem de uma aparência bonita, com jardins, malocas, palcos para shows ou eventos, quiosques, quadras e outros equipamentos públicos bem conservados.

A urbanização da orla da cidade foi definida como boa por 60% dos pesquisados. Ressalte-se que a orla urbanizada se restringe ao bairro Central. Talvez por essa razão, cerca de 33% da população que respondeu a pesquisa disse não frequentar a orla, e dos que a frequentam a maioria o fazem para lazer e a utilizam, majoritariamente, aos finais de semana.

Quanto a opinião sobre a arborização da cidade, obteve-se que da população que foi entrevistada no Capim-Marinho, 74% avaliou a arborização das ruas a cidade na escala de ótima ou boa. No bairro Central, as respostas variaram entre boa e ruim, em 94% dos casos estudados.

Destaca-se que, até o presente, não foi implantado qualquer projeto paisagístico nas vias públicas. As escassas árvores existentes, são remanescentes da vegetação nativa e possuem de médio porte, ou seja, não são fruto de um plantio planejado, posicionado e realizado em prol da melhoria do conforto térmico na cidade.

Ainda sobre essa questão, alguns moradores demonstraram preocupação com a plantação de novas árvores, face aos registros de casos de assalto em que os ladrões sobem nas árvores e se jogam em cima das pessoas que estão trafegando nas estivas para roubarem seus pertences.

Quanto à largura das vias, as estivas foram definidas como estreitas por 80% dos entrevistados (43,33% no bairro Central e 36,66% no bairro do Capim-Marinho), sem haver separação entre os usuários pedonais e ciclistas.

A cidade começa a enfrentar problemas causados por falta de locais para o estacionamento de bicicletas, especialmente nos espaços onde há grande concentração de pessoas e em horários de grande fluxo, como é o caso de escolas, mercado municipal, feira do açaí, dentre outros.

Os entrevistados também foram questionados sobre as possibilidades de diversão fora de casa e o que costumavam fazer na cidade para se divertir. A maioria dos participantes do bairro Central considerou as possibilidades de diversão ruins ou péssimas (59,98%), enquanto a maior parte dos do Capim-Marinho avaliou como boa ou ruim (73,32%).

Quando se perguntou para os participantes sobre o que costumavam fazer para se divertir, os mesmos mostraram ter entendimento distinto do que consideravam diversão, obtendo-se como respostas "trabalhar", "ir a festas" e "tomar bebidas alcoólicas", etc.

A iluminação também foi tratada na pesquisa. Da população entrevistada, 76,66% (40% correspondente aos entrevistados no bairro Central e 36,66% ao bairro do Capim-Marinho) consideraram ruim ou péssimo o serviço de energia elétrica, com reclamações sobre a inconstância no fornecimento e o elevado preço pago nas contas de luz. Cabe destacar em residências de mais de 90% dos entrevistados haver medidor de energia elétrica.

Nas vias públicas haviam variações de luminosidade, decorrente da desigualdade de distribuição dos postes de energia entre os bairros. Na orla observa-se melhor iluminação; nas demais vias do bairro Central os postes vão ficando cada vez mais distantes uns dos outros, situação que se agrava no bairro do Capim-Marinho, contando com áreas onde a iluminação pública é inexistente.

Quanto ao fornecimento de água, aproximadamente 50% dos entrevistados avaliou a quantidade de água fornecida pelo poder público como pequena (sendo 26,66% no bairro Central e 23,33% no bairro do Capim-Marinho). Outros 10% dos entrevistados (todos moradores do Capim-Marinho), afirmaram não possui abastecimento de água por meio do poder público. A qualidade da água, segundo a maioria da população não é adequada para o consumo e uso, sendo de qualidade julgada como ruim ou péssima por 80% dos entrevistados (46,66% no bairro Central e 33,33% no bairro do Capim-Marinho).

Mais de 80% dos pesquisados (43,33% referentes ao bairro Central e 40% ao Capim-Marinho) disseram que Afuá é limpa ao avaliar as condições de limpeza nas estivas. Isso denota, que os mesmos não percebem a grande quantidade de lixo acumulado e sedimentado em baixo das estivas, proveniente de lançamento inadequado do lixo por vários anos.

Aliás, a problemática do lixo urbano, em Afuá, é preocupante devido a dois fatores: o primeiro é o lixão a céu aberto, em que parte dos resíduos sólidos são depositados foi incorporado pela cidade, acarretando em problemas para os moradores do entorno por conta do mau cheiro e doenças³. O segundo motivo é a incineração do lixo, em fornos da EMAPA⁴ cedidos para a prefeitura, uma vez que a queima de resíduos sólidos gera fumaça, liberando gases tóxicos, poluindo o meio ambiente.

Quando se elaborou os instrumentos de pesquisa, havia o propósito de coletar informações para fazer um mapa de imageabilidade da cidade que destacasse as vias, os marcos, os pontos nodais, os bairros, os limites ou fronteiras percebidas, pela população, como símbolos de Afuá. Porém, muitos entrevistados não conseguiram responder às perguntas que foram realizadas com essa finalidade. Solicitou-se, então, que os entrevistados definissem a cidade de Afuá com uma palavra. Em 80% das entrevistas, foi necessário instigar os participantes, citando palavras como “bicicletas”, “floresta”, “estivas”, “palafitas”, “rio” e outras, com a finalidade de resgatar respostas com base na memória social. Mesmo assim a população não conseguiu visualizar elementos da paisagem urbana que representariam a cidade.

Em que pese o fato da pesquisa ser exploratória e não possuir representatividade estatística, essas dificuldades evidenciam a necessidade de fomentar a consciência coletiva a respeito dos elementos urbanos representativos que conferem identidade à cidade. Isso assume peculiar relevância quando se observa as respostas dadas quando se questionou acerca do interesse de transformar alguns aspectos singulares da cidade de Afuá.

Quando se depararam com a pergunta “Você trocaria as vias em madeira, por vias em concreto ou asfaltadas?”, cerca de 80% dos entrevistados da pesquisa (40% correspondente ao bairro Central e 40% ao Capim-Marinho) não hesitariam responder afirmativamente, provavelmente influenciados por questões relacionadas à manutenção e à durabilidade das vias.

Tal posição sugere que os moradores da cidade não enxergam as estivas como componente relevante da identidade cultural da sociedade afuaense, ou veem a perda desse patrimônio cultural como fator que compensa os benefícios que imaginam possuir as vias de concreto ou com pavimentação asfáltica.

Outro exemplo diz respeito às edificações. Apesar de 90% dos entrevistados avaliarem a aparência das casas como bonitas, quando questionados se aprovariam a troca das casas em madeira por casas de alvenaria, a opção 'trocaria' prevaleceu, mesmo que com pouca diferença, ou seja, foi a adotada por 56% dos entrevistados (aparecendo em 23,33% dos questionários aplicados no bairro Central e 33,33% no bairro Capim-Marinho). Apenas dois entrevistados, estudantes do ensino médio e moradores do bairro Central, destacaram a arquitetura das casas como um diferencial para a paisagem urbana, rejeitando a troca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do estudo possibilitou uma reflexão acerca da percepção e da paisagem de Afuá. Revelou que a cidade está passando por processos de modificação da paisagem que, como já havia constatado Mergulhão *ameaçam valores materiais e simbólicos cujos resultados são a inter-relação entre elementos abióticos, bióticos, culturais* (TÂNGARI et al., 2016, p. 5) e *tendem a romper a identidade arquitetônica, morfológica e paisagística da cidade* (TÂNGARI et al., 2016, p. 8).

Mostrou que, do ponto de vista dos moradores de Afuá em relação a vários aspectos sócio espaciais, os baixos graus de satisfação com a quantidade de praças, a qualidade de distribuição espacial dos serviços de energia elétrica e com a quantidade e a qualidade da água fornecida pelo poder público.

Os moradores do bairro do Capim-Marinho, ainda que convivam com uma infraestrutura urbana mais carente do que a do bairro Central, tendem a estar mais satisfeitos que os do bairro Central. Os moradores do bairro Central, ainda que se declarem satisfeitos com alguns aspectos urbanos analisados, são mais exigentes acerca da infraestrutura que recebem, e exigem a presença de funções urbanas que vão além daquelas relativas às necessidades básicas, expressando

insatisfação com as possibilidades de diversão e com arborização urbana.

A pesquisa exploratória constatou que a opinião dos moradores sobre a cidade difere da imagem corrente de uma cidade amazônica maravilhosa, cantada em músicas como “Veneza Beleza”. Além disso, sua população não define Afuá através de slogans como “Veneza Marajoara” e “Amsterdã dos Trópicos”, que são divulgados em propagandas de teor turístico. Mostrou ainda que parte expressiva dos entrevistados apoia alternativas de mudanças que podem interferir, sobremaneira na paisagem e na cultura tradicional local.

As modificações na paisagem de Afuá, que dizem respeito às construções de edificações em alvenaria e vias de concreto, que estão sendo gradativamente incorporadas na paisagem urbana e são aceitas por grande parte da população entrevistada. Tais alterações estão sendo associadas à ideia de progresso pela população que se apropria de valores de grandes cidades contemporâneas. No entanto, notou-se que alguns jovens, ainda que lentamente, começaram a desenvolver uma noção de que a arquitetura vernácula e as estivas em madeira são patrimônio ribeirinho e estão ligadas à cultura de seu povo.

Por fim, o trabalho revelou a importância que a percepção da população tem sobre a cidade. Pode haver um momento em que Afuá tenha que escolher entre dois caminhos para percorrer: o primeiro vincula sua paisagem com a das grandes cidades que expressam *uma ideia de desenvolvimento, modernização, evolução e civilização* (BIBAS e CARDOSO, 2017, p.10); e o segundo, mais sustentável, que reconhece o passado e a cultura local e conduz um processo de desenvolvimento acompanhado de uma educação patrimonial, pautado na noção de pertencimento que valoriza os bens materiais e imateriais socialmente produzidos.

REFERÊNCIAS

BANDONI, Andrea. Afuá: Uma cidade amazônica inteiramente construída sobre as águas, onde só a bicicleta tem vez *In*: Revista aU: Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 266, maio 2016. Mensal. Disponível: <<http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/266/artigo370734-2.aspx>>. Acesso em: 1.mar.2017.

BIBAS, Luna; CARDOSO; Ana Cláudia. Os Perigos de uma Trajetória Única para as Cidades Amazônicas. *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional *In*: ENAPUR, 17, 2017, São Paulo, SP. Anais (on-line). São Paulo: ENAPUR, 2017. Disponível: < http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%206/ST%206.8/ST%206.8-05.pdf> Acesso: 03.abr. 2018.

FERRARA, Lucrécia D'aléssio. *Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: Edusp, 1999.

GEISSLER, Helenne Jungblut; LOCH, Carlos; OLIVEIRA, Roberto de. Palafitas: Tipologias Habitacionais em áreas costeiras de Florianópolis – SC *In*: Seminário Internacional da Latin American Real Estate Society, LARES, 7, 2007, São Paulo, SP. Anais (on-line). São Paulo: LARES, 2007. Disponível: http://lares.org.br/2007/artigos/T082-Geissler_Oliveira.pdf>. Acesso: 13.set. 2017.

GRANELL, Francisco Mustieles; RUNGE, Carmela Gilarranz. El palafito como hábitat milenar persistente y reproducibile: modelos palafíticos en el Lago de Maracaibo. *In*: *Arquitectura Vernácula en el Mundo Ibérico*: actas del Congreso Internacional sobre Arquitectura Vernácula, 1, 2007, Sevilla. Atas (on-line). Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2007. v. 1, p. 208 - 217. Disponível em: <https://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/artes/actas/cisav05/co_21.pdf>. Acesso: 13. jun. 2017.

IBGE. Regiões de Influência das Cidades 2007. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Diretoria de Geociências/Coordenação de Geografia, 2008.

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo; KEINERT, Ruben Cesar; FEFFERMANN, Marisa. Pesquisa de Percepção da Qualidade de Vida em Santo André/SP. *In*: *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENAPUR*, 9, 2003, Belo Horizonte, BH. Anais (on-line). São Paulo: ENAPUR, 2017. Disponível: < <http://arquivo.sepq.org.br/II-SIPEQ/Anais/pdf/gt2/08.pdf>> Acesso: 04.mai. 2017.

LOMBA, Roni Mayer; NOBRE-Júnior, Benedito Baliero. *A relação rural-urbano a partir das cidades ribeirinhas: o papel do comércio popular (feiras) na cidade de Afuá (PA)*. Confins, [s.l.], n. 18, 17 jul. 2013. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/confins.8405>. Disponível: <<http://journals.openedition.org/confins/8405>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. 70. ed. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1960.

MEDEIROS, José Marcelo Martins; CÔRREA NETO, Jacy; MEDEIROS, Mariana Martins. *Territorialidade de espaço público em uma cidade ribeirinha na Amazônia*

Setentrional Brasileira – Afuá, Pará. Confins, [s.l.], n. 31, 8 jun. 2017. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/confins.11935>. Disponível: <<https://journals.openedition.org/confins/11935#quotation>>. Acesso: 5. abr. 2018.

MONTEIRO, Érica Corrêa. *Acessibilidade espacial nas calçadas em estivas no Pará: estudo de caso na Ilha do Combu e na cidade de Afuá*. 2015. 271 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/159408>>. Acesso: 15 mar. 2017.

OLIVEIRA, Clamirson Dias de. *Beleza Veneza. Afuá*, 2013. Disponível: <http://www.ppgartes.proesp.ufpa.br/disserta%C3%A7%C3%B5es/2012/Vanessa%20Simoes.pdf>>. Acesso: 05. jun. 2017

PALHETA, Cláudia Suely dos Anjos; RODRIGUES, Carmem Izabel. A casa de Afuá: estética popular em uma cidade sobre palafitas. *In: Iara: Revista de Moda, Cultura e Arte*, São Paulo, v. 5, n. 1, p.164-182, 18 maio 2012. Semestral. Disponível: <<http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistaiara/index.php/vol-5-no1-ano-2012/>>. Acesso: 18 abr. 2017.

SANTOS, Milton. Paisagem e espaço *In: SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 21-22.

SIMÕES, Vanessa Cristina Ferreira. *Ideadores de bicitaxi: cartografias de experiências estéticas em modos de viver e fazer bicitaxis na Veneza Marajoara (Afuá - PA)*. 2014. Dissertação (Mestrado), Curso de Artes, Programa de Pós-graduação em Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível: < <http://www.ppgartes.proesp.ufpa.br/disserta%C3%A7%C3%B5es/2012/Vanessa%20Simoes.pdf>>. Acesso: 05 jun. 2017.

TÂNGARI, Vera R.; ANDRADE, Rubens de; MERGULHÃO, Pedro. O Desenho da Paisagem Amazônica através dos espaços livres públicos – Morfologia e Tipologia Urbana em Afuá/PA. *In: Colóquio Quapa Sel*, 11, 2016, Salvador. Relatório (on-line), Universidade Federal da Bahia, 2016, Salvador. Disponível: < <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/08/O-DESENHO-DA-PAISAGEM-AMAZÔNICA-ATRAVÉS-DOS-ESPAÇOS-LIVRES-PÚBLICOS---MORFOLOGIA-E-TIPOLOGIA-URBANA-EM-AFUÁ/PA.pdf>>. Acesso: 04. mar.2018.

TRINDADE JUNIOR, Saint-clair Cordeiro; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; AMARAL, Márcio Douglas Brito. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. *In: TRINDADE JUNIOR, Saint-clair Cordeiro; TAVARES, Maria Goretti da Costa (Org.). Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: Edufpa, 2008. p. 27-48.

NOTAS

- ¹ No modelo associado compacto de Granell e Runge (2007) as unidades habitacionais e equipamentos urbanos estão próximos uns dos outros, situando-se no máximo a 10 metros de distância, possuindo integração através de vias pedonais, organizando cidades inteiras ao longo de ruas, calçadas ou estivas com aproximadamente um metro de largura. Este modelo foi um dos constituídos pelos autores após a análise de 25 povoados palafíticos no Lago Maracaibo, na Venezuela.

- ² Segundo Geisseler, Loch e Oliveira (2007), o termo “palafita” provém do italiano palafitte e diz respeito a uma stilt village ameríndia, consiste em uma tipologia com sistema construtivo leve, existente em áreas alagadiças, cuja estrutura é constituída por pilotis em madeira, que são cobertos pelas águas nas cheias e voltam a aparecer na vazante do rio, sendo assim predomina em locais com clima tropical, equatorial e de alto índice pluviométrico.
- ³ Até a realização da pesquisa Afuá a cidade ainda não tinha se adequadado às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei de nº 12.305/2010).
- ⁴ Exportadora de Madeiras Pará.
- ⁵ Música composta por Clamirson Dias de Oliveira e cantada por Pedro Jr., durante entrevista realizada por Vanessa Cristina Ferreira Simões, no dia 19 de setembro de 2013. Seus versos revelam Afuá como uma cidade encantada, repleta de belezas, sendo batizada por Veneza. Disponível: <http://www.ppgartes.propesp.ufpa.br/disserta%C3%A7%C3%B5es/2012/Vanessa%20Simoes.pdf>.

PARICARANA VERDE

GRACIETE G. COSTA
NÚBIA ABRANTES GOMES
SUED T. OLIVEIRA

graciete.costa@ufr.br
nubia.gomes@ufr.br
sued.trajano@ufr.br

RESUMO ABSTRACT

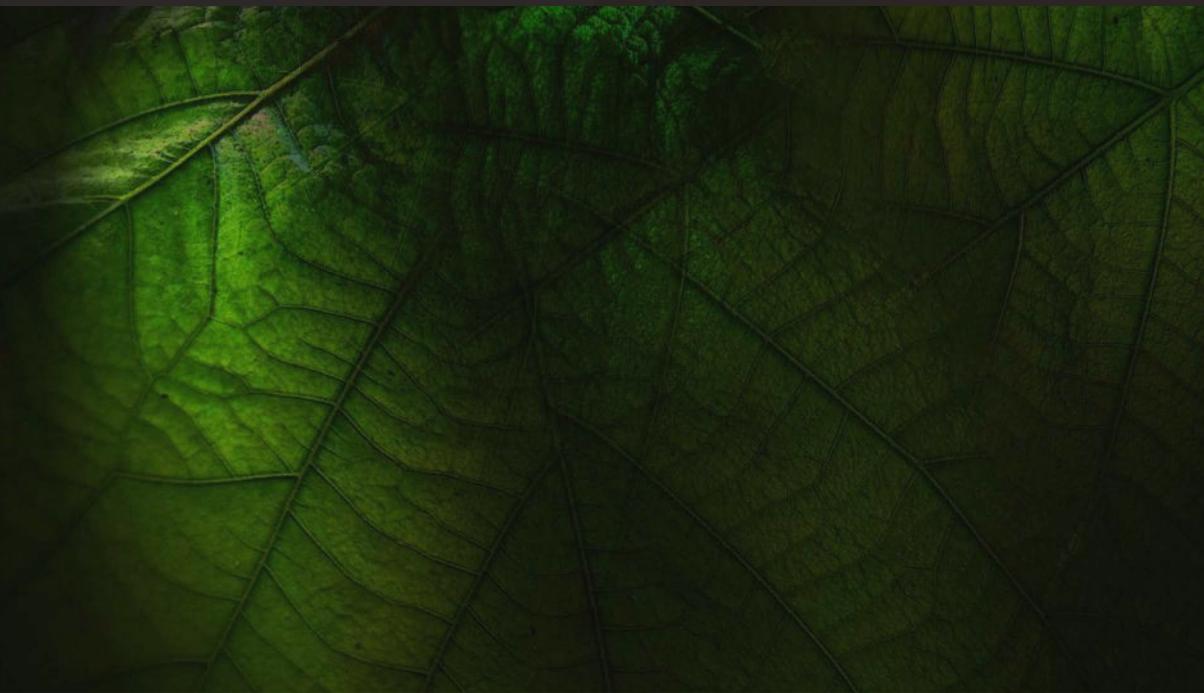
O Paricarana Verde é um Projeto de Paisagismo do Campus do Paricarana da Universidade Federal de Roraima - UFRR, em andamento, que conta com uma equipe multidisciplinar de Arquitetos Paisagistas, Engenheiros Agrônomos e Florestais, Bióloga, Técnicos da Prefeitura do Horto Municipal e alunos da disciplina de Paisagismo I e II do Curso de Arquitetura e Urbanismo. O objetivo desse trabalho é entender como a arquitetura da paisagem pode melhorar os espaços livres do Campus do Paricarana de forma apropriada, levando em consideração a região, a cultura e o clima local, para propor o tratamento dos espaços livres do Campus promovendo mais acessibilidade, interação entre os diversos edifícios por meio de caminhos verdes, criando jardins florísticos e de cura nos diversos centros.

Paricarana Verde is a landscaping design Project from Campus Paricarana, in the Federal University of the Roraima State (UFRR), in Brazil. It involves an interdisciplinary team of architects, landscaping designers, as well as agronomic and forestry engineers, technical staff from the Prefeitura do Horto Municipal, a professor from the biology department and undergraduate students enrolled in landscaping design I and II subjects from the architecture course. The goal of this study is to understand how landscaping architecture can improve free spaces from Paricarana Campus accordingly, considering its region, culture and climate. Another goal is to provide treatment for free spaces and promote accessibility, interaction between buildings through the implementation of green walkways, creating flower and medical plants gardens throughout the centres and also to enhance the quality of life of the academic population through more humane living spaces.

Palavras chave Key-words

Paricarana Verde, UFRR, Arquitetura da

Paricarana Verde, UFRR, landscape



AO LONGO DA HISTÓRIA NA Amazônia, a paisagem sempre esteve relacionada com o rio e a floresta. Ab' Saber (1969) conceitua a paisagem como sendo resultado de uma relação entre os processos passados e os atuais. As paisagens distam historicamente, geograficamente, topograficamente, com seus climas, frio no Sul, quente no Norte e em Roraima contribuem para definir suas feições urbanas. Elas foram as entidades básicas da cultura amazônica, imprimindo-lhe identidade própria ao longo do seu processo sócio histórico de ocupação (COSTA, 2014). Nessa relação entre pessoas e coisas, homem e território, as transformações são

emanadas da continuidade da vida humana e de sua interação complexa (BERQUE, 1994). Ela se complementa naquilo que é visto e sentido, de tempos sobrepostos, dinâmica da natureza, tipologia da forma e o produto da consciência do homem. Para a professora Lucia Veras (2017), a paisagem na sua plenitude poderá ser condição de compreensão da cidade e definição de sua arquitetura, quando mais do que um “Cartão-postal”, revela-se como uma “Paisagem-postal”. Para Matos e Queiroz (2009), cidades sem verde, são percebidas como áridas, feias e desagradáveis, enquanto que as arborizadas humanizam e melhoram a qualidade de vida de seus moradores e são lembradas como cidades agradáveis e bonitas.

As primeiras ocupações amazônicas surgiram a partir de militares, padres jesuítas e carmelitas em conjunto com os índios nativos da região. Do século XVII ao século XX passaram pelas missões amazônicas os capuchinhos, os mercedários, os franciscanos, os carmelitas, os dominicanos e os jesuítas, esses últimos expulsos pelo Marquês de Pombal. O olhar voltado para o outro lado do Atlântico norteava a conquista por meio da cruz, logo apoiada pela espada (PROCÓPIO, 1988). A situação política instável no século XVIII e a disputa dos domínios coloniais entre casas reais europeias obrigaram os ibéricos a ocupar e defender suas possessões na Amazônia.

Em Roraima, o Forte São Joaquim do Rio Branco foi o início da ocupação, da primeira paisagem. Sua localização no encontro dos rios Tacutu e Uraricoera, que se juntam para formar o rio Branco era o ponto estratégico, uma vez que o rio Tacutu serviu de entrada de espanhóis oriundos da Venezuela, e o rio Uraricoera era utilizado pelos holandeses vindos do Suriname para chegar ao Amazonas (FERREIRA, 1787).

De fortaleza, para fazenda, de fazenda para vila, de vila para município do estado do Amazonas, de município à Território Federal e finalmente de Território à Estado.

Quando comparado aos outros estados brasileiros, RORAIMA tem muito a oferecer, tanto do ponto de vista natural, ambiental, paisagístico quanto do cultural.

Boa Vista se iniciou como fazenda às margens do rio Branco e se estabeleceu firmemente após os primeiros conflitos pela posse do território. O sítio físico urbano foi composto através de uma dinâmica socioespacial espontânea. Não houve nenhum planejamento para a implantação das habitações. Para Veras (2009), a escolha da localização das primeiras edificações à margem direita do rio Branco foi em decorrência da acessibilidade às embarcações e dos caminhos mantidos por meio das trilhas abertas pelos índios Macuxi, que propiciava o fluxo comercial e a retirada de mercadorias. Em razão disso, a configuração da vila limitou-se a uma forma geométrica trapezoidal e as casas acabaram por ficar vulneráveis nos períodos de cheia. Com a implantação do Plano Urbanístico em 1944, pelo Engenheiro Civil Darcy Aleixo Derenusson (DERENUSSON, 1991). O núcleo embrionário da cidade foi mantido, entretanto, a morfologia urbana e a paisagem mudaram, a partir da Praça Central, pela proposta das radiais concêntricas concebidas para alocar os prédios públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Construíram-se largas avenidas, praças centrais arborizadas, monumentos e uma catedral católica modernista, que durou anos para ser concluída devido à falta de materiais de acabamento e esquadrias importadas da Europa.

Até a chegada de uma instituição de ensino superior, Boa Vista oferecia apenas o ensino básico e o ensino técnico na década de 1980. A Universidade Federal de Roraima – UFRR foi implantada no ano de 1989, sendo a primeira instituição federal de ensino superior a instalar-se em Roraima. O Campus Paricarana, está localizado na Zona Oeste da cidade de Boa Vista. O nome dado ao *Campus* tem sua origem na Paricarana (Il. 1a e 1b), árvore da flora roraimense, nativa, de área savana conhecida também como lavrado, de solo pobre com baixa fertilidade. Sua floração ocorre no mês de agosto – setembro, onde sua coloração vai de violeta à roxa faz com que se torne uma



Il. 1a e 1b: Paricarana (*Bowdichia virgilioides* Kunth (LEGUMINOSAE - PAPILIONOIDEAE); flores rocha e (B) frutos verdes.

árvore ornamental. Com uma altura de oito a dezesseis metros e de copa generosa a árvore favorece o sombreamento das áreas verdes e espaços abertos.

Inicialmente, devido à falta de infraestrutura, não houve condições de elaborar um projeto paisagístico, sendo apenas preservadas as espécies já existentes no terreno. Posteriormente, aconteceu a inserção de mais espécies vegetais, à medida que a infraestrutura foi sendo implantada e muitas dessas plantas são exóticas ou de outras regiões do país.

Estudar a composição paisagística atual do *Campus* Paricarana visa contribuir com o projeto paisagístico mais adequado à diversidade regional. A ideia é propor o tratamento dos espaços livres do *Campus* e promover mais acessibilidade, interação entre os diversos edifícios por meio de caminhos verdes, criar jardins florísticos e de cura nos diversos centros, além de melhorar a qualidade de vida da população acadêmica com espaços de convivência humanizados.

ASPECTOS BIOFÍSICOS E SOCIOESPACIAIS DE BOA VISTA

Sua localização estratégica a 02° 49' 12" N e 60° 40' 19" W, possui particularidades, algumas delas decorrentes de sua paisagem

surpreendente, o que contribui para a formação de uma beleza exuberante e uma flora que pode ser explorada. A cidade de Boa Vista é plana e recebe grande quantidade de radiação solar durante todo o ano, devido à sua proximidade com a Linha do Equador.

A cidade está em uma área de savana com solo pobre em argila na parte superior, por conta da lixiviação ou da hidrólise da própria argila e nas partes superficiais da savana, a cor do solo é mais cinzenta. Alguns sinais favorecem a hipótese de uma tendência natural de avanço da floresta sobre a savana, porém o fogo de origem natural e principalmente antrópica, pode favorecer um equilíbrio estacionário ou mesmo o recuo da floresta (SILVA, 1993).

A vegetação que ocorre na mata ciliar forma um tipo de cobertura semiaberta, cujas copas seguem quase toda extensão dos rios e igarapés que correm à cidade. A ausência de vegetação em parte das margens dos recursos hídricos está associada às derrubadas com intuito de construir suas casas e aumento de área disponível para banhistas, onde a qualidade ecológica da água ainda possui balneabilidade. No período de seca, muitas pessoas constroem suas casas às margens dos rios, em áreas de várzea (floresta inundada com água branca) e quando ocorrem as grandes enchentes, os mesmos tem que sair às pressas, obtendo grande prejuízo financeiro (GOMES, 2000 e 2011).

A vegetação das margens dos rios, igarapés e lagos é bastante diversificada e encontra-se fortemente condicionada aos processos de colmatação natural e a fatores geomorfológicos como a elevada concentração de material em suspensão, essa vegetação depende da relação entre o relevo e o regime de chuvas (BRASIL, 1975). Ela é composta basicamente de *Mauritia flexuosa* L. "buriti" (Palmae), que segue acompanhando quase todo o percurso dos igarapés formando florestas de buritizais (GOMES, 2000).

Os sedimentos semi-consolidados da Formação Boa Vista, predominantemente arenosos, formam no Centro Leste da área o

extenso pediplano dos lavrados (campos gerais) e os sedimentos mais recentes e sub-recentes do Holoceno recobrem essas formações, atapetando os leitos da rede de drenagem e completando a coluna paradigma regional (BRASIL, 1975; SCHAFFER *et al.*, 1994).

O sistema de drenagem está condicionado ao regime pluvial na região Norte, com abundantes precipitações que dependem do comportamento geral da atmosfera da zona intertropical Sul-americana (SOARES, 1977). Gomes (2000) avaliou os dados medidos em 30 anos (1967 a 1996) de precipitação na cidade de Boa Vista, do Relatório Climatológico Diário da Divisão de Operações de Meteorologia (DO-3), da Base Aérea de Boa Vista, onde observou que a ação antrópica representada pelo desmatamento, queimadas, destruição dos recursos hídricos (igarapés com supressão vegetal e lagoas naturais). Os eventos naturais como os fenômenos *El Niño* e *La Niña* possuem influências diretas na área de savana, modificando o regime de chuvas com períodos menos chuvosos e mais chuvosos, respectivamente.

Percebe-se que muitos espaços livres poderiam ser mais bem utilizados, mas são esquecidos devido à ausência de vegetação e de condicionantes de conforto térmico, sobrecarregando assim os sistemas de ventilação e iluminação artificial dos edifícios. Constatam-se poucas espécies que promovem sombra, além de grande quantidade de palmeiras, plantas ornamentais e árvores de pequeno porte.

A Arquitetura da Paisagem é uma atividade interdisciplinar que, através da colaboração de diversos profissionais, pode influenciar em diversos aspectos da vivência de um indivíduo num determinado espaço.

CONTEXTO HISTÓRICO E O PAISAGISMO NO CAMPUS PARICARANA

Na década de 1990, a UFRR possuía um único *Campus* constituído pelos Blocos I e II entregues na gestão de dois governadores da

recém-transição de Território Federal para Estado. Antes de se tornar propriedade da universidade, os blocos seriam destinados para uso das secretarias do Estado de Roraima, todavia, felizmente passaram a ser legalmente da instituição, tanto que o Ministério da Educação – MEC enviou recursos para a construção do Bloco III, iniciado no ano de 1993 e o bloco IV foi também concluído pelo Governo do Estado e entregue para UFRR, que após doação da benfeitoria dos blocos pela assembleia e homologado pelo Governo do Estado conseguiu-se em 28/08/1998 (GOMES, 2017).

Segundo Silva (2017), os professores pioneiros admitidos conforme as portarias de nº 057 a 098 totalizavam um número de cinquenta e um no corpo docente no ano de 1990. Dentre esses, um pequeno grupo se organizou para humanizar o *Campus* através do plantio de vegetação arbórea, visto que as condições de infraestrutura eram precárias e a qualidade do conforto ambiental também estava comprometida. Com o apoio do Reitor José Hamilton Gondim Silva, a equipe liderada pela professora Núbia Abrantes Gomes promoveu gincanas para a



Il. 2: Único exemplar plantado de Paricarana (*Bowdichia virgilioides* Kunth – LEGUMINOSAE - PAPILIONOIDEAE) pelo Eng. Agrônomo Ademar Coelho de Oliveira.

Fonte: Gisele Guimarães de Oliveira/Rosicleide Guimarães de Oliveira, 05/2005.

Fonte: Núbia Abrantes Gomes, 2008.

arrecadação de mudas. As doações vieram de famílias dos docentes e alunos, amigos e simpatizantes da ação voluntária. As espécies doadas foram jambeiros, oitis e ipês.

Alguns cuidados como distâncias dos prédios e espaçamento entre as plantas foram necessários, para que as mesmas crescessem sem competição por água, nutrientes e luz. Foram doadas pelo Sr. Herinque Machado duzentas mudas de jambeiros que infelizmente, por falta de energia faltava também água e pessoas para cuidarem, apenas três árvores destes jambeiros estão vivas. (Il. 3)

Esses duzentos jambeiros formavam uma alameda na entrada dos primeiros blocos. Outras espécies nativas floríferas, arbóreas e palmeiras foram plantadas em frente aos Blocos I, II e III pelos dois jardineiros da UFRR (José Frois Coelho e Carlos Alberto Melo Gomes) e a Professora Núbia A. Gomes. Após a construção da praça do Bloco III, pelos professores do CCT e Instituto de Biologia, a exemplo, a *Pachira aquatica* Aubl. e *Attalea maripa* (Aubl.) Mart. conhecidas popularmente como monguba e palmeira inajá, respectivamente e a mais resistente o oiti (*Licania tomentosa* (Benth.) Fritsch.). A dificuldade de mão de obra especializada para o cuidado diário com as plantas foi o fator determinante para a mortalidade da maioria das espécies cultivadas por meio deste primeiro trabalho paisagístico. Nessa época, a

Il. 3: Plantio de Helicónias, herbáceas e oitis no Bloco I em 1991. Fonte: Roberto Caleffi, 1991.



universidade não dispunha de recursos, convênios ou parcerias com outras entidades, tampouco um sistema de irrigação, produtos e equipamentos para jardinagem adequados, possuindo somente dois jardineiros no quadro efetivo de funcionários e que eram utilizados em outras funções de acordo com as demandas de trabalho da UFRR.

Atualmente, permanecem firmes alguns Ipês de predominância branca e rosa, mongubas, jambeiros, oitis entre outros da família das Leguminosae como a *Cassia leiandra Benth* conhecida popularmente por mari-mari da Amazônia.

Com o passar dos anos e com as mudanças advindas das gestões administrativas do Campus a partir do ano 2000 a configuração paisagística se remodelou. A intenção era de revitalizar o espaço castigado pelo sol intenso. Mediante isso, a UFRR elaborou um processo para a contratação de empresa, que realizasse o projeto de Paisagismo e o executasse. A proposta continha uma variedade de espécies nativas somadas a outras provenientes de outras regiões, entretanto na execução do projeto constatou-se que a maioria não pertence à flora amazônica.

Hoje se vê um conjunto múltiplo que não se identifica com o nome do próprio Campus. A falta de uniformidade da composição paisagística é notável incluindo a localização de vários oitis, que ladeiam as passarelas conectoras entre os blocos. Covas rasas e espaçamentos impróprios são os motivos de raízes aparentes e obstáculos para a entrada de luz artificial durante os períodos noturnos, além de sufocar as copas das árvores, impedir seu crescimento saudável e comprometer as edificações.

O Bloco III é o único que preserva o maior ajuntamento de árvores da década de 90. Segundo Gomes (2017), as árvores apresentam uma grande quantidade de líquens nas cascas duras e craqueladas, que podem indicar sua idade e são bioindicadores da boa qualidade do ar. Gomes (2017), também lembra que várias árvores podem ter sido

perdidas por ocasião de novas construções de salas e laboratórios, pelo processo de envelhecimento e ataques de parasitas, que se dá em função da grande diversidade de organismos, alta temperatura e umidade.

O PROJETO PAISAGÍSTICO DO CAMPUS PARICARANA – PARICARANA VERDE

O Projeto de Paisagismo “Paricarana Verde” do *Campus* Paricarana da Universidade Federal de Roraima, em andamento, possui área de 648.078,12 m², faz parte da Disciplina de Paisagismo e foi iniciado em abril de 2017.

Ele foi idealizado para suprir a falta de arborização do *Campus*, apesar de existirem ipês brancos e rosas, buritis, cajueiros, caimbés, bambus, inajás, araçazeiros, paricaranas, ingazeiros, flamboianzeiros, monguba e muricis. Dezenas de palmeiras azuis, palmeiras-leques e patas de elefante, encontram-se dispostas aleatoriamente além de plantas do Sul e do Nordeste do Brasil, favorecendo a alteração da arquitetura da paisagem regional (MCHARG, 2000). O projeto além de ter sido devidamente registrado no CAU/RR, RRT SIMPLES Nº 0000005769130, EQUIPE possui Portaria Nº 280/GR, específica para sua realização.

Para proceder ao desenvolvimento de um projeto dessa magnitude saiu-se à procura de espaço físico e colaboradores, que tivessem um conhecimento multidisciplinar sobre o assunto. O espaço físico encontrado estabeleceu-se nas instalações da Pró-Reitoria de Infraestrutura – PROINFRA, que possui as condições para esse tipo de trabalho. A equipe escolhida foi sendo composta aos poucos por professores, técnicos e alunos, qualificados nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Agronomia e Engenharia Florestal, são eles: Professora PhD Arquitecta Urbanista Graciete Guerra da Costa (Coordenadora do Projeto); Professora Doutora Núbia Abrantes Gomes (Bióloga); Professora Especialista. Arquitecta e Urbanista Sued Trajano de Oliveira; Engenheira Agrônoma Irisvalda Negreiros (Prefeitura de Boa

Vista – Horto Municipal); Engenheiro Agrônomo Emerson Ricardo dos Santos Vieira (Secretaria de Agricultura); Arquiteta Urbanista Pepita Fernandes (Pró-reitoria de Infraestrutura – PROINFRA); Prof. Engenheiro Agrônomo Marcos Robson Sachet e os acadêmicos Aleksandro Pereira Mansinho de Lemos; Angélica Pereira Triani; Djenane dos Reis Bastos; Djerlândia dos Reis Bastos; Elizabeth Albuquerque Meireles; Emily Barros Lima; Enolla Diniz Pereira; Francisco Luciano Lima Barros; Gean Medeiros Pinheiro de Souza; Marcio Lupinetti Moreno; Maria Eduarda Oliveira do Nascimento; Marília Vitória de Oliveira Nascimento; Matheus de Souza Cortez; Ohana Pereira da Silva; Rafaela Cristina Sander; Rafaela Soares Lins Pantaleão; Rodrigo Paz Silva; Suedy Lorena da Silva Barros; Suelen Cristina da Silva Almeida; Nayhandra Cristhine Vieira Magalhães; Waldiner Correa Mota Filho; Yan Palhares Rodrigues e outros.

No início do trabalho procurou-se examinar o contexto histórico do local e sua massa paisagística, segundo Chacel (2001). O conjunto da massa arborizada apresenta-se descontínua e rala formando ilhas de calor, segundo Pereira (2017) e poucas áreas de sombreamento, pois o espaço físico do Campus Paricarana apresenta uma vegetação rarefeita, que não sombreia as áreas livres e edificada tornando o ambiente inóspito e muito quente.

A vegetação inadequada e oriunda de outras partes do Brasil é a causa desse ambiente, que favorece a falta de identidade do Campus Paricarana – UFRR. Constatou-se a presença de várias espécies vegetais exóticas (mangueiras, tamarindos, oliveira, acácia, palmeira imperial, jambeiros, amora e pés de dão) e a ata e o oitizeiros (de outras regiões do país) em diversas áreas da instituição que não favorecem a preservação da biodiversidade amazônica, porque a maioria não pertence à flora roraimense. Por outro lado, essa mistura de espécies caracterizou aquele período inicial em que os professores e técnicos precisavam de uma referência que os lembrasse de sua terra natal.

A vegetação que se encontra nas vias principais da infraestrutura não sombreia e está incompatível com o clima da região. Por isso, há a necessidade do planejamento de quantidades, ordenamento e especificação de espécies locais, que equilibrem e resguardecem o ecossistema local mediante um projeto que privilegie a flora roraimense e remeta suas particularidades à cidade de Boa Vista com espécies típicas da região (LEENHARDT, 2006).

A Planta Geral do *Campus* da UFRR existente (Il. 4 e 5), não refletia a realidade com relação às espécies vegetais plantadas, sendo necessário que se fizesse uma Planta Baixa “As Built”, que identificasse exatamente a totalidade da massa paisagística existente. As condições criadas pelo meio-físico, pelo clima e pela paisagem também entraram em julgamento.

Para elaborar o rascunho do partido arquitetônico-paisagístico do Projeto de Paisagismo do *Campus* Paricarana foi necessário identificar as espécies da flora da Região de Roraima, por meio de um Catálogo de Espécies Locais com a participação dos alunos de Paisagismo. Inicialmente foram catalogados duzentos exemplares nativos do lavrado chegando a mais de seissentos plantas da Região Amazônica. O catálogo encontra-se em fase de finalização.

A espacialidade da universidade é estruturada em blocos individuais, alguns interligados a outros por meio de passarelas. A arborização presente ainda é insuficiente por inúmeras razões: houve poucas ações de plantios; pragas ocorridas em grande parte das espécies arbóreas no decorrer dos anos; problemas de aclimação das espécies; falta de recursos para manutenção das espécies; entre outros.

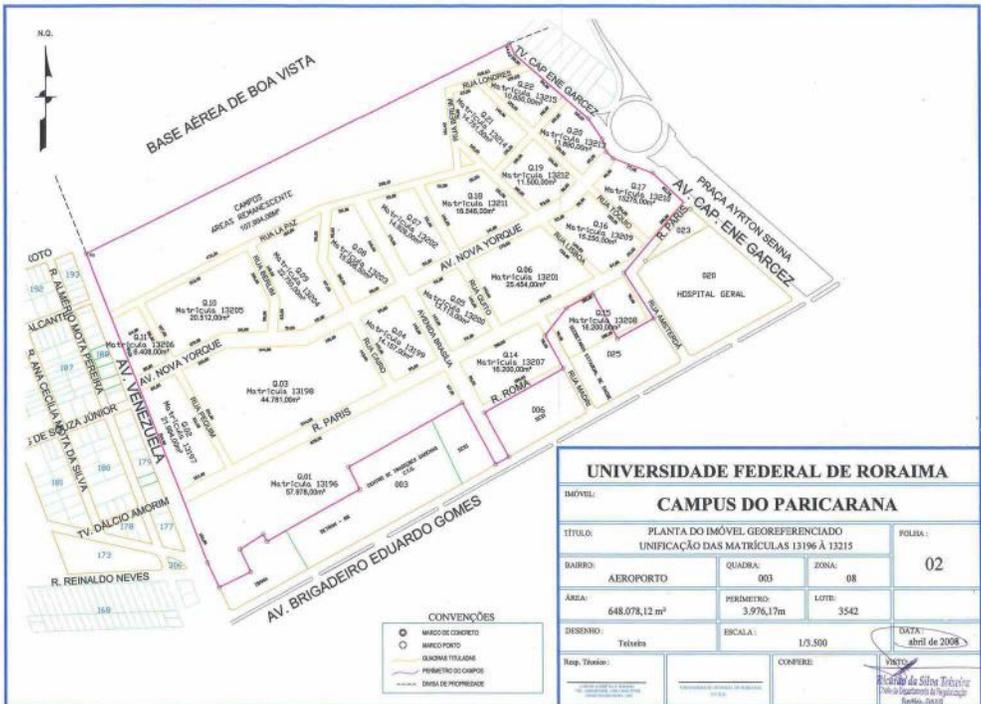
O *Campus* Paricarana apresenta vasta área territorial privilegiada, todavia observa-se a falta de áreas de convivências planejadas e confortáveis para o uso dos estudantes e da comunidade em geral. A partir dessa percepção, torna-se fundamental a criação de áreas ajardinadas e áreas livres para o passeio e estudo, conectadas com

PAISAGENS HÍBRIDAS



Il. 4: Lotes e Quadras
Fonte: Núbia Abrantes Gomes, 2008.

Il. 5: Planta Geral unificada
Fonte: Núbia Abrantes Gomes, 2008.





Il. 6: Alunos no dia de plantio no TROTE ECOLÓGICO, 06/09/2017. Fonte: Sued Trajano de Oliveira, 2017.

elementos contemplativos, que possibilitem o prazer da fruição do espaço e um melhor desenvolvimento da cognição.

Paralelo a esse projeto de pesquisa foram desenvolvidas atividades de estímulo à conscientização ecológica-ambiental com os alunos de Arquitetura e Urbanismo através do “TROTE ECOLÓGICO”. Cada calouro realizou o plantio de uma árvore com a responsabilidade de ser o tutor da planta, observando seu crescimento, auxiliando na sua manutenção até completar seu ciclo como acadêmico da universidade.

O projeto em fase de construção pretende recriar ambientes naturais através do Paisagismo. Para tanto, estudos estão em andamento a fim de propiciar soluções sustentáveis, que possibilitem uma dinâmica entre a Ecologia e a Tecnologia. Da mesma forma, o projeto visa valorizar a arquitetura regional implantando áreas de convivência por meio de vários elementos ou símbolos que expressem um significado da cultura local como o “malocão”, por exemplo. O malocão é uma

estrutura de madeira coberta com palha, utilizada como espaço comunitário indígena, no Instituto INSIKIRAN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem se compõe do conjunto de tudo que a vista alcança. Nesse sentido, a paisagem de Roraima é considerada deslumbrante: Boa Vista e sua localização setentrional privilegiada à margem do rio Branco; o Monte Roraima; a Serra Grande; Serra do Tepequém; as palmeiras das matas ciliares e a flora completam a paisagem do lavrado roraimense. Essa paisagem fascinante constatada pelo turista não aparece na realidade do *Campus* Paricarana para seus usuários devido à insuficiência de arborização.

A proximidade da Linha do Equador e o clima quente e úmido da região favorecem o aquecimento da cidade, e muito mais o *Campus* Paricarana por ser uma área plana com poucas árvores. Nota-se que espaços mais arborizados se tornam mais fresquinhos. Propiciar uma massa paisagística mais densa e verde, com maior número de espécies plantadas parece ser a única solução para melhorar a sensação e o conforto térmico da universidade.

Apesar de autores citarem, que na arborização da cidade de Boa Vista há maior número de espécies nativas do Brasil, a distribuição quantitativa das espécies exóticas por indivíduo é ainda superior. Isso quer dizer que não há uma distribuição equilibrada das plantas, além do mais, não são observados os parâmetros de afastamento entre copas de árvores em muitas vias dos principais bairros, incluindo as da própria universidade, sem preocupação também com iluminação e plantios nas margens das calçadas e próximo aos telhados e construções.

A qualidade dessas espécies também é importante. Plantar por plantar, sem critério, espécies de toda a parte do Brasil, não parece contribuir com a identidade do lugar, onde suas origens são fortemente encontradas em qualquer vista aérea da cidade.

A inovação exige um trabalho de conscientização da comunidade, começando pelos alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo, para que eles sejam fomentadores do Paisagismo sustentável, estudantes de áreas degradadas, e que seus futuros projetos norteiem ações relevantes de valorização da paisagem roraimense.

Há uma grande carência de profissionais atuantes em Paisagismo na cidade, por isso o Projeto de Paisagismo do *Campus* Paricarana é tão importante e será o pioneiro, a servir de aporte para novas pesquisas científicas ou outros estudos sobre o tema.

Portanto, o estudo acerca das relações entre cidade e paisagem correlacionadas à criação da Universidade Federal de Roraima e ao seu projeto de Paisagismo é fundamental para a compreensão da importância de um trabalho em equipe, que visa contribuir com o meio ambiente, com o lugar e com a identidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rubens. *Amazônias, cidades e jardins: anatomia urbana e identidades paisagísticas*: Rio de Janeiro: Paisagens híbridas, 2016.

BERQUE, Augustin. Paysage, milieu, histoire. In: BERQUE, Augustin (Dir.). *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Seissel: Éditions du Champ Vallon, 1994.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM. Levantamento de Recursos Naturais. Folha NA- 20 Boa Vista e parte das folhas NA-21 Tumucumaque, NB-21. V. .8. Rio de Janeiro, DNPM: Projeto RADAMBRASIL, 1975.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CÉSAR MELO P.L. *Visões do mundo e modelos de paisagismo: Ecossistemas urbanos e utilização de espaços livres em Brasília*. Brasília: CDS/UnB. Tese de Doutorado, 2003.

CHACEL, F. *Paisagismo e ecogênese*. Rio de Janeiro: Fraiha, 2001.

COSTA, Graciete Guerra da. *Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira*. Brasília, 2014. Tese de Pós-doutorado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais. Universidade de Brasília.

COSTA, Graciete Guerra da. Fortificações da Amazônia. In: *Navigator*, Nº 20, Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, Lucia Maria de Sá Antunes (Org.). *Rios e paisagens urbanas nas cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: PROURB, 2006.

DERENUSSON, Darci Aleixo. Edição especial (entrevista concedida à jornalista Katia Brasil). *Jornal a Gazeta de Roraima*. Boa Vista, 09.JUL.1991.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem ao Brasil. A expedição filosófica pelas capitânicas do Pará*, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá (3 v.). Rio de Janeiro: Kapa, 2007.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão Pará*, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: 1783-1792 (2 v.). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

GOMES, Núbia Abrantes. *Estrutura da comunidade de algas perifíticas no igarapé Água Boa e rio Cauamé, município de Boa Vista, Estado de Roraima Brasil, ao longo de um ciclo sazonal*. Manaus-AM. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais do Convênio INPA-FUA.

GOMES, Núbia Abrantes. *Contexto histórico e paisagismo do Campus Paricarana*. Entrevista concedida a Sued Trajano de Oliveira. Boa Vista, novembro de 2017.

LIMA NETO, E.M. Composição florística de Boa Vista-RR. *Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana*, Piracicaba, v.11, n.1, p. 58-72, 2016

MATOS, Eloina e QUEIROZ, Luciano Paganucci. *Árvores para cidades*. Org. Eloina Matos e Luciano Paganucci Queiroz. – Salvador : Ministério Público do Estado da Bahia : Solisluna, 2009.

PEREIRA, Yanne Cristhine Castro. *A influência da urbanização na formação de ilhas de calor na cidade de Boa Vista-RR*. Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais – PRONAT, Universidade Federal de Roraima. 2017. (Dissertação de mestrado).

PROCÓPIO, Argemiro. *Amazônia. Em nome do padre, da posse, do poder, e do domínio santo*. Humanidades, Brasília: UnB, V. 1, Nº 18, 1988.

SCHAEFER, C. E. R.; CRUZ, N. M. C.; SILVA, C. M.; REZENDE. S. B. Palynology of Paleosols from Roraima, north Amazonia. *In: Revista Brasileira de Ciências do Solo*, 18(2):325-333, 1994.

SILVA, Edileusa Lopes S. *Inventário preliminar das espécies arbóreas das florestas dos arredores de Boa Vista (Roraima): uma abordagem fitossociológica*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação e Biologia Tropical e Recursos Naturais do Convênio INPA-FUA, Manaus, AM, 1993.

SILVA, José Hamilton Gondim. *Anos que transformaram Roraima: uma visão crítica e histórica da UFRR*. Boa Vista: UFRR, 2017. 215p.

SOARES, L. de C. *Geografia do Brasil, região norte*. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1977.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. *A produção do espaço urbano de Boa Vista-Roraima. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana*. Universidade de São Paulo, 2009. (Tese Doutorado).

VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti. *Paisagem-Postal: a imagem e a palavra na compreensão de Recife urbano*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

O CAMINHO COMO CENÁRIO DO CÍRIO DE NAZARÉ: PAISAGENS NASCIDAS DO IMAGINÁRIO POPULAR

ANDERSON MIRANDA DOS SANTOS
JOÃO PAULO CARVALHO DO AMARAL

mlampiao@gmail.com

jpdoamaral@yahoo.com.br

RESUMO ABSTRACT

O trabalho procura estudar as relações das expressões culturais de Belém através de uma observação sobre o Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

Analizamos os espaços livres e da rua como um suporte cênico, como elementos estruturadores da paisagem. As abordagens associadas aos espaços livres agregam valores com potencial de promover a conexão entre áreas verdes e atividades culturais, favorecendo a convivência coletiva nas praças, largos e vias por onde passa o cortejo religioso.

Palavras chave: Paisagem cultural. Imaginário urbano, Círio de Nazaré, Paisagem Cênica

This paper proposes the study of the relations of the cultural expressions of the city of Belém through observations concerning the Círio de Nossa Senhora de Nazaré. We analysed open spaces and streets with scenic support, such as landscape structural elements. The approaches associated with open spaces add value, with the potential to promote the connection between green areas and cultural activities, favoring the collective interaction in squares, 'largos' and streets through which the religious procession goes by

Key-words
Cultural landscape, Urban imaginary, Círio de Nazaré, Scenic Landscape



A COMPREENSÃO DA RELAÇÃO da paisagem urbana de Belém, estado do Pará, e o Círio de Nossa Senhora de Nazaré é carregada de significados e valores. A forma como isso foi se configurando dentro do imaginário e a do cenário que o trajeto propõe foram muito particulares e se caracterizaram de modo singular e autêntico.

A relação entre o cenário e o trajeto foi preponderante para a criação do imaginário da cidade que agregou valores específicos, ora pela origem ribeirinha, ora pelos valores estéticos europeus – primeiramente por ser uma cidade de colonização portuguesa e,

por conseguinte no final do século XX, copiar características urbanas da Paris de Haussmann¹.

O Círio de Nossa Senhora de Nazaré é uma das principais manifestações religiosas do Brasil, cuja primeira procissão data do ano de 1793. O processo de arborização da cidade está atrelado também à necessidade de arborizar o primeiro passeio público da cidade. No transcorrer do século XIX, houve a inserção de novas vias e equipamentos públicos, praças, parques etc., em decorrência de uma nova necessidade urbana e da existência de espaços livres na cidade.

A motivação desta pesquisa passou por uma observação sobre um elemento significativo na cidade e de estratos existentes do sítio histórico e do processo de como houve essa relação entre a paisagem cultural e construída através de diferentes valores imateriais e materiais ao longo da historiografia da relação dessa construção com a fé.

REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A reflexão sobre o conceito de lugar e cultura é necessária para a compreensão sobre os valores materiais e imateriais sobre a paisagem, no transcorrer da definição e consolidação de uma relação que fora construída ao longo do tempo, impregnando os elementos de uma paisagem ribeirinha, de uma cidade inserida em um contexto capitalista mundial.

Em Belém, construção desse imaginário, propiciou uma construção de símbolos e elementos culturais de modo que houvesse uma forma de se comunicar com padrões específicos, seja pela forma verbal ou por mecanismos interpretativos. Deste modo, a paisagem urbana proporciona uma interação entre os mecanismos existente nela, onde:

A linguagem da paisagem pode ser falada, escrita, lida e imaginada. Ler e escrever a paisagem são subprodutos da vida – de mover-se, reproduzir-se, comer e estratégias

de sobrevivência – a criação de refúgio, proporcionando perspectiva, o cultivo de alimentos. Ler e escrever paisagem é aprender e ensinar: conhecer o mundo, expressar ideias e influenciar outros. Paisagem, como linguagem, faz o pensamento tangível e imaginação possível² (SPIRN, 1998, p.15).

Para Kevin, *um bom lugar é aquele que, de certo modo, apropriado a uma pessoa e a sua cultura, a torna consciente de sua comunidade, de seu passado, da trama da vida, e do universo de tempo e espaço na qual está contida* (LYNCH, 1982, p.142). Deste modo podemos identificar valores históricos e culturais no inconsciente da memória e este direciona o olhar para os refúgios de uma cultura, ou seja, em um fato é observado o registro técnico ou vernáculo de um fato.

A cidade é interpretada através de seus símbolos e signos, que contribuem para sua compreensão, constituindo o imaginário urbano, e se consolida, na consciência, o entendimento sobre a cidade. A cidade imaginária e os elementos que compõem sua paisagem são permeados por estes signos e significados e é fundamental saber interpretá-los.

O imaginário afeta, filtra e modela a nossa percepção da vida e tem grande impacto na elaboração dos relatos da cotidianidade contada pelos cidadãos diariamente, e tais pronunciamentos, a fabulação, o segredo ou a mentira, constituem entre outras três estratégias na narração do ser urbano, os relatos urbanos que focalizam a cidade gerando diferentes pontos de vista. (SILVA, 2001, p.50)

Em Belém, a construção desse imaginário é uma das bases da paisagem cultural e evidencia uma gama de características próprias consolidadas no transcorrer do tempo e da maneira como foi se consolidando no meio ambiente e na dinâmica urbana.

Metodologia Utilizada

A pesquisa teve como referências de trabalhos os autores que pesquisam sobre imaginário urbano e sobre a paisagem urbana. Para o desenvolvimento desta pesquisa, serão de grande relevância os trabalhos de Armando Silva (2001) sobre o tema do Imaginário Urbano; de Ivete Farah (1997, 2006 e 2008) no que tange aos documentos poéticos; e especificamente ao imaginário paraense (2015), sistemas de espaços livres: Raquel Tardin (2008). Para o desenvolvimento da pesquisa, procedeu-se às seguintes etapas:

Revisão bibliográfica sobre os autores que fazem prospecções sobre a paisagem e a teoria e prática projetual em arquitetura paisagística. Por conseguinte, a pesquisa sobre documentos existentes em iconografia, álbuns, mapas, literatura, obras de arte. Visita de campo na avenida Nazaré e trajeto da procissão durante o Círio.

Através dessa observação, podemos analiticamente obter caminhos interpretativos sobre a relação da paisagem do percurso e das inúmeras atividades existentes durante a procissão e a própria dinâmica urbana nos diferentes tempos da cidade.

BELÉM DA SAUDADE – O CAMINHO QUE LEVA ÀS MEMÓRIAS DE FÉ

O Círio é uma procissão, além de uma festividade muito importante para a cultura paraense. Considerado pelo IPHAN como Patrimônio imaterial do Pará em 2013. Há elementos dentro da festividade que ultrapassam o campo da religiosidade, em que se encontram, também, elementos do sincretismo e do profano. O Círio de Nossa Senhora de Nazaré consiste no traslado da berlinda com a imagem da santa, seguindo da Catedral da Sé até a Basílica Santuário de Nossa Senhora de Nazaré. O número de promesseiros gira em torno de dois milhões e a experiência de cruzar o caminho, seja como promesseiro, médico, enfermeiro, religioso etc. é particular e individual, mesmo em

meio à coletividade. A corda é uma das promessas mais fisicamente exaustivas, por se tratar de uma enorme corda que é atrelada à berlinda e que é puxada pelos promesseiros.

O percurso da procissão propicia a conexão com espiritualidade, com a mãe de Jesus, e culturalmente a Nossa Senhora é tratada pelos devotos como mãe, mãezinha, Nazica. O término da procissão é o início de se conectar com a família, do almoço com as comidas típicas – um almoço com valores ancestrais da cultura do paraense – há a reunião familiar, um momento muito parecido com as ceias de Natal, tanto que a população identifica o Círio como o Natal dos paraenses. Assim a mangueira é a árvore do Círio, em uma alusão à árvore de Natal, haja vista que atualmente as mangueiras localizadas no percurso da procissão são decoradas com lâmpadas e outros elementos, que são visualizados mais na trasladação³.

Na procissão, as pessoas levam consigo os ex-votos: potes, miniaturas de barcos, casas com a finalidade de agradecer uma graça alcançada, um pedido feito, uma promessa. As árvores emolduram o percurso e a relação construída no passado ainda se faz presente. Muitas memórias foram construídas por tantas procissões e foras o traslado cotidiano na cidade ao mesmo tempo em que reforçam a ideia de ser uma fotografia de sua lembrança.

Quando o segundo passeio público brasileiro no final do século XVIII foi criado, reordenando o acesso para a igreja que fora erguida para o culto religioso à imagem de Nossa Senhora de Nazaré, foram retirados todos os maciços arbóreos, transformando-a em uma árida via sem vegetação que protegesse as pessoas da insolação, comum à cidade tropical. Originou o primeiro projeto de arborização para o passeio, com a necessidade de agregar ao caminho árvores com a intenção de agregar conforto térmico, além de reunir uma estética particular ao passeio.

A partir das primeiras mudas plantadas nesse eixo, desenvolveram-se nos anos subsequentes experimentações arbóreas ao longo

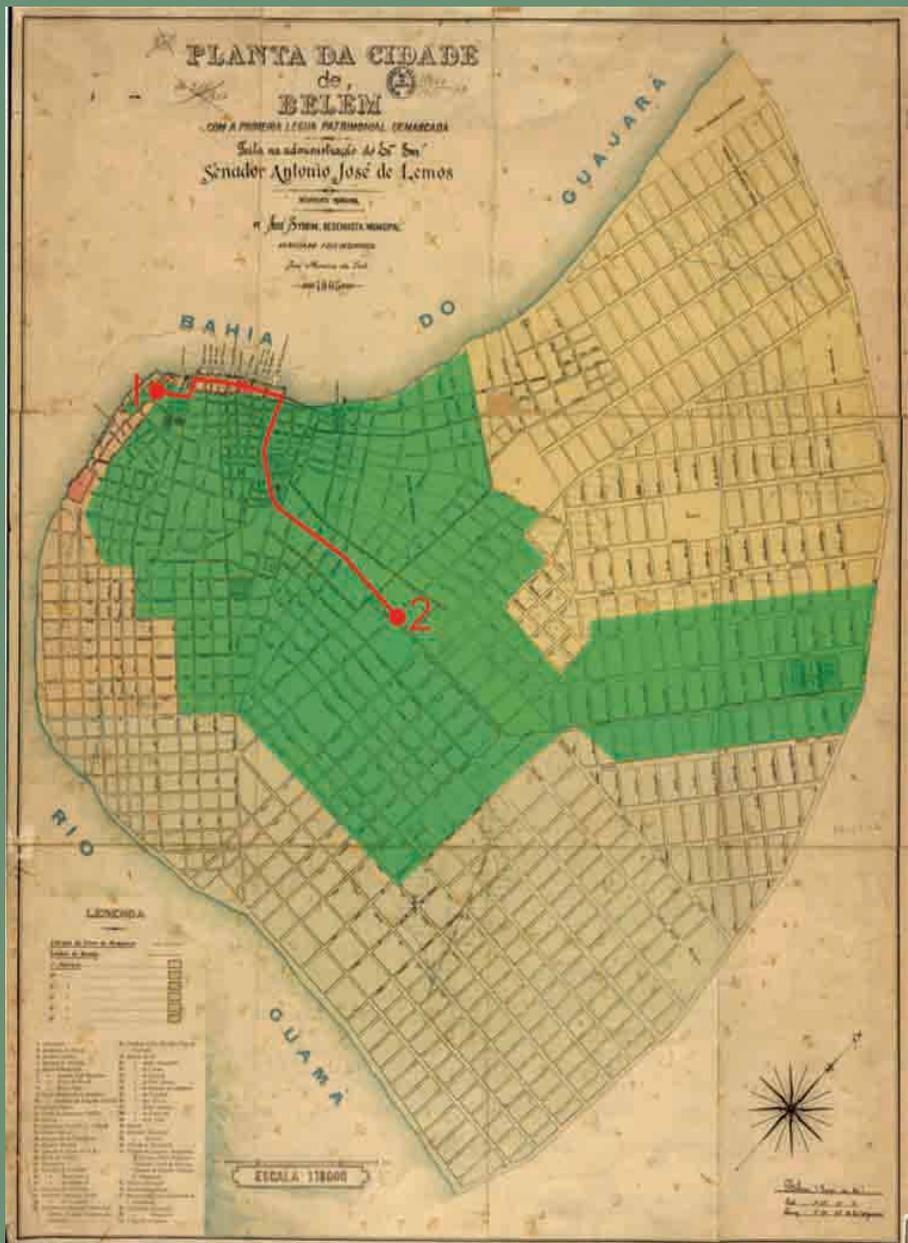
das principais vias, criando novos caminhos arborizados para as necessidades que esta cidade tinha na época. As vias eram arborizadas com diferentes espécies, mas no final do século, com a indicação proposta por Antonio Lemos, as vias foram basicamente arborizadas por mangueiras.

A cidade do final do século XIX já possuía sistema de drenagem e esgoto, redes de bondes elétricos, abastecimento de água e estava setORIZADA com serviços de vanguarda para uma cidade brasileira, mas, em contraponto a isso, havia uma relação estreita as atividades de extrativismo vegetal que assim como o látex de que aportavam na cidade, cultura do ribeirinho e suas as especiarias, frutas , perfumes e cores e cultura. (Il. 1)

Para uma das análises foi feita uma sobreposições das imagens de alguns postais, do início do século, com imagens feitas em outubro de 2016, especificamente no perímetro da avenida Nazaré, como um recorte de um dos trechos da procissão do Círio, para que fosse feita uma leitura da relação dos elementos pertencentes à paisagem urbana e seu processo evolutivo.

No final do século XIX, o intendente Antônio Lemos trouxe a Belém uma nova perspectiva urbana, com a implementação de conceitos relacionados à salubridade, conforto etc., conceitos difundidos na Europa, mas, no caso de Belém, foram inspirados no modelo francês, adequando então a antiga colônia portuguesa a uma nova realidade urbana.

Uma das primeiras experimentações de arborização na cidade ocorreu na estrada de Nazareth, atual avenida Nazaré, que originalmente era uma estrada de terra que ligava a cidade à capela construída com a finalidade de receber a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, via que espontaneamente fora arborizada no final do século XVIII com várias espécies arbóreas, tendo como objetivo proteger da incidência solar durante os principais festejos do Círio, procissão religiosa que conduzia a imagem sacra pelas ruas da cidade.



Il. 1a: Área que recebeu plantio de mangueiras na época de Antônio Lemos (verde) e o percurso da procissão na primeira légua patrimonial da cidade de Belém no início de século XX. 1- Catedral Metropolitana de Belém e Basílica Santuário de Nossa Senhora de Nazaré

Fonte: Autor sobre mapa da cidade que consta no Relatório do Intendente Antônio Lemos, 1905. Disponível: <https://fauufpa.org/2015/02/20/planta-da-cidade-de-belem-1905-por-jose-sidrim/>. Acesso: 24.Out.18.



Il. 1b: Detalhe do percurso da procissão na primeira légua patrimonial da cidade de Belém no início de século XX. 1- Catedral Metropolitana de Belém e Basílica Santuário de Nossa Senhora de Nazaré

Fonte: Autor sobre mapa da cidade que consta no Relatório do Intendente Antônio Lemos, 1905. Disponível: <https://fauufpa.org/2015/02/20/planta-da-cidade-de-belem-1905-por-jose-sidrim/>. Acesso.24.10.18.

No final do século XIX, Belém começava a passar por experimentações urbanas e arbóreas, principalmente pelo desenvolvimento da tecnologia para obtenção de equipamentos urbanos e botânicos. Basicamente, as vias já possuíam pavimentação e sistemas de saneamento, drenagem e abastecimento de água. Como podem ser identificadas na Ilustração 2a, as vias eram arborizadas com mangueiras e amendoiras da praia. Nesse período começa a substituição de outras árvores por mangueiras, em decorrência das diretrizes orientadas pelo Relatório apresentado à Câmara Municipal de Belém.

O relatório propiciou uma nova perspectiva, a pavimentação das ruas, a inserção de equipamentos urbanos, a arborização de vias e praças e a adequação de edificações em estilo colonial, as novas tipologias arquitetônicas como o uso de platibandas nas fachadas, sistemas de escoamento canalizado, alpendres para circulação de ar etc.

Nota-se, na Ilustração 2a, um resquício de arquitetura colonial na edificação no canto direito, mas ainda os bondes são de tração animal. Na ilustração 2b, é nítida a passagem de tempo, uma imagem captada do mesmo ponto da ilustração 2a, na qual se observa o porte mais elevado das árvores. A presença de outras edificações, no caso a Casa Outeiro, e de cabeamento para os trilhos elétricos indicam que a foto é posterior.

O ponto de fuga se faz presente pela existência das mangueiras, que, além de sua arquitetura de copas avantajadas, delinea a perspectiva da rua assim como a perspectiva das fachadas existentes nos lotes que estão com seus arcabouços no limite.

Belém tem os ares de urbanização francesa do mesmo período, e as fachadas já apresentam o que há de mais refinado em decoração e acabamento europeu representativos do estilo eclético, como o edifício comercial à esquerda na Ilustração 2b, com esse tipo de estética em seu acabamento de fachada. Houve, ao longo da via, uma considerável substituição de exemplares arbóreos, provavelmente perdidos por uma manutenção equivocada, haja vista ser uma das vias que mais sofre com a manutenção e as podas e o impacto proveniente da trepidação do trânsito sobre as raízes.

São notórias as árvores com indicações das podas irregulares, pois em muitas há desequilíbrio com relação à competição com a rede elétrica e fachadas de edifício que estão nos limites dos lotes. Por outro lado, também há questões sobre o uso do solo, que influenciam no maior número de unidades dentro do mesmo lote, como uma maior circulação de pessoas e veículos.

Outro fator observado in loco é que, com a verticalização, ocorre o sombreamento que compromete as atividades fisiológicas do vegetal.

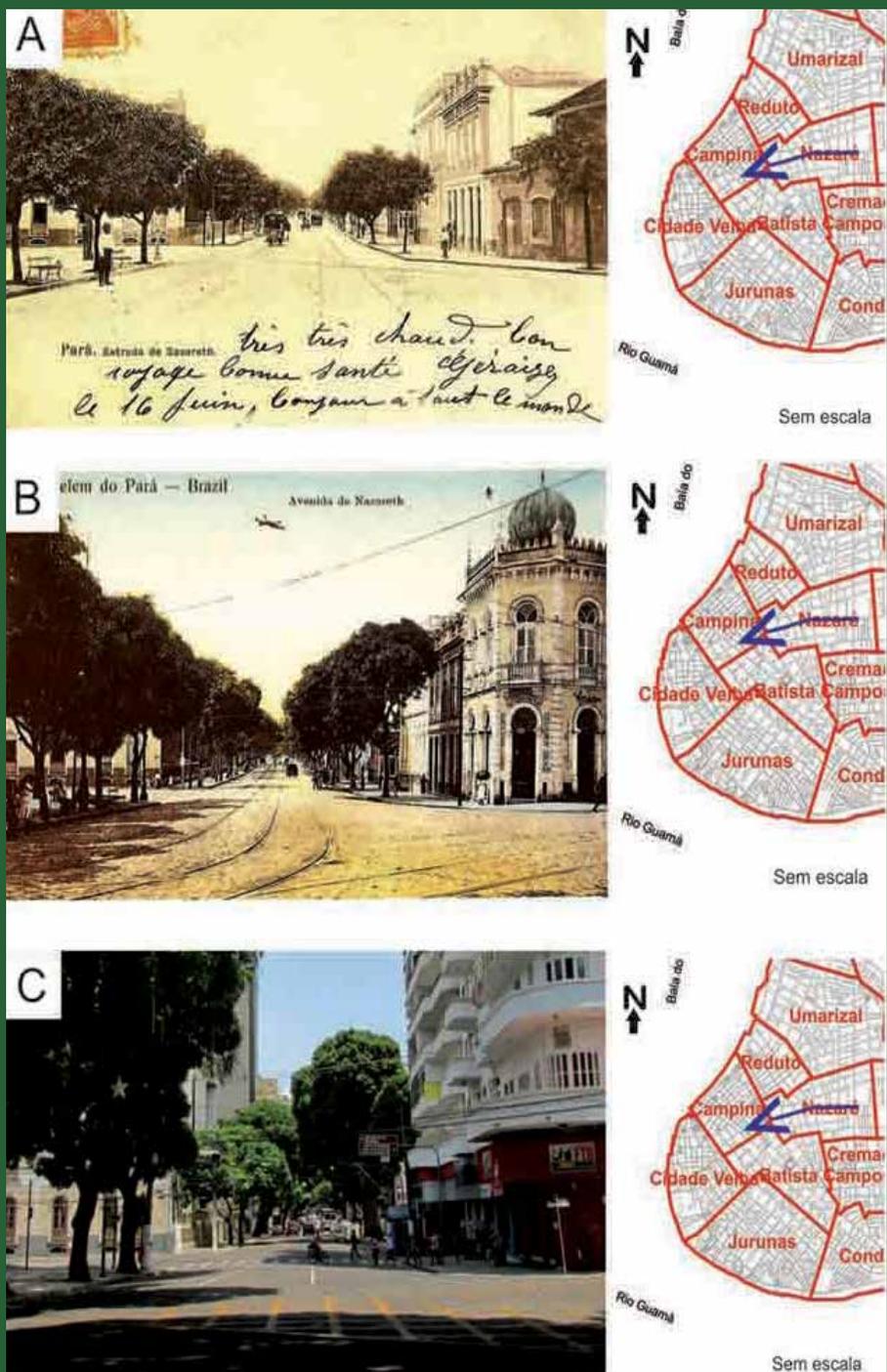
As transformações ocorridas desde o início do século XX na cidade, até os dias atuais, refletem a forma como a cidade se desenvolveu, consolidando sua malha urbana. (Il. 2c)

Houve o caos urbano em decorrência do processo de desenvolvimento da cidade, que aproveitou o traçado urbano, mas que demoliu parte do sítio histórico em função da expansão da cidade ou mesmo pelo empobrecimento com o fim dos principais sistemas socioeconômicos, no caso o Ciclo da Borracha, fazendo com que ela se verticalizasse e, por conseguinte, houve a substituição da rede elétrica, que passou a competir com os galhos das árvores provocando podas que comprometerem a arquitetura do fuste e copa das árvores.

O vulto entre os tempos do desenvolvimento das árvores e da cidade mostra as diferentes nuances do tempo e da atmosfera onírica que as árvores possuem (Il. 3). A sobreposição dessas imagens evidencia a resistência da arborização como principal elemento de conexão a essa atmosfera, assim como as raízes de uma intervenção urbanística que é forte, resiliente, mesmo em uma composição urbanística confusa, por diferentes taxas de ocupação e índices de aproveitamento.

No poema *A Virgem da berlinda* de Paes Loureiro (2012), o autor fala de uma cidade em que as mangueiras estão no contexto das festividades do Círio de Nazaré, de como há a relação das árvores e o percurso da procissão e uma conexão com o plano astral. Um canal que liga um paraíso espiritual e marca uma temporalidade da cidade.

Em meio à multidão
quisera ser
tão só
um desses lírios em teu andor,
para estar a teus pés
para sentir teu perfume



Il. 2: Avenida Nazereth, final do século XIX (A). Avenida Nazaré do século XIX(B). Avenida Nazaré do século XX (C).
 Fonte: Belém da Saudade(1998), pag. 93(A). Belém da Saudade (1998), pag. 94(B).
 Fonte: Autor. Capturado em setembro de 2016(C).



Il. 3 : Sobreposição de imagem da Avenida Nazaré.
Fonte: autor. Montagem feita com foto do autor e imagens de Belém da Saudade(1998), p. 93 e 94.

para bem perto olhar
teus pequeninos olhos de ternura.
Quisera ser essas folhas de mangueira
à tua passagem
e te roçar de leve com meus lábios.
Quisera ser esse raio de sol
por entre as folhas,
para tocar tua imagem e te aquecer.
Quisera ser essa brisa
das manhãs de Belém,
para agitar levíssimo o teu manto.
Quisera ser um hino
a rebrotar dos lábios das crianças.
Um hino em teu louvor!

Quisera ser os passos da paixão
te acompanhando,
como o peixe acompanha
a procissão das águas,
como o tema da canção
que passa
por entre a melodia.
Quisera ser as sílabas do amor
para a linguagem ser dos que te amam.

As mangueiras durante o Círio, emolduram o percurso da procissão durante boa parte do caminho, unindo aproximadamente dois milhões de pessoas, manifestando a sua fé, através de orações, homenagens e pagando promessas. (Il. 4)

A paisagem urbana que surge nas representações artísticas tem um caráter cenográfico, um suporte às atividades sociais e culturais. A mangueira é um elemento dessa paisagem, e ela traz consigo uma gama de representações e significados tanto para os artistas quanto para os observadores da arte. Nas obras, as árvores surgem de maneira misteriosa, marcam o tempo, às vezes de forma dramática, outras, espirituais, atingindo diferentes patamares de entendimento.

Na obra de Osvaldo Goeldi (1895-1961), a cidade surge retratada em xilogravuras; no cotidiano urbano, as vias em dias de chuva e as mangueiras surgem como um elemento dramático. Mesmo o artista usando a policromia em suas obras, a imagem dela surge negra, misteriosa. (Il. 5)

A alegoria presente na metáfora exemplifica a subjetividade que ocorre na cidade durante a chuva. A chuva é um elemento muito significativo na dinâmica da cidade, ora por ser um marcador do tempo, por sempre cair quase que no mesmo horário, ora por propiciar, mesmo que de maneira equivocada, a aproximação com as árvores, pois muitos procuram abrigo embaixo das árvores. Na xilogravura de Goeldi há o processo de imersão, estado de



Il. 4: Avenida Nazaré durante a procissão do Círio.
Fonte: Autor, outubro de 2015.



Il. 5: Chuva/ circa 1957, assinada xilogravura a cores, 2/12 22 x 29,5 cm Osvaldo Goeldi, Coleção Frederico Mendes de Moraes.

Fonte: http://www.centrovirtualgoeldi.com/paginas.aspx?Menu=obras_interior&opcao=T&IDItem=232. Acesso: 23.ago.2015.

introspecção que a cidade provoca no espectador – no caso, a figura retratada em que o caminho presente na imagem remete a uma perspectiva em um eixo central marcado pela sequência de árvores, ainda reforçado pela cor azul, cujas simbologias remetem a um estado mais profundo de consciência, contrapondo o vermelho forte e quente de seu guarda-chuva, como um duelo entre a paixão vivida pelo transeunte e o processo de chegar a novos estágios.

A literatura paraense registrou o fausto gomífero e sua derrocada. Isso fez com que houvesse certo saudosismo, pois a cidade ficou abandonada e o processo de sobrevivência fez com que a população, que era excluída desta cidade de outrora, retomasse as atividades socioeconômicas, agregando particularidades culturais, pois estes

eram ribeirinhos e as ruas, por sua vez, passaram a apresentar-se como rios. Mesmo com a relação do ribeirinho ou do homem do campo com a cidade ou os grandes centros, seu imaginário prevalecia – o imaginário característico na Amazônia, com suas raízes na cultura do ribeirinho:

Envolvida em isolamento e mistério, Amazônia foi construindo um sistema ribeirinho e extrativista integrado por pescadores, coletadores de castanhas, mateiros extratores de seringa, de couros, de reina de árvores, de ouro e de diamantes. Acrescentam-se os lavradores, os seringueiros, os vaqueiros e fazendeiros, os comerciantes, os empresários, os biscateiros e os artesãos das mais diversas categorias que vivem em função das florestas e dos rios. Uma cultura com profundas relações com a natureza, que perdurou, consolidou e fecundou poeticamente o imaginário (até o final dos anos 1950) destes indivíduos isolados e dispersos às margens dos rios (LOUREIRO, 2015, p. 51).

A cidade já não era receptiva às sofisticações estrangeiras, reafirmando a cultura do ribeirinho, não atraindo as famílias mais abastadas, que, por conseguinte, procuravam outros centros ou a capital federal. Vários autores surgiram revelando a saudade da *Belle Époque belenense*, mas a de maior relevância é Eneida de Moraes, escritora paraense, que viveu sua infância em Belém, e juventude e maturidade no Rio de Janeiro. Ela relatou em crônicas as suas experiências na cidade, situações que foram determinantes para a formação de seu caráter. No livro *Aruanda*, ela faz uma analogia de Belém a esta cidade africana, que é um lugar específico no plano espiritual, reservado para espíritos, mas, especificamente, ela designa como uma terra livre e bela, capital de sonhos, ambições e desejos. Neste livro, ela relata a materialização de ser:

Velha mangueira jamais nos acolheu em seus braços; era grande demais e hoje creio que era sombria e misteriosa, quase uma floresta escura. Era grande e

velha e impunha respeito como se fosse nossa vó contando histórias (MORAES, 1957, p. 4).

Esse relato de Eneida personifica a figura da árvore como sua avó, como uma tradição, uma referência à genealogia existente em seu lar. Outra observação intrínseca é o fato de a árvore ter um grande porte, e que provavelmente antecederia o processo de arborização da cidade, e que a presença desta seja uma tradição de se plantar as árvores nos quintais, ora para frutos, ora para um processo de aclimação de espécies exóticas, o que é o caso da mangueira.

Na crônica *Muitas árvores*, também de Aruanda, Moraes mostra sua relação com as árvores:

As escadas brancas nos levavam para outro país, para a rua, aquela pacata rua chamada Benjamim Constant, em Belém do Pará, que para nós parecia apenas um trecho sem importância, diante de nosso mundo povoado de tanta gente, muitas árvores (MORAES, 1957, p. 4).

Fica evidente como o ambiente urbano da rua impactava o cotidiano das pessoas na época, a cidade apresentava ares cosmopolitas nunca vistos antes na cidade, novos hábitos, que uma criança não compreendia, um mundo cheio de pessoas que poderiam ser as árvores que cresciam na sua própria vizinhança, trazendo seu universo mítico, a história exercendo seu papel na cidade e na sociedade. Há uma construção alegórica nessa afirmação de Moraes, uma analogia ao próprio título do texto, o caminho para esse sobrenatural e espiritual: *uma rua enorme, larga, muito povoada. Ficamos tremendamente alegres com a descoberta. Então, não éramos só nós e as nossas árvores, nossos amigos e nossos jogos* (MORAES, 1957, p. 24)

A cidade é uma descoberta de novas possibilidades. As mangueiras das ruas estão em crescimento assim como a autora da crônica: ela é como mais uma árvore a crescer entre as pessoas de sua rua.

O quintal era nosso feudo. Ao fundo aquela senhora vegetal tão gorda, tão grande que só ela marcava uma enorme área de sombra no quintal imenso: a mangueira, a velha mangueira, única árvore que pela imponência e dignidade do porte merecia nosso respeito (MORAES, 1957, p. 25).

As experiências vividas por ela, personificando as árvores, interagindo, brincando, fizeram com que a autora tivesse respeito. Afinal, elas fizeram parte de seu imaginário.

No livro, *Banho de cheiro*, MORAES surge mais serena com relação à cidade. Seu texto está mais maduro, crítico e explícito sobre as suas memórias:

A avenida Nazaré, ampla e larga com suas mangueiras farfalhantes indo até o largo onde há a igreja, uma igreja feia tal o amontoado de coisas de arte de várias épocas. Conhecia a primeira, modesta, colonial, bela. Derrubaram-na, mas naquele largo, quando chega outubro, é a festa de Nazaré (MORAES, 1962, p. 23).

Ela retrata os caminhos remanescentes das primeiras experimentações arbóreas, que levavam a cidade até a igreja de Nossa Senhora de Nazaré, que no início do século foi derrubada para dar sede a outra mais pomposa no estilo eclético.

Tudo nesta cidade onde nasci é parte poderosa, eloquente na minha vida, paisagens, personagens, ocorrências. Tanta coisa para contar dela. Nem falei do bosque Rodrigues Alves com sua flora riquíssima, suas árvores imensas, seus recantos parecendo mistérios (MORAES, 1962, p. 18).

A paisagem urbana criada por Eneida remete a um universo fantástico construindo uma fantasia infantil, mas por se tratar de uma crônica escrita pela autora, cujo histórico é um elemento presente no texto, a cidade e suas características foram atores

dentro de seu processo de maturação pessoal e profissional. Belém, suas mangueiras envolvem seus habitantes em experimentações e provocações profundas.

Entender a paisagem da cidade de Belém é percorrer caminhos que indicam o transcórre do processo da arborização da cidade, da experimentação de elementos que transcendem a atmosfera real, é uma viagem para o passado, a memória dos sabores e perfumes, as diferentes nuances desta arborização, que os estratos analisados evidenciaram.

Paulo Porto⁴, engenheiro agrônomo da Semma – Secretaria de Meio Ambiente de Belém – ressaltou a importância da arborização de Lemos, afirmando que o intendente:

foi um visionário, ele imaginava que a cidade iria ser devastada e que iria sobrar somente isso mesmo, o que é o centro histórico de Belém. As mangueiras, que ao longo do tempo foram entrando na paisagem urbana da cidade, foram se expandindo no interior da cidade.

Uma alusão a um sonho vivido, ou pelo mistério, dramaticidade, mas que é passível de interpretações sublimando questionamentos pessoais sobre o objeto, conduz à percepção da arte e a atmosferas únicas.

A imersão na arte pelo artista também é um catalisador de imaginários, afinal o objeto artístico é fruto de sua imaginação e a atmosfera em que ele se insere pode ou não refletir em seus trabalhos, em suas representações cênicas: *Geralmente eu pinto pela tarde, depois da chuva, às vezes vou até a janela e apanho uma manga. A mangueira está aqui quase dentro de casa* (Branco de Melo)⁵.

É notório que Belém sempre foi vanguarda sobre assuntos ligados à arborização, assim como a experimentações arbóreas ligadas a processos de aclimações de espécies, sobretudo aquelas com

potencial produção comercial. Desde o século XVIII, a cidade vem experimentando a aclimação da *Mangífera Indica L.*, que terminou por se tornar um dos principais símbolos da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrer as ruas de Belém no segundo domingo de outubro é uma experiência de um uso muito particular das vias da cidade, pois o percurso da procissão do Círio propicia uma conexão com o espiritual. A paisagem, além de ser o ambiente da procissão, propicia um desencadear de várias possibilidades sensoriais aos espectadores imersos no percurso. Algo que vai além do sentido do Círio, mas uma ligação à sua origem e memória afetiva. Um resgate da história do belenense, de sua culinária, seus laços de família etc.

A apreensão da paisagem é um elemento muito significativo na paisagem urbana da cidade de Belém, as mangueiras delimitam a percurso da paisagem propiciando ao espectador uma possibilidade de imersão em uma saudade de um tempo passado, de uma Belle Époque que traz uma referência astral, quase que religiosa, mesmo dentro de um cenário de transformação urbana.

A paisagem urbana propicia uma relação entre a árvore e a cidade, a paisagem histórica e a contemporânea, fazendo parte da cultura e das relações entre a rua, cidades e até a chuva na paisagem belenense, provocando sensações sensoriais trazidas pelo perfume e sabor das frutas, a proteção solar e da chuva, uma imersão na natureza e na memória de um passado próspero e promissor.

Sobretudo as mangueiras criaram valores à paisagem urbana, sendo estes inúmeros, mas facilmente identificáveis por aqueles que têm a possibilidade de desfrutar das sombras de uma saudade. A mangueira tem o poder de enlaçar muitos fluxos imaginários socioeconômicos, psicológicos e sinestésicos.

Atualmente, Belém encontra-se em processo de perda de massa arbórea em função de poucas iniciativas de arborização urbana, haja vista que a cidade possui um quadro negativo com relação à arborização, pois ela vem perdendo muitos exemplares arbóreos, ora pelas intempéries, podas degenerativas, ou problemas de vazamentos hidráulicos próximos às raízes etc., tanto que segundo o IBGE (2016), entre as vinte capitais arborizadas, Belém está em último lugar. Isso é incoerente para uma cidade que leva o título de ser a Cidade das Mangueiras e se localizar na Amazônia.

A arborização da cidade é de interesse histórico e precisa ser salvaguardada por instrumentos legais mais incisivos no âmbito da preservação e do manejo. É interessante para Belém o reconhecimento como Paisagem Cultural pelas inúmeras relações existentes entre os habitantes da cidade e a mangueira e, conseqüentemente, o maciço arbóreo, assim como pelo ineditismo enquanto proposta de arborização e, no caso específico da avenida Nazaré, pelo fato de ela ser o primeiro passeio público do Norte do Brasil.

A construção dessa narrativa advém também do processo de arborização, o que referencia o conceito de paisagem cultural e que, através da instrumentação legal, acredita-se que é interessante haver o tombamento das mangueiras de Belém em esfera federal, além de elevar a mangueira e a arborização de Belém à categoria de Paisagem Cultural, com a principal intenção de preservar a paisagem dessa floresta urbana tão peculiar, carregada de poética, fora o fato de ser uma arborização de interesse histórico. A visibilidade nacional e internacional que implicaria o tombamento traria uma melhor conscientização e políticas públicas direcionadas para o manejo e conservação, por parte do poder público e da própria sociedade local, reconhecendo, de fato, a importância dos valores existentes na mangueira e nas vias arborizadas de Belém.

Envolver-se por uma árvore é um processo acessível às pessoas, é sinestésico, pois ela é um vegetal, com uma infinidade de provocações

sensoriais, atuante na paisagem urbana, especificamente em Belém com as mangueiras de frondosas copas e frutos. *A Belle Époque* vive nas árvores, nelas o espírito visionário de Antônio Lemos abraça a cidade de Belém. Está na arte, nas músicas, na poesia das tipologias de moderno grafismo. E que passa de geração em geração(...) Faz de Belém a cidade das mangueiras. Do fruto que insiste em cair(...) E em seguir o ciclo natural de ser semeado(...)

A paisagem urbana de Belém, em que ela se insere através de um espaço cênico, é um elemento da poética urbana, um olhar para o íntimo, para si, através de um elemento que indica uma infinidade de possibilidades imagéticas e psicológicas. A paisagem urbana de Belém é um cenário para um caminho que incita as mais variáveis sensações, o sonho, a saudade(...) Até mesmo no caos em que alguns lugares da cidade se encontram.

REFERÊNCIAS

AMARAL, João Paulo Carvalho do. *Arborização urbana de Belém*. Disponível: <<https://my.survio.com/> ->. Acesso: 15.jun. 2007.

ARGAN, Giulio Carlo. *Historia da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CORNER, James. *Recovering Landscape: Essays in Contemporary Landscape Theory*. Princeton: Princeton Architectural Press, 1999.

FARAH, Ivete Mello Calil. *Arborização pública e desenho na cidade do Rio de Janeiro: Contribuição de Roberto Burle Max*. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 1997.

_____, *Paisagem Ambiente: Árvore e população as relações que se estabelecem no contexto da cidade*. São Paulo. 2004 p.99-120.

_____, *Poética das árvores urbanas*. Rio de Janeiro: MauadX :Faperj, 2008.

_____, *Rio de Janeiro e árvores urbanas: uma paisagem afetiva*. In: PINHEIRO MACHADO; Denise B. (Org.). *Sobre Urbanismo*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley/PROURB, 2006, v. 1, p. 164-179.

GOELD, Oswald. Chuva/circa 1957. *Coleção Frederico Mendes de Moraes*. Disponível: <http://www.centrovirtualgoeldi.com/paginas.aspx?Menu=obras_interior&opcao=T&IDtem=232>. Acesso: 23 ago. 2015.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Paisagem cultural do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

LOUREIRO, João de Jesus de Paes. *Cultura Amazônica: Uma poética do imaginário*. Belém: Cultural Brasil, 2015.

_____. Blog do Paes Loureiro: Mangueiras de Belém. 2012. Disponível: <<https://paesloureiro.wordpress.com/?s=mangueira>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

LYNCH, K. A *Theory of good city form*. Cambridge, MA: The M.I.T. Press, 1982.

MORAES, Eneida Costa de. *Aruanda - Crônicas*. Rio de Janeiro: Livraria Olympio, 1957.

NUNES, Benedito *et al.* (Ed.). *Belém da Saudade: A Memória da Belém do Início do Século em Cartões- Postais*. Belém: Secult, 1998.

ROCQUE, Carlos. *Antônio Lemos e Sua Época Histórica Política do Pará*. Belém: Cejup, 1996.

SIDRIM, José; MARQUES, Fernando Luiz Tavares. Planta da cidade de Belém: Postscriptvm (22/02/2015). 2015. Disponível: <<https://fauufpa.org/2015/02/20/planta-da-cidade-de-belem---1905-por-jose-sidrim/>>. Acesso: 12.abr. 2017.

SILVA, Armando. *Imaginários Urbanos*. São Paulo: Perspectiva; Bogotá, Col: Convenio AndresBello, 2001.

SPIRN, Anne Whiston, *The Language of landscape*. Thomson Shore, Inc. United State of America, 1998

NOTAS

- ¹ Georges-Eugène Haussmann, autor da mais significativa reforma urbana de Paris do final do século XIX.
- ² Tradução dos autores.
- ³ Romaria que antecede o Círio de Nossa Senhora de Nazaré. Realizada no final da tarde do segundo sábado de outubro, para que a imagem da santa em sua berlinda chegue à Catedral da Sé para que, no dia seguinte, seja realizado o Círio.
- ⁴ Entrevista realizada em 31 de maio de 2016, sobre os processos de arborização na cidade.
- ⁵ Entrevista realizada para a produção da Exposição Devoção e Doação, em 2014.

REVISTA
PAISAGENS
HÍBRIDAS